POLÍCIA MILITAR VAI GANHAR 793 CÂMERAS CORPORAIS • PÁGINA 8


TRIBUNA DO NORTE

FUNDADOR: ALUÍZIO ALVES - 1921 - 2006 75 ANOS Ano 75 • Número 004 • Sexta-feira, 28 de março de 2025

Com fim do Perse, empresas passam a recolher impostos a partir de abril

« EVENTOS » O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta quinta (27) que o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) não será prorrogado e que as empresas passarão a recolher os impostos a partir de abril. O programa foi criado em 2021 para amenizar os impactos da pandemia de covid-19 no segmento. Ontem, representantes do setor de turismo e eventos de todo o Brasil, inclusive do RN, cobraram a continuidade do Perse durante reunião no plenário da Câmara dos Deputados. « PÁGINA 6 »

Oposição se articula por PEC e anistia após STF aceitar denúncia

Após o STF tornar Jair Bolsonaro réu, a oposição no Congresso se articula para aprovar propostas que minimizem os impactos jurídicos ao ex-presidente e aliados. « PÁGINA 4 »

Galípolo anuncia inflação acima da meta no curto prazo e juros altos

Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, admite que o Brasil deve conviver, a curto prazo, com inflação acima da meta de 3%. Em 12 meses, a inflação acumulada é de 5,06%. « PÁGINA 5 »

Walfredo volta a ter pacientes nos corredores

ADRIANO ABREU



« URGÊNCIA » **Mesmo após o início do funcionamento da Barreira Ortopédica, o Hospital Walfredo Gurgel não consegue evitar a internação em macas nos corredores. No final da tarde desta quinta-feira (27), pelo menos 10 pacientes estavam aguardando um leito.** « PÁGINA 7 »

Comissão sobre invasões deve ser oficializada na próxima semana

O presidente da Câmara, vereador Eriko Jácome (PP), deve oficializar a composição da CEI criada para investigar invasões de propriedades e imóveis particulares em Natal no começo da próxima semana. « PÁGINA 3 »

Dólar sobe para R$ 5,75 após imposição de tarifas de Trump

Em meio aos reflexos da sobretaxação em 25% das importações de veículos pelo governo de Donald Trump, o dólar voltou a ficar acima de R$ 5,75, em um dia negativo para moedas latino-americanas. « PÁGINA 6 »

Fogo e paixão

RENNÊ CARVALHO



EDMÁRIO OLIVEIRA



« ESTADUAL » **Wallyson, pelo ABC, e Souza, pelo América, são candidatos a heróis na final do certame, neste sábado (29), às 16h, no Frasqueirão. Placar igual no jogo leva a decisão para as penalidades.** « PÁGINA 12 »

Butantan pode entregar 1 milhão de doses da vacina contra a dengue

Vacina da dengue produzida pelo Instituto Butantan continua sob análise na Anvisa. Caso seja aprovada, a Butantan-DV será a primeira vacina do mundo em dose única contra a doença. A previsão é de 1 milhão de doses. « PÁGINA 9 »

RN registra 750 empréstimos no início do Consignado CLT

Nos cinco primeiros dias do Consignado CLT, trabalhadores do RN contrataram 750 empréstimos, com valor médio de R$ 6,4 mil. Mais de 535 mil pessoas com carteira assinada no estado podem ter acesso à linha de crédito. « ECONOMIA 1 »

DIVULGAÇÃO



CAMINHADA APRESENTA A HISTÓRIA

Caminhada Histórica enfatiza necessidade de preservação do bairro da Ribeira, em Natal. « PÁGINA 10 »

RUBENS LEMOS FILHO
Sérgio Alves, ex-ABC, foi o verdadeiro matador nos clássicos. « PÁGINA 11 »

SÉRIE A
Abertura da competição terá seis partidas jogadas no sábado (29). « PÁGINA 11 »

NOTAS & COMENTÁRIOS
Professores de Natal comemoram reajuste e os do Estado protestam. « PÁGINA 2 »

CENA URBANA
Emenda PIX: Tem prefeito na malha fina do Ministério Público. « PÁGINA 3 »

ALEX MEDEIROS
Trump está determinado a eliminar os atos do “Mês do Orgulho Gay”. « PÁGINA 5 »

NEY LOPES
Processo criminal contra o ex-presidente Bolsonaro terá três etapas. « PÁGINA 2 »

total de páginas desta edição: 12 páginas | FALE CONOSCO: PABX: 4006-6100 Redação: 4006-6113 | Assinaturas: 4006-6111 Venda avulsa: 4006-6103 Comercial: 4006-6173 | Classificados: 4006-6161 Circulação: 4006-6103 Reclamações: 4006-6111 | SITE: www.tribunadonorte.com.br redação (Pauta): pauta@tribunadonorte.com.br | NO FACEBOOK facebook.com/tribunarn | NO twitter @tribunadonorte | PREÇO DESTA EDIÇÃO: R$ 3,00

Notas & Comentários

[colunanotas@tribunadonorte.com.br]

PM x Facções

A Polícia Militar recomendou que a final do Campeonato Potiguar fosse transferida do Frasqueirão para a Arena das Dunas, alegando riscos elevados de confrontos. A decisão gerou revolta no ABC, que ameaçou não disputar a partida caso o mando de campo viesse a ser alterado. Nos bastidores, a justificativa vai além da segurança em dias de jogo: as torcidas organizadas, antes símbolo da cultura esportiva, tornaram-se braços de facções criminosas, com ligações diretas com o tráfico e a violência urbana. Com 88 facções ativas no país, muitas delas infiltradas nesses grupos, a PM teme que o clássico potiguar se torne mais um palco de guerra. O fato é que o jogo está mantido para o Frasqueirão no próximo sábado (29).

Assalto

Um grupo de pessoas que estava em uma fila para registro no Cadastro Único foi assaltado na madrugada de quinta-feira (27), no Ginásio Nélio Dias, na zona Norte de Natal. Até o momento, ninguém foi preso. De acordo com a PM, a ação foi registrada por volta das 03h47. A fila formada no Ginásio Nélio Dias acontecia em virtude do mutirão realizado pela Secretaria de Assistência Social de Natal (Semtas) para renovação, atualização, ou registro de novos cadastros. Mas deu ruim para o grupo.

Reajuste

Os vereadores de Natal aprovaram, em regime de urgência, o Projeto de Lei nº 158/2025, que garante o reajuste salarial de 6,27% para os profissionais de ensino da rede pública municipal. A decisão foi tomada durante a sessão ordinária da quarta-feira (26), após encaminhamento do projeto pelo Executivo Municipal. O aumento contempla também os servidores inativos e pensionistas vinculados ao Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município do Natal (NatalPrev).

Protesto

Enquanto na gestão Paulinho Freire (União Brasil), em Natal, os professores têm o devido reajustes, na gestão da professora Fátima Bezerra (PT), no governo do Estado, os professores estão em greve. Os professores da rede estadual de ensino realizaram passeata com destino ao Centro Administrativo, na manhã da quinta-feira (27), para cobrar a implementação do piso salarial do magistério da professora Fátima. Ela ainda tem que pagar os atrasados de 2022 e 2023. Sigamos.

Motos

Metade dos motociclistas que circulam pelas ruas de Natal não possui habilitação, segundo a secretária municipal de Mobilidade Urbana, Jódia Melo. Ela destacou a gravidade do problema. "Temos um número muito alto de motociclistas sem habilitação. É um problema que coloca em risco a vida deles e a de outras pessoas", afirmou. Com isto, a STTU vai lançar a campanha "Juntos Pela Vida", que busca reduzir acidentes envolvendo motociclistas.

Caminhada

A cidade de Natal se prepara para reviver neste sábado, 29 de março, com a tradicional Caminhada Histórica, um dos momentos mais esperados do Festival Histórico de Natal. A edição deste ano celebra os 123 anos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) e traz como tema "Na Ribeira que resiste, muita história existe", destacando a memória viva de um dos bairros mais simbólicos da capital potiguar.

Revolta

A RN-002, rodovia fundamental para a conexão entre Senador Georgino Avelino, Arês e Nísia Floresta, voltou a ser cenário de protestos devido à sua precária infraestrutura. Na manhã da quinta-feira (17), moradores interditaram um trecho da estrada e incendiaram pneus como forma de chamar a atenção do governo de Fátima (PT) para o abandono da via e a falta de manutenção.

Sinduscon

A ConstruSind 2025, primeira Feira da Construção Civil do Sinduscon Oeste, foi aberta na quinta-feira (27), e seguirá até sábado (29). Trata-se da maior e mais completa vitrine de oportunidades do setor da construção civil e imobiliário da região. Com 100% dos estandes ocupados por associados ao Sinduscon, expositores e instituições do setor produtivo, o evento será realizado no Requinte Buffet, em Mossoró. O acesso à feira será gratuito.

Rooftop

Aclamado como um dos maiores nomes da música brasileira, o cantor Péricles será o responsável por comandar a noite de inauguração do Rooftop Dunas, na próxima sexta-feira (4) às 20h. O novo camarote da Soccer Hospitality na Casa de Apostas Arena das Dunas, localizado no nível mais alto da Arena, se torna o investimento de maior relevância da marca, que já tem acordo com as principais arenas espalhadas pelo país. A noite ainda terá a apresentação das bandas Preto no Branco e Pagode do Coxa.

A educação no De Magistro e a atualidade da pedagogia de Santo Tomás de Aquino

DOM JOÃO SANTOS CARDOSO
Arcebispo de Natal

A leitura atenta do De Magistro, de Santo Tomás de Aquino, permite redescobrir a profundidade e a atualidade do pensamento tomasiano para a educação, superando preconceitos e lacunas que ainda marcam muitos manuais de Filosofia da Educação. Com frequência, o papel pedagógico de Santo Tomás é negligenciado ou reduzido a um breve apontamento histórico, inserido no contexto da escolástica e da relação entre fé e razão. Contudo, suas contribuições pedagógicas merecem reconhecimento próprio, sobretudo por seu rigor filosófico e clareza antropológica, que oferecem bases sólidas para uma filosofia da educação centrada na dignidade e na estrutura do ser humano.

Embora não tenha escrito um tratado sistemático sobre educação, o De Magistro — conjunto de artigos da questão 11 do De Veritate — revela com profundidade o pensamento de Aquino sobre o ensino e a aprendizagem. Ao utilizar o método da quaestio disputata, típico da escolástica, Santo Tomás desenvolve reflexões em que debate com honestidade as posições contrárias e expõe sua própria solução, oferecendo um modelo exemplar de diálogo filosófico e acadêmico.

Um dos principais méritos do De Magistro é sua antropologia unitária, que supera o dualismo corpo-alma herdado do platonismo. Contra as correntes que viam o corpo como obstáculo para o conhecimento e que concebiam a alma como possuidora de ideias inatas, Tomás, inspirado em Aristóteles, afirma que o ser humano é uma unidade substancial de corpo e alma. O conhecimento, nesse contexto, não é reminiscência de verdades preexistentes, mas processo dinâmico que se inicia pelos sentidos e culmina na abstração intelectual, mediante a atuação das faculdades humanas, especialmente o intelecto agente e o intelecto paciente.

É precisamente nesse quadro que se insere o papel do mestre. Diferente das concepções que marginalizam o ensino exterior, Santo Tomás afirma que o professor não infunde diretamente o saber no aluno, mas é causa instrumental do conhecimento, estimulando, por meio de sinais sensíveis (palavras, exemplos, imagens), o intelecto do discípulo a atualizar em ato o que está em potência. O mestre, portanto, é verdadeiro colaborador do processo educativo, e não mero transmissor de conteúdo.

Essa concepção pedagógica tem implicações importantes. Primeiro, destaca o protagonismo do educando, cuja atividade intelectual é condição essencial para a aprendizagem. Segundo, redefine o papel do educador, que não substitui, mas auxilia o discípulo no processo de busca da verdade. Em terceiro lugar, reforça a centralidade da razão como luz natural dada por Deus ao homem, tornando desnecessária a intervenção divina especial para cada ato de conhecimento, sem, contudo, excluir a ação da graça na plenitude do saber.

No De Magistro, Santo Tomás também trata de temas como a possibilidade de alguém ser mestre de si mesmo ou de ser ensinado por anjos, concluindo que o ensino exige sempre um mediador que possua em ato aquilo que o discípulo possui em potência. Assim, o ensino é ato da vida ativa, pois visa o bem do outro, embora se alimente da vida contemplativa, já que trata de realidades inteligíveis e busca a verdade.

A pedagogia tomasiana, nesse sentido, antecipa elementos valorizados por correntes modernas: a importância da experiência, da descoberta, da autonomia do aluno e da mediação significativa do professor. Para Santo Tomás, aprender é refletir e ensinar é provocar a reflexão. Seu método educativo integra razão, sensibilidade e transcendência, e permanece atual porque se funda numa antropologia realista, que respeita a natureza humana e aposta em sua capacidade de conhecer e se aperfeiçoar.

Redescobrir Santo Tomás como pedagogo é, pois, um exercício fecundo para renovar a filosofia da educação a partir de fundamentos sólidos, capazes de unir verdade, liberdade e formação integral da pessoa.

Etnolinguagens

DÁCIO GALVÃO
Mestre em Literatura Comparada, doutor em Literatura e Memória Cultural/UFRN e diretor da Fundação Cultural Helio Galvão

Passear em células rítmicas e na fé de mestiços potiguares da região catingueira pode ser revelador. É superabundância de imaginário arte e religiosidade. Mistura única. Dança do Espontão existe em outros estados. De características diferentes. A distinção da nossa faz a diferença do bailado guerreiro íbero-africano-cafuso. A dança exige agilidade dos participantes. É manifestação secular em louvor a Nossa Senhora do Rosário. Ligada à Irmandade dos Negros do Rosário. Celebrada anualmente em vários municípios do Seridó.

Tem alvorada, exibição de Banda de Música, espocar de "foguetes" em frente à Igreja do Rosário. Os Negros da Dança do Espontão tomam café e incorporam o cortejo na cidade. Percorrem ruas e avenidas. Tocando e dançando. São quatro "caixeiros" percussivos, dois "pifeiros" executando toques em tambores-caixas e sopros em pífanos. Um tarol e brincantes lanceiros-dançarinos. Portam espontões ou lanças em coreografias alternadas. Marcam vigor físico no refino de passos singulares ao som do Baião dos Espontões, Hino Nossa Senhora do Rosário, Feijão de Corda, Baião do Negro... instrumental. Sem cantares. Dois cordões de lanceiros em evoluções. Os "cutangos" -calções compridos- e túnicas ambos de sacos de algodão para armazenar açúcar foram substituídos.

O "Troca-troca" de lanças é curiosa. Espontões se cruzam no ar. Destreza na entrega e devolução de lanças. A mão esquerda no quadril indica o passo "Tesoura": se faz a roda e o cumprimento aos presentes. Em dupla dançam animadamente. Corpo e alma. Saúdam o reinado ziguezagueando. Os chapéus são trocados no bater do "Caçula". O "Túnel" tem lanças deitadas e entregues interativamente à plateia. Um festival de "caretas" surpreende na "Marcha livre". Todos felizes "botando sorte". Soltando loas. Saudando Nossa Senhora do Rosário. É o barroco sertânico em comunhão. Procissão alegre. A tradição oral indica a motivação de proprietários de engenhos no Sertão -imediato a abolição oficial da escravatura- no surgimento e formatação da Dança do Espontão. Na casa-grande teria começado tudo. Será? Diz a lenda que o negro escravo estava sendo açoitado por feitor. Em momento de suplício outro se aproxima. Portava Rosário no pescoço. É indagado: - "De quem é esse Rosário?" O negro por ignorar, não respondeu. "É de Nossa Senhora do Rosário"! Afirmou o próprio indagador. Deste episódio resultou a Santa protetora dos negros na religião católica: Nossa Senhora do Rosário.

O Espontão inclui o universo simbólico do Rei/Rainha, Juiz/Juíza, Escrivão/Escrivã e a proto corte do reinado composta por dezesseis membros. Sendo, imprescindível a presença de todos nas novenas e no encerramento da festa. Quando ocorre a trasladação solene da Coroa. O reinado, ano a ano se desloca para determinada comunidade. Eis a matéria-prima. Universo estético localista privilegiado. Está disponível, É ter olhos livres.



Ney Lopes

[nl@neylopes.com.br]

Etapas do processo contra Bolsonaro

O processo criminal contra o ex-presidente Jair Bolsonaro terá três etapas. A primeira é a instrução criminal, quando são produzidas provas, incluindo documentos, depoimentos de testemunhas e eventuais perícias. Em seguida, ocorre o interrogatório dos réus, momento em que Bolsonaro poderá apresentar sua versão ou optar pelo silêncio. Por fim, na fase das alegações finais, a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a defesa apresentarão seus argumentos para condenação ou absolvição.

A PGR indicou seis testemunhas de acusação, incluindo os ex-comandantes do Exército e da Aeronáutica, que afirmaram que Bolsonaro lhes apresentou minutas golpistas.

Também serão ouvidos o governador do Distrito Federal, Ibanês Rocha, e dois servidores que falarão sobre o uso da Polícia Rodoviária Federal nas eleições. Bolsonaro, por sua vez, arrolou 13 testemunhas, como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e ex-ministros como Hamilton Mourão, Rogério Marinho e Ciro Nogueira.

O tempo de duração do processo é incerto. O normal é que a instrução se prolongue. Bolsonaro, por sua vez, reclama que o STF estaria julgando o seu caso com pressa. O STF conta com juízes de instrução para auxiliar os ministros na condução dos processos. Além disso, o relator do caso, Alexandre de Moraes, pode também solicitar que juízes espalhados pelo Brasil ouçam testemunhas que não moram em Brasília.

A grande preocupação será a transparência do julgamento. Há um ditado da Justiça inglesa, e que a Corte Europeia de Direitos Humanos reproduz muito quando ela trata da imparcialidade judicial, que diz: 'Não basta ser imparcial, você também tem que parecer imparcial para que a sociedade acredite que a Justiça está sendo feita'.

Aguardem-se os fatos.

Hoje na história

1431 — É feita a leitura dos 70 artigos da acusação de Joana d'Arc em Ruão. Estes setenta artigos sustentavam a acusação formal buscando sua condenação.
1910 — Henri Fabre se torna a primeira pessoa a pilotar um hidroavião.
1930 — As cidades turcas de Constantinopla e Angora mudam seus nomes para Istambul e Ancara, respectivamente.
1939 — Guerra Civil Espanhola: o Generalíssimo Francisco Franco conquista Madri depois de um cerco de três anos.
1942 — Segunda Guerra Mundial: comandos britânicos atacam Saint Nazaire na França ocupada pelos nazistas.
1944 — Brasil: criação do Departamento de Polícia Federal.
1946 — Guerra Fria: o Departamento de Estado dos Estados Unidos publica o Relatório Acheson Lilienthal, delineando um plano para o controle internacional da energia nuclear.
1988 — Ocorre o assassinato de indígenas da etnia Tikuna na localidade de Boca do Capacete, Brasil, em face de reiterados conflitos pelo uso e posse da terra.
2006 — Marcos Pontes é o primeiro astronauta brasileiro a viajar para o espaço.
2007 — Inaugurada em Brinches (concelho de Serpa), Portugal a maior central fotovoltaica do mundo.
2016 — Lançamento do Oculus Rift, inovando no conceito de realidade virtual.

Curtinhas

♦O presidente Trump iniciou um novo ataque aos advogados destacando um escritório onde um ex-promotor que o investigou trabalhou, enquanto a Casa Branca busca vingança contra o profissional que ele culpa por seus problemas legais. Agora pretende cobrar um preço alto de qualquer pessoa associada a investigações anteriores sobre ele. Isso tudo acontece nos Estados Unidos. Imagine!!!

♦Durante meio milênio, existiram salões que apenas os imperadores chineses podiam pisar dentro da Cidade Proibida A Cidade Proibida foi o palácio imperial da China desde meados da Dinastia Ming até ao fim da Dinastia Qing. Fica localizada no centro da antiga cidade de Pequim. Nunca houve uma sala de jantar dedicada na Cidade Proibida. Onde quer que o imperador estivesse naquele momento, tornou-se a sala de jantar.

♦Tarifas e ameaças de Trump aumentam o risco de guerra comercial global. Um dia após impor tarifas de 25% sobre carros e peças, o presidente Trump ameaçou impor tarifas maiores ao Canadá e à União Europeia se eles se aliassem para "causar danos econômicos" à América.

Artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião da TRIBUNA DO NORTE, sendo de responsabilidade total do autor

TRIBUNA DO NORTE
Av. Tavares de Lira, 101 - Ribeira - Natal/RN
CEP: 59010-200
Fone: (PABX) 4006-6100
Diretor presidente: Henrique Eduardo Alves
Superintendente: Fernando Fernandes
Diretora de Redação: Margareth Grilo
Gerente Comercial: Aluênia Alves
Comercial/publicidade legal 173
Comercial (84) 4006-6161
Redação (84) 4006-6113
Assinaturas (84) 4006-6111
IVC FILIADO AO INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO
ANJ FILIADO A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS
SISTEMA TRIBUNA
JP NEWS 93.5 NATAL
TRIBUNA DO NORTE
www.tribunadonorte.com.br
@tribunadonorteRN @jovempannewsnatal
@tribunadonorteRN @jovempannewsnatal
@tribunadonorteRN @jovempannewsnatal
@tribunadonorteRN @jovempannewsnatal

Cena Urbana

Vicente Serejo
serejo@terra.com.br





Frases e luzes

Todo anotador gosta de frases, Senhor Redator. Elas iluminam os textos dos jornais nas declarações e artigos que publicam. Dão graça e prazer. Sem as frases, desde que não sejam a simples repetição dos jargões cansados, tudo é igual. Não dão camisa nem cultura a ninguém, mas adoçam, o que afasta o gosto monótono da vida. Nos tempos virtuais é trabalhosa a colheita, salvas pelas impressoras, no zumbido eletrônico e, assim, evitam que se percam para sempre no turbilhão.

Na Folha, Deirdre McCloskey, emérita da Universidade de Illinois, Chicago, sobre o novo imperador do mundo: "Donald Trump acha que a economia é um negócio". No editorial em defesa da manutenção das câmeras policiais: "A violência não segue ideologia. A Bahia, governada pelo PT, detém a liderança, seguida por S. Paulo". E Bruno Dantas, o ex-presidente do TCU, contra o excesso de sigilo: "A publicidade dos atos governamentais é indispensável para evitar abusos".

A despesa de publicidade do governo Lula, com 80% do valor para cinco agências, chega até agora a R$ 755 milhões. O sistema Globo lidera. Uma matéria assinada por Cristina Camazono põe as coisas no lugar e confere, com foto, o pioneirismo do voto feminino a Celina Guimarães, do Rio Grande do Norte, antes omitida. Da grande antropóloga Mirian Goldenberg: "Há um tempo de calar, assim como há tempo de falar. Mas o que escrever em tempos de tanto blá-blá-blá?"

De Ruy Castro: "Bolsonaro e os seus seguidores estão convencidos de que vivemos uma ditadura comandada por Alexandre de Moraes. É refrescante saber que ele os seus se converteram à democracia, depois de tantos anos louvando a ditadura". De Ruy, ainda: "Corromper palavras é típico dos autoritários de qualquer cor política". De Maria Hermínia Tavares: "Faltam novos sonhos ao PT". Para ela, sem ter sonhos, votaremos a viver "sob a direita tacanha e primitiva".

Do filósofo Luiz Felipe Pondé no artigo que declara o triste fim do homem verdadeiramente liberal: "O liberalismo moderno destruiu todas as referências morais instaladas no tempo". E Mais: "O vazio de valores foi tudo que restou". O Supremo adverte: "Os veículos de imprensa só serão responsabilizados por declarações dadas por terceiros se ficar comprovado conhecimento prévio da falsidade da afirmação". Ou seja: mentira veiculada conscientemente é crime e pode ser punido.

De Hélio Shwartsman sobre Eduardo Bolsonaro: 'A paranoia é um direito". De Ruy Castro, sobre os dois lados da Lei Rouanet: "Por um lado, foi bom...por outro, nem tanto". E fecha: 'A cultura, agora dependente e sem confiança, não pode passar sem o Ministério da Cultura". De Giovana Madalosso, a escritora: "Minha bunda cinquentona significa". E completa, logo antes que duvidem da forte e lasciva determinação: "Meu corpo não é enfeite, é veículo para o meu prazer".

PALCO

PIX – Tem prefeito na malha fina do Ministério Público no exame das prestações de contas das obras realizadas com emenda via PIX. Se contratos e despesas estão comprovados com nota fiscal.

ALIÁS – Segundo uma fonte da área, se a investigação for estendida para obras municipais mesmo por transferência convencional de verbas, "teríamos fatalmente muitas descobertas interessantes".

NÍSIA – O livro 'Viajantes de Saias', de Ludmila de Souza Maia, com Nísia Floresta como uma das personagens, edição Cosac, chega às livrarias por R$ 136,00. Está em pré-venda, mais o frete.

CAMPEÃO – Pesquisa da Folha de S. Paulo revela: dos importados, o azeite de oliva é, no Brasil, o mais falsificado. É fazer a leitura da sua fórmula ou se tem impresso discretamente: "composto".

CASCUDO – Amanhã, Sábado, nove ao meio-dia, no Sebo Vermelho, o editor Abimael Silva lança nova edição do 'Calendário de Festas Populares'. Devolve ao leitor a plaqueta desaparecida.

AINDA – Também amanhã, Abimael irá além da mesmice e lança 'Paliçadas e Gases Asfixiantes', de Erland Nordenskiöld. Tradução de Protásio Melo, com introdução e notas de Câmara Cascudo.

POESIA – Berilo Wanderley na sua 'Revista da Cidade', UFRN, 1994, leve e lascivo: "Ama-se porque o amor exige, através de olhares quebrados e uns sorrisos d'uma mulher que nos ronda".

ARMA – De Nino, o filósofo melancólico do Beco da Lama, de gume afiado em pedra de amolar: "A simpatia é a arma dos habilidosos, e só falha quando tenta conquistar a todos com o agrado".

CAMARIM

LUTA– A governadora Fátima Bezerra, não se pode negar, cuidou com atenção redobrada diante dos elevados índices de violência policial. Mas, na sua própria área, a educação, sofre um degaste muito maior do que ela mesma imagina. É o que dizem militantes de tradição na sua área sindical.

NOBREZA – O Copacabana Palace leiloou 3.950 peças, reunidas em 85 lotes. Móveis e objetos de decoração dos seus apartamentos que hospedaram famosos, como Bob Marley e Fred Mercury. Mesmo usadas, essas coisas sempre enobrecem a vida dos simples. Eis o grande sucesso do leilão.

AVISO – Depois de ouvir 1.200 mulheres, entre 21 e 34 anos, a plataforma MeuPatrocínio, assim, com as palavras ligadas, chegou a uma conclusão inesperada: aquelas que vivem com homens que ganham um salário mínimo envelhecem doze vez mais rapidamente. Não podem cuidar da saúde.

Câmara de Natal avança na criação da CEI das invasões

INSTALAÇÃO Investigação das ocupações irregulares na capital ganha forma e deve ser oficializada na próxima semana; vereadores articulam composição

FRANCISCO DE ASSIS



Articulações para montagem da Comissão Especial de Inquérito (CEI) passa pelas bancadas

O presidente da Câmara Municipal de Natal (CMN), vereador Eriko Jácome (PP) deve oficializar a composição da Comissão Especial de Inquérito (CEI) criada para investigar invasões de propriedades e imóveis particulares em Natal no começo da próxima semana. No entanto, já se comenta nos bastidores da Casa que para atender toda a representatividade dos blocos partidários, a CEI contará com cinco membros, inclusive os nomes dos vereadores que irão compô-la.

Como é praxe e tradição em toda Casa legislativa, o autor da proposta de criação de comissão investigatória, como é o caso do vereador Matheus Faustino (União Brasil), deve ter indicação natural, mas o parlamentar não reivindica a presidência da CEI, que tem com alvo principal a atuação do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB).

Faustino atua para ser o relator dos trabalhos, segundo informações de bastidores da CMN. Outros nomes que estão sendo cogitados para compor a Comissão são os vereadores Subtenente Elíabe (PL), Cláudio Custódio (PP), Camila Araújo (União) e mesmo a bancada de oposição – dos aliados PT e PSOL, não tenha assinado o requerimento de criação da CEI, será representada pelo vereador petista Daniel Valença.

Pelo fato de ser comissão temporária, regimentalmente a CEI tem 120 dias para trabalhar a investigação das ocupações irregulares em Natal, como a instalação é automática, os trabalhos deverão entrar e ser finalizados na última semana de junho, podendo ser prorrogada, uma única vez, por igual período.

Portanto, a depender do andamento dos trabalhos, a CEI pode se estender pelo segundo semestre, até o fim de setembro.

Um dos 23 vereadores que assinaram a CEI, o vereador Cláudio Custódio (PP) entende que além da "oportunidade de conhecer e de entender o MLB", também vai "se buscar e identificar que imóveis da nossa cidade acumularam dívidas que se tornaram impagáveis em relação ao IPTU e que podem ser usadas com funcionalidade social para se atender a uma perspectiva constitucional do direito à moradia que os cidadãos têm".

O vereador Robson Carvalho classifica o MLB de "movimento vagabundo" por promover invasões em estabelecimentos comerciais, "gerando prejuízos significativos e deixando lojistas, comerciantes e consumidores assustados".

MLB

Em conta nas redes sociais, o MLB já reagiu contra a criação da Comissão de Inquérito, apontando os vereadores que a apoiam "de inimigos do povo pobre", que "querem criminalizar a luta pela moradia e ocupam espaços abandonados".

O MLB insinua como "motivo" dos vereadores é o fato do movimento ser contra a especulação imobiliária.



Vereadores assinantes da CEI

PSDB – Aldo Clemente e Cleiton da Policlínica.

SDD – Anne Lagartixa e Fúlvio Saulo.

União – Camila Araújo, Chagas Catarino, Matheus Faustino, Robson Carvalho e Tárcio de Eudiane.

DC – João Batista Torres.

PP – Cláudio Custódio e Daniel Santiago e Pedro Henrique.

Republicanos – Daniel Rendall, Irapoã Nóbrega, Kleber Fernandes e Léo Souza.

PSD – Luciano Nascimento.

Podemos – Preto Aquino.

PL – Subtenente Eliabe e Tony Henrique (PL).

Rede – Eribaldo Medeiros;

PV – Herberth Sena (PV).

Fonte – Partidos

Câmara aprova programa para contingência das chuvas em Natal

CONTROLE Projeto de lei de autoria do vereador Aldo Clemente cria plano para reduzir impacto e enfrentar período chuvoso com prevenção de desastres

FRANCISCO DE ASSIS



Vereador Aldo Clemente (PSDB) também é o líder do prefeito

A Câmara Municipal de Natal (CMN) aprovou projeto de lei nº 237/2024 que institui o "Programa Municipal de Ações Contingenciais para o Período Chuvoso", com intuito de preparar a cidade para enfrentar períodos de fortes chuvas, preservando vidas e patrimônios.

"Esse contingenciamento de ações é importante e integrado. O prefeito Paulinho Freire (União Brasil) tem essa atenção e essa preocupação com Natal no período chuvoso", explicou o líder do prefeito, vereador Aldo Clemente, que também é o autor do projeto, que foi aprovado em segunda discussão e encaminhado à redação final antes de seguir à sanção do Executivo.

"Todos os anos a capital do Estado do Rio Grande do Norte é acometida de fortes chuvas que provocam terríveis incidentes de alto impacto socioambiental. Em face disso, como forma de reduzir aos moradores da Capital os impactos negativos causados por essas precipitações, apresentamos a presente proposta legislativa", acrescentou Clemente.

O texto original do projeto já havia passado por três comissões técnicas sem sofrer emendas em 10 de junho (Legislação, Justiça e Redação Final), 4 de julho (Finanças, Orçamento, Controle e e Fiscalização) e 6 de novembro do ano passado (Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Habitação) sem sofrer emendas.

"Importa destacar que é dever do Município combater essas tragédias naturais e garantir o desenvolvimento sustentável e a segurança da população, tendo em vista que a Lei Federal nº 12.608/12 reconhece a necessidade de maior preparo estatal no enfrentamento a desastres naturais ou antrópicos, estabelecendo medidas para a prevenção, monitoramento, mitigação e resposta no âmbito da proteção e defesa civil, com a instituição da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, a qual deve ser articulada entre a União, Estados, DF e Municípios", continuou o vereador.

Aldo Clemente explicou, ainda, que a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil deve integrar-se às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, meio ambiente, infraestrutura, gestão de recursos hídricos, mas "destina aos Municípios competências, como a identificação e mapeamento de áreas de riscos de desastres, a incorporação de ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal".

"Iniciativa idêntica já tramitou perante a Casa Legislativa de Teresina, capital do Piaui, e se tornou norma, a Lei nº 5.740/2022, finalizou, sendo que o novo programa não exclui e nem substitui os demais planos eventualmente executados pelo Executivo. Os vereadores João Batista Torres (DC) e Pedro Henrique (PP) pediram subscrições ao projeto.

ECONOMIA

Prefeitura antecipa pagamento dos servidores

A Prefeitura do Natal antecipou, para esta sexta-feira (28), o pagamento dos salários de março de todos os servidores municipais, incluindo ativos, inativos e pensionistas. A medida reforça o compromisso da gestão com a pontualidade e valorização do funcionalismo público, além de representar um importante estímulo à economia da cidade.

Neste mês, a folha salarial já incorpora o reajuste de 6,27% para os professores da rede municipal, formalizado na última terça-feira (25). O impacto desse incremento supera R$ 1 milhão por mês, refletindo o investimento da administração no fortalecimento da educação pública e na valorização dos profissionais da área. No total, mais de R$ 84 milhões serão injetados na economia da capital potiguar, beneficiando diretamente milhares de famílias e movimentando setores estratégicos do comércio e serviços.

O prefeito Paulinho Freire (União Brasil) ressaltou que a antecipação salarial reafirma a responsabilidade fiscal do município e o compromisso com o bem-estar dos servidores. "Garantir que os trabalhadores recebam seus vencimentos em dia, e agora com o reajuste dos professores, é uma prioridade da nossa gestão", disse.

Congresso será flanco de defesa para Bolsonaro durante processo

MOVIMENTAÇÃO Os parlamentares estão articulando estratégias para defender o ex-presidente, como a proposta de emenda à Constituição (PEC) que visa extinguir o foro privilegiado e obstrução de matérias

Após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de tornar Jair Bolsonaro (PL) réu no processo sobre uma suposta tentativa de golpe de Estado, a oposição no Congresso Nacional se articula para intensificar pressão por propostas que possam livrar ou minimizar os prejuízos ao ex-presidente e demais acusados no caso. Além do projeto de lei que anistia condenados por participar dos atos de 8 de janeiro de 2023, parlamentares bolsonaristas também tentam pautar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que extingue o foro privilegiado para autoridades, retirando processos do STF.

Na noite da quarta-feira (26), o líder do PL na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), disse que a oposição também já iniciou um processo de obstrução de matérias, quando representantes de um ou mais partidos não comparecem a sessões, fazendo com que o número mínimo de parlamentares para iniciar votações não seja alcançado.

"Nós só estamos começando, brasileiros e brasileiras, essa batalha. Hoje, arbitrariamente tornaram o presidente Bolsonaro e mais sete réus nesse processo. Mas queremos dizer que se pensaram que a gente ia baixar a cabeça, nós hoje já começamos a obstruir aqui na Câmara. Hoje aqui na Câmara ninguém vai fazer nada. Não teve Ordem do Dia. E nós vamos continuar nessa trincheira da luta", disse Sóstenes.

LULA MARQUES- AGÊNCIA BRASIL



O ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, durante pronunciamento após STF torná-lo réu

A ordem do dia foi cancelada nesta quarta-feira pelo vice-presidente da Casa, Altineu Côrtes (PL-RJ), que está no exercício da presidência com a viagem de Hugo Motta (Republicanos-PB) ao Japão durante a semana. No plenário, Altineu anunciou que não haveria sessão por conta de discordâncias entre lideranças, mas não explicou quais.

"Não tendo havido consenso para deliberar as matérias em pauta, está cancelada a ordem do dia", afirmou Altineu. O presidente em exercício é do mesmo partido de Jair Bolsonaro, mas também se diz leal ao presidente da Casa, Hugo Motta.

Os líderes governistas confirmaram que não havia acordo para as principais matérias que seriam pautadas no dia, como o projeto que estabelece gratuidade de CNH para pessoas de baixa renda. O cancelamento, portanto, não teria sido motivado por pedidos da oposição.

PL da anistia

O projeto de lei que pede anistia para participantes da tentativa de golpe de Estado é relatado pelo deputado Rodrigo Valadares (União-SE), aliado de Bolsonaro. Ainda não há relatório publicado, mas o parecer deve reunir uma série de textos protocolados sobre o tema. O principal deles é de autoria de Cabo Gilberto (PL-PB), que pede a liberação de todos que participaram ou planejaram os atos de 8 de janeiro.

"Fica concedida anistia, nos termos do art. 48, VIII, da Constituição Federal, a todos que, em razão das manifestações ocorridas em Brasília na Praça dos Três Poderes, no dia 8 de janeiro de 2023, tenham sido ou venham a ser acusados ou condenados pelos crimes definidos nos arts. 359-L e 359-M do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal", diz o texto. Caso a urgência da proposta seja aprovada, o projeto poderia ser encaminhado diretamente ao plenário.

A expectativa do PL é que uma reunião preliminar seja feita na próxima terça-feira, com os partidos que dizem apoiar a matéria ou, ao menos, ter a intenção de liberar suas bancadas para o voto. Na quinta, de acordo com Sóstenes Cavalcante, o tema deve ser debatido em reunião de líderes para, então, a urgência ser pautada na semana seguinte. Caso isso não ocorra, o partido de Bolsonaro deverá optar pelas obstruções.

Hugo Motta tem evitado o tema e, na semana passada, saiu da reunião de líderes sem responder a Sóstenes quando pautaria a matéria. Para líderes de partidos de centro, Motta está em uma saia justa, já que o PL tem uma bancada robusta o suficiente para paralisar os trabalhos na Casa, com 92 deputados. Ao mesmo tempo, o presidente da Câmara vem tentando uma aproximação com ministros do STF e não pretende desagradar a Corte.

Uma saída, de acordo com aliados de Motta, seria manter o plano de montar uma comissão especial para discutir a matéria. Enquanto isso, a base do governo já começa a demonstrar preocupação com a possibilidade de a proposta avançar. O líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), diz que começou a mapear os deputados que podem apoiar o projeto.

"A próxima semana vai ser uma confusão em cima disso. Eu já estou fazendo um mapa voto a voto. Está muito preocupante. Eu estou vendo estado por estado. O cara vota de acordo com o voto dele. Então, o cara que é eleito com o discurso mais Bolsonaro, ele vai nisso. Agora, eles não podem pedir para a Casa entrar nesse drama", afirmou.

Foro privilegiado

O vice-líder da oposição Ubiratan Sanderson (PL-RS) protocolou um novo requerimento pedindo para o presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) pautar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que extingue o foro especial por prerrogativa de função nos casos de crime comum. Por ser ex-presidente, Bolsonaro foi enquadrado no foro privilegiado e, por isso, julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

No último mês, quatro requerimentos como esse, pedindo a inclusão na pauta de plenário, foram protocolados pelos deputados José Medeiros (PL-MT) e Adriana Ventura (Novo-SP).

A proposta já foi aprovada no Senado Federal em 2017, com autoria do ex-senador Alvaro Dias, mas segue parada na Câmara dos Deputados aguardando inclusão na pauta do plenário.

Caso avance, Bolsonaro poderia ser julgado por juízes da primeira instância."Com o fim do foro privilegiado, o STF se reservará apenas à sua função precípua de guardião da Constituição, afastando da Corte a função de Delegacia de Polícia de autoridades com foro privilegiado", afirmou Sanderson.

Na quarta-feira, Bolsonaro negou que o pedido para pautar a PEC tenha partido dele, mas defendeu a proposta: "Tem uma PEC que passou no Senado e leva os casos (de autoridades) para a primeira instância", disse.

Bolsonaro descarta plano para matar Lula

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) disse na quinta-feira (27) que "só um imbecil ou um canalha" acredita que tenha havido um plano para assassinar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2022. Em postagem nas redes sociais, criticou as "cortinas de fumaça" do atual governo e disse que o petista precisa mostrar "resultados" de sua gestão "que não sejam aumento de impostos".

A publicação se deu em resposta à declaração de Lula, que disse ser "visível" que o ex-presidente e adversário tentou impedir a sua posse e contribuiu no plano para assassiná-lo. A 1ª Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) tornou Bolsonaro e outros 7 réus por golpe de Estado na quarta-feira (26).

"Lula, cachaça, o brasileiro sabe de sua índole e de como você chegou até aqui. Só um imbecil ou um canalha compra esse papo de plano de assassinato. A única pessoa que tentaram matar fui eu, em uma ação de antigo militante do PSOL, seu braço político de 1ª hora", disse Bolsonaro.

No inquérito da PF que embasou a denúncia da PGR (Procuradoria Geral da República), consta o plano "Punhal Verde Amarelo", que, segundo as investigações, planejava os assassinatos de Lula, do seu vice, Geraldo Alckmin (PSB), e do então presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Alexandre de Moraes.

O ex-chefe do Executivo voltou a criticar o teor da denúncia, dizendo ser uma "patifaria armada".

EDITAL DE LEILÃO DE CONSOLIDAÇÃO DE PROPRIEDADE 2025/960049
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA ARTS. 26-A, 27 E 27-A DA LEI 9.514/97

CARLA SOBREIRA UMINO, leiloeira pública oficial, devidamente matriculada na **JUCESP sob nº 826**, autorizada pelo credor fiduciário ***BANCO DO BRASIL S.A***, *por intermédio da* ***CESUP PATRIMÔNIO - PR***, **CNPJ: 00.000.000/0001-91, faz saber**, aos que o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento e interessar possa, que nos termos dos artigos 26-A, 27 e 27-A da lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do sistema de financiamento imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel com assistência do decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão de leiloeiro ao território da república, com as alterações introduzidas pelo decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, lei nº 13.138, de 26 de junho de 2015, que altera o artigo 19 do regulamento a que se refere o decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, para incluir como competência dos leiloeiros a venda em hasta pública ou público pregão por meio da rede mundial de computadores, bem como, instrução normativa DREI nº 52/2022 da JUCESP, levará a público leilão para alienação do(s) imóvel(is) recebido(s) em garantia, nos contratos inadimplentes de alienação fiduciária, na modalidade **ELETRÔNICA, captando lances "on-line", através do portal** www.lancenoleilao.com.br, em **PRIMEIRO LEILÃO PÚBLICO** no dia **23 de abril de 2025**, a partir das **10h00min**, ocasião em que, se, o maior lance oferecido for inferior ao valor estipulado do imóvel será realizado o **SEGUNDO LEILÃO PÚBLICO**, no dia **30 de abril de 2025**, a partir das **10h00min**, oportunidade em que será aceito o maior lance oferecido, desde que seja igual ou superior ao valor estipulado para arrematação em 2º leilão. **01. DA HABILITAÇÃO** Os interessados em participar do leilão deverão se cadastrar no portal da **LANCE NO LEILÃO**, com antecedência mínima de 48 horas da realização do leilão, sob pena de não ser efetivada a validação do cadastro efetuado, para tanto, deverão aceitar os **TERMOS DE USO** e apresentar os documentos solicitados na hora do cadastro. Após, aprovação e liberação do cadastro, se faz necessário habilitar-se, acessando o banner deste leilão, clicando na opção **habilitação**, depois aceitar as regras de participação constante no **EDITAL DE LEILÃO** em conjunto com o **TERMO DE USO**, que implica na aceitação da integralidade das condições estipuladas neste **EDITAL**. **02. DOS LANCES** Os imóveis serão anunciados por lotes e seguindo uma ordem cronológica, vendidos um a um, encerrados de modo escalonados até o último lote, havendo lances nos 3 minutos antecedentes ao horário de encerramento do lote, será prorrogado o seu fechamento por igual período de tempo, visando manifestação de outros eventuais licitantes, nos termos da aplicação subsidiária do **artigo 21 da resolução nº 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, em caráter ad corpus e nas condições e no estado de conservação em que se encontram, sendo exclusiva atribuição dos interessados a verificação destes, não cabendo ao **BANCO DO BRASIL S.A** e a **LEILOEIRA** quaisquer responsabilidades quanto atual situação do imóvel. Caso o imóvel se encontre ocupado, será vendido no estado em que se encontra não podendo o arrematante alegar desconhecimento desta condição. A desocupação do imóvel deverá ser providenciada pelo **ARREMATANTE**, que assume o risco da ação, bem como todas as custas e despesas, inclusive honorários advocatícios, mediante propositura da competente reintegração na posse, na forma do **artigo 30, da lei nº 9.514/97**. Todos os participantes terão conhecimento dos lances ofertados por meio de registros disponibilizados no auditório virtual, propiciando a concorrência em igualdade de condições aos interessados, efetivando-se a arrematação pelo maior lanço ofertado. O interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito. **03. DOS DÉBITOS DE IPTU, ITR E CONDOMÍNIO INCIDENTES SOBRE OS IMÓVEIS**. Existindo valores não quitados de IPTU, ITR e condomínio, o **BANCO DO BRASIL S.A** ficará responsável pela quitação dos valores a vencer até a data da realização do segundo leilão. É de responsabilidade de o **ARREMATANTE** efetuar o levantamento de eventuais débitos incidentes sobre o imóvel, mediante apresentação de documentação comprobatória para o endereço de e-mail atendimento@lancenoleilao.com.br. Não serão acatados pedidos de ressarcimento referentes a eventuais pagamentos de débitos efetuados pelo **ARREMATANTE** ou por terceiros, exceto se autorizado formalmente pelo **BANCO DO BRASIL S.A**. No caso de débitos que estejam sendo cobrados na via judicial, a **BANCO DO BRASIL S.A** avaliará a necessidade de se manifestar em juízo para se resguardar de cobranças indevidas, responsabilizando-se pelo pagamento da dívida em execução em caso de condenação. **04. DA LEILOEIRA** O **ARREMATANTE** vencedor pagará a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do lance vencedor a leiloeira oficial, a título de comissão. O **ARREMATANTE** deverá efetuar o pagamento por meio de depósito em conta corrente designada pela leiloeira, no ato após o envio dos dados bancários, ressalta-se que o pagamento deverá ser efetuado apenas em conta corrente nominal a leiloeira. O valor da comissão da leiloeira não compõe o valor do lance ofertado. **05. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO** A venda será realizada à vista. O **ARREMATANTE** deverá efetuar o pagamento por meio de depósito em conta corrente designada pelo Banco do Brasil S.A., após o envio dos dados bancários. O **ARREMATANTE** vencedor deverá recolher ao Banco do Brasil S.A. o valor correspondente a 100% do valor proposto, por meio de depósito na mesma conta corrente designada pelo Banco do Brasil S.A., em até 24 horas, contados a partir da data do envio dos dados bancários. Após os pagamentos, se faz necessário o envio do comprovante para o endereço de e-mail atendimento@lancenoleilao.com.br com a identificação do leilão e lote arrematado. Caso o arrematante não apresente no prazo previsto os comprovantes de quitação referentes à aquisição do imóvel e a documentação exigida, será considerado desistente do negócio e a venda será cancelada. Reconhecida a desistência, o ARREMATANTE vencedor perde em favor do Banco do Brasil S.A., a título de multa, o valor equivalente a 5% (cinco por cento) e a comissão da leiloeira. **06. DA DESISTÊNCIA** O ARREMATANTE vencedor poderá ser considerado desistente se não cumprir as regras previstas no edital de leilão ou deixar de efetuar os pagamentos nos prazos e formas definidas por este a critério do **Banco do Brasil S.A.** ou **LEILOEIRA**. Ressalvados os casos previstos em lei, aquele que for considerado desistente, fica automaticamente obrigado a pagar a importância correspondente a 10% (dez por cento) do valor do lance vencedor, sendo 5% (cinco por cento) a título de multa e 5% (cinco por cento) a título de comissão da leiloeira, sem prejuízo das demais sanções cíveis e criminal cabíveis à espécie. O não pagamento demandará o arrematante pelo preço com os juros de mora, por ação executiva, instruída com certidão da leiloeira em que se declare não ter sido pago o preço da arrematação no prazo marcado no ato do leilão, nos termos do art. 39 do decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932. Na eventualidade de ser frustrada, a arrematação de determinado lote, por ser considerado desistente o arrematante, será realizada uma consulta aos demais colocados, na ordem de classificação sobre o seu interesse em adquirir o imóvel, sendo considerado como lance vencedor o maior valor ofertado pelo próximo colocado, mantendo os demais termos deste Edital. **07. DA MULTA** Caracterizada a desistência, o **ARREMATANTE** vencedor perde em favor do **COMITENTE**, a título de multa, o valor equivalente a 5% do valor do lance vencedor e a comissão da leiloeira. **08. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DO FIDUCIANTE** É facultado ao fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida, somado às despesas, aos prêmios de seguro, aos encargos legais, às contribuições condominiais, aos tributos, inclusive os valores correspondentes ao imposto sobre transmissão **intervivos** e ao laudêmio, se for o caso, pagos para efeito de consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor fiduciário, e às despesas inerentes aos procedimentos de cobrança e leilão, hipótese em que incumbirá também ao fiduciante o pagamento dos encargos tributários e das despesas exigíveis para a nova aquisição do imóvel, inclusive das custas e dos emolumentos até a data da realização do segundo leilão, nos termos do § 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514/97 (**Redação dada pela Lei nº 14.711, de 2023**). O direito de preferência do fiduciante é personalíssimo e intransferível, limitado a própria ação do titular, não sendo aceitos lances virtuais para o exercício deste direito. Os interessados deverão requerer o uso desta prerrogativa através do e-mail atendimento@lancenoleilao.com.br, informando a identificação do lote, a identificação pessoal (RG, CPF ou CNH) e anexando a cópia dos respectivos documentos. Depois será encaminhado ao fiduciante o Termo de Aquisição Por Exercício do Direito de Preferência e os dados bancários para pagamento do preço determinado pelo **§ 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97** e comissão da leiloeira determinada pelo **§ 3º, inciso II do artigo 27 da lei 9.514/97**. O fiduciante deverá efetuar os respectivos pagamentos por meio de depósito em conta corrente designada pelo Banco do Brasil e leiloeira até a data da realização do segundo leilão, **ressalta-se que o pagamento deverá ser efetuado apenas em conta vinculada ao nome do fiduciante para recebimento da aquisição e em nome da leiloeira para pagamento da comissão**. O imóvel será mantido em leilão até a comprovação dos pagamentos supramencionados, sendo comunicado aos demais interessados a pretensão do fiduciante em adquirir o imóvel pelo direito de preferência. Na eventualidade de ser frustrada, a aquisição de determinado lote pelo direito de preferência, por não atendimento pelo fiduciante de requisito necessário, será concretizada a venda por meio do público leilão. Somente após a comprovação dos pagamentos supramencionados e a recepção do Termo de Aquisição Por Exercício do Direito de Preferência devidamente assinado, o imóvel será retirado do leilão. **09. DA CONTRATAÇÃO** O contrato será formalizado por meio de Escritura Pública de Venda e Compra, correndo todos os impostos, taxas e despesas, inclusive as cartorárias, incluindo certidões atualizadas da matrícula do imóvel e outras necessárias para o registro, por conta do arrematante/fiduciante. o **ARREMATANTE** terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a data do leilão e o **FIDUCINANTE** o mesmo prazo contados a partir da data do efetivo pagamento para lavratura da escritura pública e posterior registro junto ao Cartório de registro de Imóveis condizente ao imóvel arrematado para transferência de propriedade, sob pena, de não cumprido este prazo, o **ARREMATANTE/FIDUCIANTE** ser considerado desistente, conforme item 06 deste Edital. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo **ARREMATANTE/FIDUCIANTE** durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo **Banco do Brasil S.A**. O **ARREMATANTE/FIDUCIANTE** fica responsável pela apresentação junto ao **Banco do Brasil S.A.** da escritura pública registrada junto ao Ofício de Registro de Imóveis competente no prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do instrumento de venda e compra. Os arrematantes/fiduciantes serão orientados através do escritório da leiloeira por meio de endereço eletrônico sobre o procedimento da lavratura da escritura e registro do imóvel arrematado/adquirido. DESCRIÇÃO DOS LOTES: **ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - (RN).** *Município de Açu*. LOTE: 074 . **Registro: ID99686. Descrição: IMÓVEL DE MATRÍCULA 15.230 DO 1º OFÍCIO SERVIÇOS NOTARIAL E REGISTRAL IMOBILIÁRIO DA COMARCA DE ASSU-RN, ASSIM DESCRITO:** Casa, Lote nº 173 da Quadra I do Loteamento Jardins Vale do Assu, Bairro Quinta do Farol, melhor descrita e caracterizada na respectiva matrícula.. **Inscrição Imobiliária:** 01.07.0167.0131.001 . **Obs.1:** Nos termos do § 7º do artigo 26 da Lei nº 9.514/97, encontra-se averbada, na matrícula do imóvel, a consolidação da propriedade em nome do fiduciário.. **Obs2.:** O imóvel encontra-se ocupado por terceiros, e as providências para regularização e desocupação, bem como as eventuais despesas decorrentes, serão de inteira responsabilidade do adquirente. **Localização:** Rua dos Baobás, 298, Quadra 0167, Lote 131, Loteamento Jardins Vale do Assu, Quinta do Farol, Açu-RN, CEP: 59650-000. **Lance mínimo para arrematação em 1º leilão: R$ 103.814,12 (Cento e três mil e oitocentos e quatorze reais e doze centavos). Lance mínimo para arrematação em 2º leilão: R$ 139.807,94 (Cento e trinta e nove mil oitocentos e sete reais e noventa e quatro centavos).** *Município de Parnamirim*. **LOTE: 075 . Registro: ID100305. Descrição: IMÓVEL DE MATRÍCULA 75.392 DO 1º** OFÍCIO DE NOTAS DE PARNAMIRIM-RN, **ASSIM DESCRITO:** Casa, localizada no Residencial Maria José, Nova Parnamirim, possuindo 144,985m2 de área privada, Loteamento Parque da Natureza no complexo Cidade Verde, melhor descrita e caracterizada na respectiva matrícula.. **Inscrição Imobiliária:** 1.2101.005.02.0290.0002.2 – **Sequencial:** 20724624. **Obs.1:** Nos termos do § 7º do artigo 26 da Lei nº 9.514/97, encontra-se averbada, na matrícula do imóvel, a consolidação da propriedade em nome do fiduciário.. **Obs.2:** O imóvel encontra-se ocupado por terceiros, e as providências para regularização e desocupação, bem como as eventuais despesas decorrentes, serão de inteira responsabilidade do adquirente.. **Localização:** Rua da Algaroba, 241, Bloco B, Residencial Maria José, Nova Parnamirim, Parnamirim-RN, CEP: 59151-840. **Lance mínimo para arrematação em 1º leilão: R$ 350.884,40 (Trezentos e cinquenta mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos). Lance mínimo para arrematação em 2º leilão: R$ 441.410,21 (Quatrocentos e quarenta e um mil quatrocentos e dez reais e vinte e um centavos).** Aos participantes do público leilão, é defeso alegar desconhecimento das cláusulas deste Edital, para se eximirem das obrigações geradas, inclusive aquelas de ordem criminal na forma do artigo 335, do Código Penal Brasileiro.. Maiores informações no escritório da Leiloeira tel. (11) 3393-3150.. Carla Sobreira Umino, Matrícula - JUCESP 826 - Leiloeira Oficial - www.lancenoleilao.com.br.

UFRN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
DEPARTAMENTO DE MORFOLOGIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO

Encontra-se sob a guarda do Departamento de Morfologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte o corpo de um indivíduo do sexo masculino, sem identificação, pele parda, aparentando entre 55 e 60 anos de idade, com estatura de 1m70cm, peso de 75kg, desde o dia 13 de janeiro de 2025, oriundo da Unidade de pronto atendimento (UPA), de Cidade Satélite.

Mais informações no telefone: 99193-6013

KARINNA VERISSIMO MEIRA TAVEIRA
Chefe do Departamento de Morfologia

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO/RN

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025 SRP

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN**, por intermédio de seu Agente de Contratação/Pregoeiro, designado pela Portaria nº 058/2025, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - SRP**, tipo **"MENOR PREÇO POR AGRUPAMENTO DE ITENS "LOTE"** destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO FUTURO E GRADUAL DE INSUMOS DE INFORMÁTICA**, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. A sessão pública, para realização de sessão de lances, será realizada às **10:00 do dia 09 de abril de 2025**. A abertura das propostas de preços, será às **10:00 do dia 09 de abril de 2025**. As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico **até às 09 horas e 59 minutos** (Horário de Brasília) do **dia 09 de abril de 2025**, no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, para maiores informações podem ser solicitadas através do e-mail pmsa.licitacoes@gmail.com.

Santo Antônio/RN, 27 de março de 2025.
Jalmir Amador da Silva
Agente de Contratações/Pregoeiro Oficial

PUBLICIDADE LEGAL COM DUPLA FORÇA!

No jornal de maior circulação do RN e no portal de notícias mais acessado, com certificação digital garantida.

TRIBUNA DO NORTE
Entidades produtivas acionam Justiça contra aumento do ICMS

ALCANCE, CREDIBILIDADE E VISIBILIDADE
EM TODAS AS PLATAFORMAS!

Orçamento: (84) 4006-6173
noticiario@tribunadonorte.com.br
Atendimento de Segunda à Sexta, 8h às 18h.

Alex Medeiros

[INSTAGRAM @alexmedeiros1959]

Mara Marisa

(POR MARUJO DANTAS)

Aquele rapaz adolescente da rua do "Kuxixo", nunca esteve de olho na boutique dela. Parece vulgar, mas é poético. Ele viu uma menina linda, estonteante e magnífica. Ela era a atração principal em semblante, alegria, maturidade e educação. Ele apenas perguntou ao melhor amigo: "Quem é? É Magaly, ela mora no fim da rua onde tem uma loja com o nome dela: MAGALY BOUTIQUE.



Ela descia a pé, de moto e às vezes de carro. Chamava todos de "fofo." Ele jamais imaginava que essa menina linda um dia pudesse ter a capacidade de lhe perguntar: "como é o seu nome?" A partir desse dia, um tal de "Nelson" que era pseudônimo de festa, entrou na conversa. Sem mais nem menos, todas as noites ele ia para esquina esperá-la.

Do nada, as conversas fluíam com fervor e confiança. Ele tinha namorada. Ela também tinha namorado. Depois de alguns carnavais Magaly já era dele uma confidente e vice versa. Mara Marisa Magaly se tornou uma grande e abençoada amiga de Mário Henrique, que sou eu, este escriba.

Desde então não houve mais como não ter Magaly na minha vida nem eu na vida dela. Eu nem acreditava que um rapaz que já era homem pudesse ter uma amiga de verdade sem nenhum tipo de envolvimento físico.

Não demorou para entendermos que era um encontro cármico espiritual. Em todas as mudanças naturais da vida, como sair da casa dos pais, casar, separar, ir embora; estivemos juntos. Jamais poderia acontecer nada na minha vida sem que Magaly não soubesse antes.

Quando estava com namorada nova, Magaly no momento certo dizia: "fofa", preste atenção. Cuida bem do "fofo", ok? Não existia telefone celular. Eu achava Magaly a hora que quisesse, e ela também.

A gente sempre estava participando da vida um do outro sem nenhuma malícia de gênero. Éramos e somos até hoje amigos de verdade. Coincidentemente Magaly me chama de Maroca, um apelido que meus primos botaram-me e eu não gostava. MAGALY não sabia disso.

Até hoje, não sei porque, ela me chama assim. Espero que ela responda depois que ler esse texto. Houve um tempo de distância em que eu perdi contato com ela, e até chorava sentindo saudades de quando, aos domingos, ela passava lá em casa para eu ajudá-la a arrumar o estoque da boutique.

Nesses momentos, ríamos, falávamos e fofocávamos dos outros. Não dá para falar da Maga, sem Emília e Lorenda, e ela não pode falar de mim sem Flávio Rezende, Bruce e Miúda.

A verdade é que mesmo na frente das minhas namoradas e mulheres, quando eu via Magaly no Chernobyl, em Pipa, em Búzios... Sempre fazia questão de dizer, você é a mulher mais bonita dessa festa.

Quando eu entrava em um relacionamento já dizia: você vai ter que que conhecer Magaly. Mas num dia, em sua imensa bondade em servir a população carente, Magaly foi magoada pelo povo de Tibau do Sul.

Na minha vida e na dela aconteceram coisas sobrenaturais. Ainda bem que hoje estamos nos falando de novo todos os dias, e é muito bom acordar com o seu 'bom dia'.

Nossa amizade é tão grande e bela que eu só fui descobrir que Magaly se chamava Mara Marisa Magaly quando fomos ver se tínhamos passado no vestibular. Ela me disse, meu nome não é Magaly. É Mara Marisa Magaly. Que bom, linda, bela, caridosa e resplandecente amiga que hoje depois dos sessenta anos ainda somos os mesmos. Te amo demais, Magaly. Depois eu converso com essa tal de Mara Marisa.



Julgamento Do juiz e ex-ministro Marco Aurélio Mello: "Em 31 anos como ministro do Supremo Tribunal Federal, jamais um processo criminal foi julgado na Turma; sempre foi levado ao Plenário. É um descalabro o que está sendo feito agora".

Liberdade No último dia 21, o STF mandou soltar 15 elementos das quadrilhas de tráfico de drogas que atuam na cidade de Campinas (SP). O caso foi manchete da revista Oeste. As cadeias estão deixando de ser lugares para os bandidos.

Mensalândia Há um tema proibido de ser imaginado ou discutido em algumas cidades nordestinas. Por mais que seja de interesse do progresso urbano, o silêncio é imposto em diversos órgãos públicos, federal e municipal, no fator "sacola".

Insegurança É aterrador o gesto impassível do governo Fátima Bezerra com a onda de crimes bárbaros no âmbito das facções que agem no estado e com tamanha liberdade em Natal. A bandidagem parece sentir que tudo está bem dominado.

Nominações A polêmica da desomenagem a Newton Navarro deveria servir para a Assembleia Legislativa aprimorar a aprovação de leis assim. Já basta ter aprovado Marinho Chagas na Arena de Dunas e ser totalmente ignorado.

Paradas O presidente dos EUA, Donald Trump, está determinado a eliminar completamente os atos do "mês do orgulho gay" e instituir em seu lugar o "mês dos veteranos", homenageando os heróis de guerra que ainda estão vivos.

Provocação Durante o jogo no Monumental, um garoto de pele escura fez gestos imitando um chimpanzé em direção a um brasileiro, de pele branca (parecia ser gaúcho) que reagiu chamando o moleque de "nazista" e "racista" e alguns palavrões.

Provocação II No começo do ano, um repórter paulista passou dias na Argentina frequentando alguns jogos e indagando sobre racismo. A maioria disse que o termo "macaquito" vem desde os avós e não difere brasileiro negro ou branco.

Galípolo anuncia inflação acima da meta e juros altos

CURTO PRAZO O Brasil tem inflação acumulada em 12 meses de 5,06% — num cenário bem acima do teto da meta inflacionária para este ano, que é de 4,50%

ANTÔNIO CRUZ-AGÊNCIA BRASIL



Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, fez alerta para um cenário econômico desafiador

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, disse, na quinta-feira (27), que, a curto prazo, o Brasil precisará lidar com uma inflação acima da meta, estipulada em 3% neste ano. Segundo ele, o BC tem consciência de que a "combinação de inflação acima da meta e de taxa de juros mais contracionista costuma produzir essa posição mais incômoda".

"O Banco Central sabe que, no curto prazo, a gente vai conviver com uma inflação acima da meta e que os mecanismos de transmissão desse processo vão se dar nessa ordem que a gente tem comunicado", declarou. Atualmente, o Brasil tem inflação acumulada em 12 meses de 5,06% — bem acima do teto da meta para este ano, que é de 4,50%.

Ao ser questionado sobre o guidance (orientação futura) da próxima alta na taxa básica de juros, a Selic, Galípolo não estimou a dimensão do aperto monetário (ou seja, o aumento dos juros).

Ele preferiu reforçar o que foi dito na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada nessa terça-feira (25/3), em que o BC indicou que o ciclo de alta da Selic "não está encerrado", mas que a próxima elevação "seria de menor magnitude".

"A ata continua bastante válida, ela não ficou velha. A gente quer preservar esses graus de liberdade para a gente poder tomar essa decisão [definir a taxa Selic]", acrescentou o presidente do BC.



ENTENDA A SITUAÇÃO DOS JUROS NO BRASIL

- **A taxa Selic é o principal instrumento de controle da inflação.**
- **Ao aumentar os juros, a consequência esperada é a redução do consumo e dos investimentos no país.**
- **Dessa forma, o crédito fica mais caro e a atividade econômica tende a desaquecer, provocando queda de preços para consumidores e produtores. A inflação dos alimentos tem sido a pedra no sapato do presidente Lula (PT).**
- **São esperadas novas altas nos juros ainda no primeiro trimestre, com taxa Selic próxima a 15% ao ano.**
- **Projeções mais recentes mostram que o mercado desacredita em um cenário em que a taxa de juros volte a ficar abaixo de dois dígitos durante o governo Lula (PT) e do mandato de Galípolo à frente do BC**

Em 2025, a meta de inflação é de 3%, com variação de 1,5 ponto percentual, sendo 1,5% (piso) e 4,5% (teto). Ela será considerada cumprida se oscilar nesse intervalo de tolerância.

O presidente do BC ainda comentou que precisará escrever uma segunda carta informando o estouro da meta inflacionária. Isso porque a autoridade monetária segue confirmando a possibilidade de a inflação estourar a meta em junho.

A partir deste ano, a meta de inflação é contínua, e não mais por ano-calendário. Ou seja, o índice é apurado mês a mês. Nesse novo modelo, se o acumulado em 12 meses ficar fora desse intervalo por seis meses consecutivos, a meta é considerada descumprida.

Taxa Selic

Na última reunião, realizada entre 18 e 19 de março, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa básica de juros (a Selic) de 13,25% ao ano para 14,25% ao ano. Esse foi o quinto aumento seguido da taxa Selic, o ciclo de aperto monetário começou em setembro.

Hoje, os juros estão no mesmo patamar de 2015 e 2016, época da crise no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

CARTÕES DE CRÉDITO

Projeto obriga exibição do nome fantasia em faturas

O deputado federal Beto Richa (PSDB-PR) apresentou projeto de lei que torna obrigatória a exibição, nos demonstrativos, extratos e faturas de cartões de crédito, débito e instrumentos de pagamento similares, do nome fantasia e do número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do estabelecimento comercial onde é feita a compra pelo consumidor.

Hoje, muitos lançamentos em extratos e faturas vêm com nomes genéricos ou códigos, o que confunde o consumidor. O projeto de Richa obriga a exibição do nome fantasia do estabelecimento e seu CNPJ.

"Quantas vezes você recebeu a fatura do cartão e ficou em dúvida sobre uma compra, porque o nome que aparece não tem nada a ver com a loja onde você comprou?", pergunta Richa.

Comissão

O deputado Beto Richa (PSDB-PR) foi eleito, por unanimidade, nesta quarta-feira (19) para presidir a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados em 2025. Ele substitui o deputado Josenildo (PDT-AP), que comandou o colegiado em 2024.

Richa ressaltou o trabalho do antecessor e afirmou que o colegiado já contribuiu muito para o avanço do país em temas como o fortalecimento da politica industrial, transparência nas relações de consumo e geração de emprego e renda.

"Vamos discutir os pilares do crescimento do país. Juntos, indústria, comércio e serviços são responsáveis por 2/3 do PIB e por quase 50 milhões de empregos. Essa participação não se limita a números e reflete a capacidade do Brasil de criar riquezas e empregos ao mesmo tempo em que enfrenta grades desafios econômicos e sociais", destacou.

Ao comentar a expectativa de anúncio de uma nova alta da Selic, hoje, pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central, Richa lembrou que os juros brasileiros têm se mantido em patamares elevados, dificultando o crédito, aumentando os custos operacionais e limitando o crescimento das empresas.

"Vamos encarar esses desafios e de avançar na industrialização, na redução do custo do crédito e nos processos que facilitam a criação de empregos e a valorização das micro e pequenas empresas", diz.

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 08.402.943/0001-52 - NIRE nº 24.300.000.731

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da **GUARARAPES CONFECÇÕES S.A.** ("Companhia") convocados a se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleias") a serem realizadas, cumulativamente, no dia 30 de abril de 2025, às 15:00 horas, de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, e disciplinada na Resolução CVM nº 81/2022 ("Resolução CVM 81"), conforme alterada, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1) Em Assembleia Geral Ordinária a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **b)** aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **c)** instalar e determinar o número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia para o mandato de 1 (um) ano, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2026; **d)** eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para o mandato de 1 (um) ano, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026; **e)** fixar a remuneração global anual dos membros da administração da Companhia para o exercício social de 2025; e **f)** fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, se instalado, para o exercício social de 2025. **2) Em Assembleia Geral Extraordinária a)** alteração do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia para inclusão de atividade secundária; **b)** alteração do Artigo 19º do Estatuto Social da Companhia para ampliação do prazo do mandato da diretoria; e **c)** consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Informações gerais: 1.** A Companhia entende que a realização das Assembleias de forma exclusivamente digital garante a participação equitativa de todos os acionistas, independentemente de sua localização geográfica, promovendo maior acessibilidade e presença às Assembleias e transparência no processo deliberativo. **2.** Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas participem a distância pela plataforma digital ou enviem Boletins de Voto a Distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, ou por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, ou diretamente à Companhia, conforme modelo disponibilizado pela Companhia e observadas as orientações constantes na Proposta da Administração disponibilizada nesta data. **3.** Para participação nas Assembleias, os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia deverão apresentar os seguintes documentos à Companhia: **(i) no caso de pessoa física**: documento de identificação com foto recente e com validade em todo território nacional (Carteira de Identidade de Registro Geral – RG, expedida por órgão autorizado, Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro – RNE, expedida por órgão autorizado, Passaporte válido expedido por órgão autorizado, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado – OAB, CRM, CRC, CREA, ou Carteira Nacional de Habilitação com foto – CNH); e **(ii) no caso da pessoa jurídica**: cópia do Estatuto Social ou do Contrato Social atualizado e do ato que investe o representante de poderes como representante legal para comparecimento às Assembleias. **4.** Os acionistas que optarem por participar das Assembleias por meio de sistema eletrônico de participação remota deverão fazê-lo por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, sendo que as orientações e os dados para conexão no ambiente eletrônico serão enviados aos acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, que manifestarem o seu interesse em participar das Assembleias por meio do e-mail **ri@riachuelo.com.br até o dia 28 de abril de 2025 (inclusive)** enviando também neste e-mail os documentos necessários para sua participação nas Assembleias conforme detalhado na Proposta da Administração. **5.** O acionista que desejar fazer-se representar nas Assembleias por procurador ou representante legal, deverá atender aos preceitos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A., enviando **até o dia 28 de abril de 2025 (inclusive)** procuração com poderes especiais e documento de identificação do seu procurador para o e-mail **ri@riachuelo.com.br** ou entregando a referida documentação na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar, Edifício Pinheiros One, Bairro Butantã, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05501-050, aos cuidados de Lidia Amalia de Oliveira Ferranti, nos termos das instruções gerais dispostas detalhadamente na Proposta da Administração. **6.** As instruções gerais para participação nas Assembleias ora convocadas, inclusive aquelas relativas à participação por meio do sistema eletrônico contratado pela Companhia, encontram-se dispostas detalhadamente na Proposta da Administração, divulgada pela Companhia juntamente com o presente Edital de Convocação nas páginas na internet da Companhia (**https://ri.riachuelo.com.br/**); da CVM (**www.cvm.gov.br**); e da B3 (**www.b3.com.br**).

Natal, 28 de março de 2025

Flávio Gurgel Rocha - Presidente do Conselho de Administração

A SOSERVI – SOCIEDADE DE SERVIÇOS GERAIS convoca o funcionário GRAZIELLY AIONE GOMES DA SILVA para comparecer à sede da empresa para resolver assunto de seu interesse. Prazo de 72 horas.

PEDIDO LICENÇA DE OPERAÇÃO

Amorim & Cia LTDA, CNPJ nº 08.291.637/0001-96, torna público que está requerendo a Secretaria de MeioAmbiente e Planejamento Urbano – SEMURB a Licença de operação, para um Galpão, localizado na BR101,S/N, Zona De Expansão Urbana, São José do Mipibu /RN.Amorim & Cia LTDA - Proprietário

LEILÃO DE BENS MÓVEIS DAS EMPRESAS R.PONTES LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA E PONTA NEGRA RENT A CAR LTDA
OBJETO: BENS MÓVEIS E VEÍCULOS DIVERSOS.
DATA E HORÁRIO: 07 DE ABRIL DE 2025 ÀS 10:00 E 11:00 HORAS.
Maiores informações com a Leiloeira Jussara Daniele de Medeiros
(84) 9 9940-7936
Jussaraleiloeira@gmail.com
Jussara Daniele de Medeiros
Leiloeira Pública Oficial do RN

JP NEWS
Aponte a câmera do seu celular aqui.
E escute agora!

Eufrázio

facebook
Acesse notícias da Tribuna do Norte via Facebook @ tribunadonorteRN

Instagram
Acesse notícias da Tribuna do Norte via Instagram @tribunadonorte

Haddad confirma que Perse acaba dia 31 e descarta prorrogação

EVENTOS Ministro diz que empresas passarão a recolher impostos em abril. Empresários pedem continuidade

ABIH/DIVULGAÇÃO



Na Câmara, representantes do setor de turismo e eventos cobraram continuidade do Perse

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta quinta-feira (27) que o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) não será prorrogado e que as empresas passarão a recolher os impostos a partir de abril. O programa foi criado em 2021 para amenizar os impactos da pandemia de Covid-19 no segmento. O anúncio foi feito pelo ministro mesmo diante de protestos de empresários, que solicitam a prorrogação do benefício.

Segundo Haddad, a decisão foi tomada após uma série de análises que indicam que o valor acordado de R$ 15 bilhões será alcançado neste mês. "As empresas passam a recolher a partir de abril, ou seja, o Perse termina. Mas, se ao final do processo de auditagem dos dados, que deve acontecer no fim de maio, porventura as projeções da Receita não se confirmarem, nós vamos sentar à mesa e vamos verificar uma forma de que o valor dos R$ 15 bilhões seja atendido", disse Haddad.

Diante da perspectiva de ser encerrado em abril, após anúncio da Receita Federal na semana passada, representantes do setor de turismo e eventos de todo o Brasil cobraram nesta quinta-feira (27) a continuidade do programa. A reunião aconteceu no Plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, e contou com representantes do trade turístico do Rio Grande do Norte. Segundo os parlamentares, a ideia foi cobrar do Governo Federal a prorrogação dos benefícios fiscais a partir da devolução de recursos usados indevidamente por empresas de outros segmentos.

Criado em 2021 para suavizar os impactos da pandemia de Covid-19 na área de turismo e eventos, o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) reduziu a zero as alíquotas de PIS/Pasep, Cofins, CSLL e IRPJ por cinco anos para empresas que se habilitassem até 2 de agosto de 2024. Diversos estabelecimentos puderam se beneficiar, como hotéis, casas de eventos, prestadores de serviço de transporte e agências de viagens. Com o fim do Perse, o impacto será de aumento nos custos, uma vez que as empresas precisarão voltar a pagar impostos que estavam suspensos.

O deputado Gilson Daniel (Pode-ES), que preside a frente parlamentar da hotelaria e sugeriu o debate sobre o assunto, lembrou que o segmento de eventos, turismo e hotelaria foi um dos mais impactados com os fechamentos durante a pandemia. Para ele, apesar dos avanços, o setor ainda não retomou a estabilidade. "Se nada for feito, correremos o risco de que já no mês de abril milhares de empregos fiquem desamparados, comprometendo a recuperação do setor", disse.

No ano passado, a Lei 14.859/24 estabeleceu novas regras para o Perse, definindo que o programa deveria funcionar até dezembro de 2026 ou até alcançar o limite de R$ 15 bilhões em incentivos concedidos. Na segunda-feira (24), no entanto, dados da Receita Federal já indicavam que o limite seria atingido agora em março. Com isso, as empresas são obrigadas a voltar a pagar os impostos em abril.

> O Perse não é um privilégio, é uma política pública que salvou empregos."
>
> **MANOEL LINHARES**
> Presidente da ABIH Nacional

O deputado Gilson Daniel lembrou ainda que os segmentos beneficiados representam 7,9% do PIB e empregam mais de 11 milhões de brasileiros. Ele fez um apelo ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para que recursos acessados indevidamente por meio do programa sejam recuperados e retornem ao Perse.

"Faço um apelo para que os recursos que foram acessados de maneira indevida por setores, pessoas ou empresas, que não se enquadravam no critério do Perse sejam recuperados e retornem ao programa", disse.

Mais de 400 empresários e profissionais do setor de hotelaria e eventos, realizaram uma manifestação nesta quinta feira (27) na sessão no Plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, que tratou sobre o fim do Perse.

Diante da mobilização, foi firmado um acordo prévio com o ministro da Fazenda para que o Ministério abra os dados do Perse e, a partir das informações apuradas, seja feita uma auditoria conjunta com o governo para identificar os setores que utilizam o benefício indevidamente. Os valores eventualmente recuperados serão fundamentais para reabrir o programa e garantir sua aplicação correta para os 30 CNAEs que realmente sofreram os efeitos da pandemia.

"Estamos aqui não por conveniência, mas por necessidade. Não por interesse corporativo, mas por dever público. O Perse não é um privilégio, é uma política pública que salvou empregos, manteve portas abertas e trouxe esperança em meio ao caos da pandemia", disse Manoel Linhares, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH Nacional).

GALVÃO
e amigos
ESTREIA SEGUNDA
31/03 - 22H30
BAND

Dólar sobe para R$ 5,75 após imposição de tarifas de Trump

MERCADO Bolsa brasileira subiu pelo terceiro dia seguido e atingiu o maior nível desde outubro. Ibovespa fechou aos 133.149 pontos, com alta de 0,47%

Em meio aos reflexos da sobretaxação em 25% das importações de veículos pelo governo de Donald Trump, o dólar voltou a ficar acima de R$ 5,75, em um dia negativo para moedas latino-americanas. Na contramão das bolsas norte-americanas, a bolsa brasileira subiu pelo terceiro dia seguido e atingiu o maior nível desde outubro.

O dólar comercial encerrou esta quinta-feira (27) vendido a R$ 5,752, com alta de R$ 0,019 (+0,34%). A cotação chegou a R$ 5,77 por volta das 10h20, operou próxima de R$ 5,73 na maior parte da tarde, mas acelerou perto do fim das negociações.

Mesmo com a alta dos últimos dois dias, a moeda norte-americana cai 2,77% em março. Em 2025, o recuo chega a 6,81%.

O mercado de ações teve um dia mais otimista. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 133.149 pontos, com alta de 0,47%. No maior nível desde 2 de outubro, o indicador foi puxado por ações de petroleiras, mineradoras e exportadoras de carne.

A bolsa brasileira foi na contramão do mercado de ações norte-americano. Após a imposição de tarifas de 25% sobre a importação de todos os veículos pelo governo Trump, as ações de montadoras de veículos caíram significativamente na bolsa de Nova York, empurrando para baixo as bolsas nos Estados Unidos.

A decisão de Trump impactou as moedas latino-americanas, que se desvalorizaram, na contramão das principais moedas do planeta. A expectativa de que a exportação de minério de ferro, aço e cobre, componentes usados nos veículos, caia influenciou as moedas de países exportadores de metais, como o Brasil.

No caso da bolsa de valores, fatores internos ajudaram a conter o pessimismo internacional. A divulgação de que a prévia da inflação oficial desacelerou em março beneficiou o mercado de ações brasileiro. Isso porque uma inflação abaixo do previsto pode fazer o Banco Central aumentar os juros menos que o esperado, estimulando o consumo.

VALTER CAMPANATO



Mesmo com a alta dos últimos dois dias, a moeda norte-americana cai 2,77% em março

Eufrázio



TEMPO HOJE
Máx.: 30ºC Mín.: 24º C
Sol o dia todo. Muitas nuvens e pancadas de chuva de manhã e à noite



TÁBUA DE MARÉS
Baixa-mar
11h08-0.34 /23h28-0.19
Preamar
05h40-2.13 /18h03-2.32



Aponte a câmera e acesse o portal da Tribuna do Norte

Após Barreira Ortopédica, Walfredo volta a ter pacientes nos corredores

PRECÁRIO Mesmo após o início do funcionamento da Barreira Ortopédica, o Walfredo Gurgel não consegue evitar a internação em macas nos corredores. Nesta semana, a ocupação dos corredores voltou

A barreira ortopédica instalada pelo Governo do Rio Grande do Norte em Macaíba, no Hospital Regional Alfredo Mesquita, para desafogar o Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, em Natal, completa 49 dias desde a abertura dos serviços. Após a instalação do serviço, o Governo do RN comemorou, nas redes sociais, a manutenção dos corredores da unidade sem macas com pacientes internados. No entanto, o esvaziamento do corredor não pode ser mantido e novamente os corredores da unidade foram utilizados para manter pacientes. No final da tarde desta quinta-feira (27), pelo menos 10 pacientes aguardavam em um dos corredores da unidade, conforme obtido com EXCLUSIVIDADE pela reportagem da TRIBUNA DO NORTE. A reportagem identificou a presença de pacientes nos corredores dois dias seguidos: na última quarta (26) e nesta quinta (27).

Uma das acompanhantes de uma paciente, que optou por não se identificar, revelou que estava aguardando no corredor desde quarta-feira (26). A cunhada de 65 anos teria sofrido uma fratura no braço e estava com o membro enfaixado e mobilizado, enquanto aguardava em uma maca no corredor por uma prometida cirurgia. A acompanhante aguardava sentada, ainda sem previsão definida. Segundo ela, a equipe que as atendeu alegou que não existia espaço nas salas. Questionada sobre a situação do Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel e as razões da retomada de pacientes aos corredores, a Secretaria de Comunicação do Governo do Estado não retornou até o fechamento desta matéria.

Aberta no dia 7 de fevereiro, a barreira começou a realização dos procedimentos cirúrgicos no dia 25 de fevereiro. Durante esse período, a unidade realizou 102 cirurgias e 834 atendimentos até o início desta quarta-feira (26), conforme dados repassados pela Secretaria Estadual de Saúde (Sesap) à reportagem da TRIBUNA DO NORTE na última quarta-feira (26). Em publicação nas redes sociais no dia 21 de março, a governadora Fátima Bezerra comemorava os corredores do Walfredo Gurgel vazios há um mês, atribuídos à implementação do novo serviço. "Walfredo desafogado e pacientes satisfeitos", escreveu.

ADRIANO ABREU



Fotografia foi registrada nesta quinta (27). Pelo menos 10 pacientes estavam alojados nos corredores do Walfredo Gurgel

ADRIANO ABREU



Fotografia foi registrada na última quarta (26). Precariedade retornou ao hospital

Nos últimos meses do ano passado, o Walfredo chegou a ter mais de 40 pacientes nos corredores. Ainda que as macas tenham voltado, o número de internações em local precário ainda parece ser menor do que no período anterior à barreira.

A volta dos pacientes aos corredores do Walfredo foi relatada por outra acompanhante, que também não quis se identificar. Ela afirma que chegou pela manhã desta quinta-feira (27). A paciente, já idosa, sofreu um acidente doméstico e fraturou o ombro e o pé. Após o atendimento e constatada a necessidade de uma cirurgia, foram direcionadas ao corredor, enquanto ela aguardava em uma maca. A acompanhante ficou esperando em pé. Ao fim da tarde, já sem suportar a situação em que foram colocadas, decidiram deixar o Walfredo Gurgel e a paciente assinou um termo se responsabilizando. Ela afirma que deverá fazer a cirurgia na rede particular.

A iniciativa da barreira ortopédica é voltada para atendimentos de baixa e média complexidade na Região Metropolitana de Natal. De acordo com a Sesap, o serviço tem capacidade de realizar até oito cirurgias por dia, além de atendimentos de sutura, imobilização, reduções e outros de baixa complexidade. A implementação da nova estrutura é fruto de uma articulação do Governo do RN junto ao Ministério da Saúde, que assegurou um investimento de R$ 10,8 milhões para financiar os atendimentos no Hospital Regional de Macaíba.

Na avaliação de Geral do Ferreira, presidente do Sindicato dos Médicos do RN (Sinmed-RN), a barreira ortopédica não tem como ser uma solução definitiva para os corredores do Walfredo. "É absolutamente previsível que isso seja temporário. A barreira é para baixa e média complexidade, quem lota os corredores é alta complexidade que precisa de cirurgia. O que pode ocorrer é desobstruir um pouco a circulação de pessoas", afirma.

Ainda segundo Geraldo, outro fator que pode estar contribuindo para o retorno de pacientes dos corredores seria o uso de uma das salas da urgência para a realização de cirurgias eletivas. "Isso retarda os procedimentos cirúrgicos de urgência, que é mais grave ainda", pontua. O presidente do Sinmed-RN indica que o cenário só terá uma mudança real após abertura de leitos em quantidades significativas, seja através do Novo Hospital Municipal de Natal ou do Hospital Metropolitano, que o Governo lançou edital para construção em dezembro de 2024.

Discutida em um processo judicial que visava resolver o problema de lotação dos corredores do Walfredo Gurgel, a proposta da barreira ortopédica entrou em discussão pela primeira vez em novembro de 2024, com a sugestão do Governo Estadual ratear os custos dos serviços com os municípios, na estimativa de R$ 540 mil para as prefeituras citadas. Porém, de início, os prefeitos negaram a ideia alegando inviabilidade financeira. Com a garantia do Ministério da Saúde em custear o serviço, o projeto foi aprovado unanimemente pelos municípios.

Anestesistas ameaçam parar o atendimento

Os constantes atrasos do governo podem levar outra cooperativa a suspender a prestação dos seus serviços. Desta vez, a Cooperativa dos Médicos Anestesiologistas . Em comunicado oficial publicado nesta quarta-feira (26), a Cooperativa alertou para a situação crítica ocasionada pelo atraso no pagamento de procedimentos eletivos contratados pelo Estado.

De acordo com a COOPANEST, o Governo se comprometeu a quitar os valores pendentes até esta sexta-feira (28). Caso o pagamento não seja realizado dentro do prazo divulgado, os serviços prestados pela Cooperativa deixarão de ser oferecidos a partir do dia 1º de abril.

A paralisação dos atendimentos pode afetar diretamente hospitais estratégicos da rede pública, entre eles: Deoclécio Marques (Parnamirim), Walfredo Gurgel (Natal), Santa Catarina (Natal), Maria Alice Fernandes (Natal), Lindolfo Gomes (Santo Antônio), Hospital Regional de João Câmara, Hospital da Polícia Militar (Natal).

Ja á paralisação dos plantonistas da Cooperativa Médica foi suspensa após a Sesap formalizar um novo acordo junto a Cooperativa para efetuar os repasses salariais que estão atrasados há, pelo menos, três meses.

Em comunicado, a Coopmed/RN informou que a ordem bancária será encaminhada pela Sesap ainda nesta quinta-feira (27), assegurando que o pagamento dos profissionais será efetuado na próxima segunda-feira (31). A Cooperativa reforçou que o acordo feito anteriormente com a pasta, referente ao repasse do dia 10 e 20 de cada mês, continua mantido.

"Informamos aos médicos plantonistas da Sesap que estavam em paralisação que acabamos de formalizar um acordo com a Sesap. A ordem bancária será encaminhada ao banco ainda hoje, garantindo que o pagamento será efetuado na próxima segunda-feira, dia 31 de março de 2025. Com isso, damos por encerrada a paralisação", disse a Coopmed/RN.

MINISTÉRIO DA CULTURA E BRADESCO SEGUROS apresentam
Eu de Você
Obra livremente inspirada em narrativas reais
com Denise Fraga
direção Luiz Villaça
28 e 29 de Março
Sexta e Sábado, às 21h
TEATRO RIACHUELO NATAL
INGRESSOS EM uhuu.com
Apresentador por bradesco seguros
Coprodução
Realização niaTEATRO
Lei Rouanet
MINISTÉRIO DA CULTURA
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

07/04 20h SEGUNDA
TURNÊ 2025
NATAL-RN
HOLIDAY INN NATAL
CÍNTIA CHAGAS
Chique, chiquíssima.
PRODUÇÃO NACIONAL PATRICK RIBEIRO
PRODUÇÃO LOCAL
INGRESSOS ingresse

ARQUIVO TN



O repasse do Governo Federal para o Estado está estimado em aproximadamente R$ 12 milhões para aluguel das câmeras

Polícia Militar vai ganhar 793 câmeras corporais

SEGURANÇA Termo de adesão assinado entre o Governo do RN e o Ministério da Justiça prevê a entrega de 793 câmeras corporais para a PM

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o governo do Rio Grande do Norte assinaram, na manhã desta quinta-feira (27), em Natal, dois termos de adesão que impulsionarão ainda mais as ações de segurança pública em território potiguar, com um investimento que ultrapassa R$ 14 milhões, a partir de recursos extraordinários do Fundo Nacional de Segurança Pública. Um desses, prevê a entrega de 793 câmeras corporais ainda neste semestre para serem usadas por policiais militares durante o serviço em Natal, Mossoró, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, cidades do estado com população superior a 100 mil habitantes.

"É importante ressaltar o trabalho integrado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. O Governo Federal publicou um edital para este projeto, o Governo do Rio Grande do Norte se candidatou e foi escolhido para receber esse investimento. Então, inicialmente vamos receber e utilizar essas câmeras por um período de locação de dois anos", disse o coronel Francisco Araújo, secretário de Segurança Pública do estado (Sesed/RN).

O repasse do Governo Federal para o Estado está estimado em aproximadamente R$ 12 milhões para dois anos de aluguel das câmeras e custos operacionais. "A implantação de câmeras corporais é um projeto que, além de proteger e preservar a vida do policial militar, tem outra função importante que é a qualificação da prova no processo penal. São imagens que poderão ser incorporadas aos autos para fundamentar o processo de justiça", afirmou o Secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo.

O outro termo de adesão assinado trata do "Uso da Força Policial", cujo decreto, publicado em dezembro do ano passado, regra e disciplina o uso da força em atividades policiais realizadas em todo o país. Com a assinatura, o Estado irá receber 7.120 espargidores de pimenta, 463 kits completos de "taser", além de uma capacitação para 80 policiais militares. O investimento nesses equipamentos é superior a R$ 2 milhões.

O documento estabelece princípios como proporcionalidade, precaução e responsabilização. Os principais pontos são: Proibição do uso de armas de fogo contra pessoas desarmadas, veículos em fuga, ou em situações sem ameaça iminente. Determinação de que a arma de fogo deve ser o último recurso, além de definir quando seu uso não é legítimo e disciplinar o uso de instrumentos não letais. Além disso, o decreto garante abordagens, buscas domiciliares e a atuação dos policiais penais nos presídios.

> Vamos receber e utilizar essas câmeras por um período de locação de dois anos"
>
> **FRANCISCO ARAÚJO**
> Secretário de Segurança

"A assinatura destes convênios traduz o quanto estamos avançando cada vez mais nessa parceria, nessa integração, as forças do Rio Grande do Norte com as forças de segurança a nível nacional", disse a governadora Fátima Bezerra.

Operação

Uma mulher, de 22 anos, foi presa pela Polícia Civil do RN, em Jucurutu, interior do Rio Grande do Norte, nesta quinta-feira (27). Segundo a Polícia Civil, ela era considerada foragida da Justiça e figurava como um dos alvos da "Operação Sapucaia".

De acordo com as investigações da Polícia Civil, a mulher é enteada de uma liderança de facção criminosa que já se encontra presa e também é apontada como integrante da organização criminosa. Conforme apurado, ela mantinha envolvimento direto com o tráfico de drogas em Jucurutu e região.

Com esta prisão, sobe para 20 o número de capturados no âmbito da "Operação Sapucaia", deflagrada na última sexta-feira (21) com o objetivo de combater o crime organizado na região do Seridó potiguar.

As diligências seguem em andamento com o objetivo de localizar e prender os demais investigados.

ENSINO SUPERIOR

Tire dúvidas sobre o financiamento estudantil

Programa financia bolsas. Tire as dúvidas sobre o Fies, do Governo Federal

Mesmo com duas décadas de existência, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) ainda é motivo de dúvidas para estudantes que buscam ingressar no ensino superior privado. O programa do Governo Federal, voltado a quem fez o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), continua sendo uma das principais portas de entrada para universidades particulares. No entanto, detalhes sobre o que é financiado, quando o contrato passa a valer e quais são as obrigações do aluno durante e após a graduação ainda confundem os beneficiários.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o Fies é voltado a estudantes que participaram do Enem a partir de 2010, com nota mínima de 450 pontos nas provas objetivas e que não tenham zerado a redação. O programa financia cursos em instituições privadas com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Após a aprovação, o estudante precisa validar as informações na Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) da faculdade e assinar um contrato junto ao agente financeiro.

As formas de coparticipação vão variar conforme cada contrato, explica Henrique Franco, coordenador de relacionamento ao candidato da UnP. "No Novo FIES, pode haver coparticipação do aluno, e a instituição pode cobrar diretamente essa parte que não é financiada. No FIES antigo, o pagamento era feito integralmente pelo banco, e o aluno só começava a pagar após a carência. Se houver taxa adicional além do que está no contrato, a instituição não pode exigir esse valor", diz.

Henrique esclarece que o Fies não cobre mensalidades anteriores à assinatura do contrato. "O financiamento começa a valer a partir da formalização do contrato, ou seja, as mensalidades anteriores devem ser pagas pelo próprio estudante", afirma. Caso o contrato seja assinado após o início das aulas, as mensalidades anteriores precisam ser negociadas com a instituição. "Algumas universidades permitem a quitação posterior dessas mensalidades, mas isso depende da política interna da instituição", complementa.

Durante o curso, o estudante paga apenas os encargos operacionais do contrato e o seguro obrigatório, conforme a Lei nº 10.260/2001. Após a conclusão do curso, o pagamento do saldo devedor começa a ser feito de acordo com a renda. Se estiver empregado, o valor é descontado diretamente na folha; caso contrário, paga-se o valor mínimo mensal. A reprovação em disciplinas não cancela automaticamente o contrato, mas pode impactar a permanência no programa. "Se o estudante reprovar em muitas disciplinas, ele pode perder o financiamento ou ter dificuldades na renovação do contrato, pois o Fies exige um aproveitamento acadêmico mínimo de 75%", alerta Franco.

Além disso, o MEC informa que o contrato segue as condições definidas no momento da assinatura, mesmo que haja alterações na renda familiar durante o curso. O estudante deve realizar o aditamento semestral e manter o vínculo ativo com a instituição. Caso ocorra o abandono do curso, o contrato entra em fase de amortização e os pagamentos seguem as mesmas regras de pós-formatura. A suspensão temporária é permitida por até quatro semestres, mediante validação da CPSA.

Estudantes que são bolsistas parciais do Programa Universidade para Todos (Prouni) também podem complementar os custos da mensalidade com o Fies, desde que o curso e a instituição sejam os mesmos. Já os bolsistas integrais só podem contratar o Fies caso percam a bolsa. Para famílias de baixa renda, o programa oferece o Fies Social, voltado a quem está inscrito no Cadastro Único (CadÚnico) e tem renda per capita de até meio salário mínimo. Nesses casos, o financiamento pode chegar a 100% do valor do curso.

A legislação também obriga que a instituição mantenha o mesmo valor da mensalidade cobrado dos demais estudantes do curso. Caso o aluno financiado tenha direito a descontos por convênios, bolsas internas ou por pagamento pontual, esses abatimentos também devem ser aplicados, e os valores e reajustes precisam estar claramente discriminados no contrato.

Em caso de desistência do curso, o estudante entra automaticamente na fase de amortização e deve cumprir as mesmas regras de pagamento estabelecidas para formandos.

BONOR – INDÚSTRIA DE BOTÕES DO NORDESTE S/A
CNPJ Nº 10.868.610/0001-65
AVISO AOS ACIONISTAS - Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas na sede social desta empresa, na Rua Cabo Serafim Nunes Neto, 339, Santos Reis - Parnamirim/RN, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativo ao exercício social findo em 31/12/2024. Parnamirim/RN, 27/03/2025. **José Carlos Moreira de Abreu - Diretor Presidente.**

BONOR INDUSTRIAL S/A
CNPJ Nº 02.968.267/0001-00
AVISO AOS ACIONISTAS - Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas na sede social desta empresa, na Av. Heronides Xavier da Silva, 201, Santos Reis - Parnamirim/RN, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativo ao exercício social findo em 31/12/2024. Parnamirim/RN, 27/03/2025. **José Carlos Moreira de Abreu - Diretor Presidente.**

TECBLU - TECELAGEM BLUMENAU S/A
COMPANHIA ABERTA - CNPJ/MF Nº 08.424.178/0001-71 - NIRE 2.430.000.119,3
Empresa Beneficiária dos Incentivos Fiscais do Nordeste - FINOR
AVISO AOS ACIONISTAS: Encontram-se à disposição, na Sede Social os documentos a que se refere o Artigo nº 133 da Lei nº 6.404/76, do exercício social encerrado em 31/12/2024. Parnamirim - RN, 27/03/2025. **LÚCIA MARIA BARBOSA GUIMARÃES** - Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA GRANDE/RN
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2025

O Município de Pedra Grande/SMS, torna público o **Edital de Credenciamento Chamada Pública nº 003/2025**, com o objetivo de **Seleção de Organização da Sociedade Civil - OSC para celebração de parceria com a administração pública municipal para gerenciamento, operacionalização e a execução das ações e serviços de assistência social do Município de Pedra Grande/RN.** Recebimentos dos envelopes de plano de trabalho e documentos de habilitação a partir das **8h do dia 31/03 até às 8h do dia 24/04/2025**, no Setor de Licitações à Avenida Severino Ferreira, 203, Centro, Pedra Grande/RN. Edital e informações encontram-se à disposição dos interessados no site www.pedragrande.rn.gov.br (processos licitatórios – chamada pública 2025), pelo e-mail: cpl2022@pedragrande.rn.gov.br.

Pedra Grande/RN, 27 de março de 2025.
Rutemberg de Melo Gonzaga
Agente de Contratação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Terceira Secretaria Judiciária da Comarca de Natal
Fórum Des. Miguel Seabra Fagundes
Rua Dr. Lauro Pinto, 315, 6º andar, Lagoa Nova, Natal/RN - CEP 59064-250, tel. 3673-8511 e 3673-8516

EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo 20 dias)

Processo: 0805883-26.2022.8.20.5001
Ação: USUCAPIÃO (49)
Autor: MEDEIROS E MARTINS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME
Réu: DATANORTE - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CITANDOS: Os possíveis interessados incertos e desconhecidos, respectivos cônjuges, em lugar incerto e não sabido, na forma do Art. 259, I, CPC.

FINALIDADE: Responder a ação no prazo de quinze (15) dias a contar da fluência do prazo do edital, sob pena de revelia.

OBJETO: Um (01) imóvel, situado na Avenida da Ciranda com a rua Patativa do Assaré, nº 938, conjunto residencial Nova Natal, Lagoa Azul, Natal/RN; medindo 299,56m² de superfície e apresentando os seguintes limites e dimensões: Ao Norte, com a rua Patativa do Assaré, 2979 (José Florêncio de Macedo), medindo 12,00m; Ao Sul, com a Avenida da Ciranda, medindo 12,00m; Ao Leste, com a Avenida da Ciranda, 934 (Carlos Augusto da Costa e Maria Salete Laurentino de Oliveira Costa), medindo 24,96m; Ao Oeste, com a rua Patativa do Assaré, medindo 24,96m; registrado no 3º Oficio de Notas de Natal/RN - 1ª CRI na matrícula nº 4.948, em nome da DATANORTE – COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO RIO GRANDE DO NORTE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.314.874/0001-25, sucessora da COHAB/RN..

ADVERTÊNCIA: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC/2015).

DADO E PASSADO nesta Comarca de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, aos 12 de março de 2025 . Eu, MARCELO QUINTINO DE ARAUJO , Analista Judiciário, conferi e assino o presente edital por ordem do MM. Juiz de Direito da 20ª Vara Cível da Comarca de Natal.

Natal, 12 de março de 2025.

MARCELO QUINTINO DE ARAUJO

Analista Judiciário(a)

Assinado eletronicamente por: MARCELO QUINTINO DE ARAUJO - 12/03/2025 13:51:55
https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25031213515533400000135398334
Número do documento: 25031213515533400000135398334
Num. 145198682 - Pág. 1
Pág. Total - 1

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2025-PGJ - PGEA Nº 20.23.0464.0000019/2025-80

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UASG Nº 925603), por meio do Agente de Contratação, torna público que fica aberto o certame supracitado, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinada ao REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTÚDIO COM SERVIÇOS DE FILMAGEM, INCLUINDO A CAPTAÇÃO DE IMAGEM E ÁUDIO, BEM COMO EDIÇÃO DE VÍDEO, SOB DEMANDA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. A Sessão Pública para disputa de preços terá início às 9h (Horário de Brasília/DF) do dia 14 DE ABRIL DE 2025. O Edital poderá ser adquirido nos seguintes endereços eletrônicos: **www.mprn.mp.br** e **www.gov.br/pncp/pt-br**. Outras informações pelo fone (84) 99972-1651 ou correio eletrônico **cpl@mprn.mp.br**.
Natal/RN, 27 de março de 2025. JORGE ALVARES NETO – Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO A LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025
(90003 – COMPRAS.GOV.BR)

A Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, por meio de seu Agente de Contratação, informa que, no dia **28 de abril de 2025, às 09:00h** (horário de Brasília), realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo **Menor Preço por item**, com o objetivo de **Contratação de Pessoa Jurídica visando aquisição de fardamento personalizado escolar e acessórios, para profissionais da área, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento da Educação e do Desporto do Município de Caraúbas/RN**, disponível no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br. O EDITAL completo pode ser encontrado no sítio eletrônico do Portal Nacional de Compras Públicas do Governo Federal: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1, ou através do sítio eletrônico do Licita Fácil: www.licitafacil.tce.rn.gov.br, ou, ainda, poderá ser solicitado diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, situada na Praça Cel. Reinaldo Pimenta, nº 104, Centro, CEP: 59.780-00, no horário de 08:00h às 16:00h, ou enviado por e-mail, através do endereço: licitacaopmcaraubas@gmail.com. Para mais informações, os interessados poderão acessar o edital no portal eletrônico ou entrar em contato por meio dos canais mencionados.

Caraúbas-RN, 27 de março de 2025.
PEDRO ARI DE OLIVEIRA COSTA
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS/RN
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 225005/2025

O Pregoeiro da Prefeitura de Angicos/RN torna público o Pregão Eletrônico para **Registro de preços**, para **aquisição de peixe congelado e empacotado, destinado à distribuição gratuita aos munícipes de Angicos/RN, previamente cadastrados na Secretaria de Assistência Social ou cadastros sociais federais; durante as comemorações da semana santa de 2025**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** De 28/03/2025 das 09h00min até às 09h00min do dia 09/04/2025. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 09/04/2025, às 09h00min. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Às 09h01min do dia 09/04/2025. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). **DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:** O Edital estará disponível para consulta, retirada de cópia no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br e pelo Site www.angicos.rn.gov.br, (https://www.angicos.rn.gov.br/index.php/editais1); Pedidos de esclarecimentos poderão ser feitos e prestados no sitio www.portaldecompraspublicas.com.br e pelo e-mail: licitacoesangicos@gmail.com ou telefone: (84) 99430-0421.

Angicos/RN, em 27 de março de 2025.
DIEGO ALAX PINHEIRO ALEXANDRE
Agente de Contratação/Pregoeiro
Matrícula: 10219

Prefeitura se reúne com quiosqueiros que tiveram materiais apreendidos

OCUPAÇÃO A Semurb se reuniu com os quiosqueiros autorizados a atuar na Redinha, na qual as regras para a utilização do espaço público foram reforçadas. Já aqueles que tiveram materiais apreendidos podem pedir a

A Prefeitura do Natal, por meio da sua Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb), recebeu, nesta quinta-feira (27), os dez quiosqueiros autorizados a atuar na praia da Redinha para uma audiência de instrução e continuidade de procedimentos administrativos. Também estiveram presentes os comerciantes que foram flagrados operando de forma irregular no local e que tiveram seus materiais apreendidos.

A reunião foi realizada em duas etapas: primeiro com os quiosqueiros autorizados e em seguida com aqueles que tiveram materiais apreendidos. Os dois momentos foram conduzidos pelo supervisor geral da Fiscalização Ambiental da Semurb, Leonardo Almeida. A segunda etapa da reunião contou com a presença de um vereador.

Durante a audiência de instrução foi reforçada a obrigatoriedade do cumprimento do layout estabelecido para os quiosques, que permite a disposição de até oito jogos de mesas e cadeiras por comerciante. E também a necessidade de correta disposição das lixeiras na área de atuação.

Além disso, foi definido um novo prazo para a implantação do cardápio digital bilíngue, que deve ser adotado até o dia 11 de abril, conforme sugestão dos próprios comerciantes.

Segundo Leonardo Almeida, a reunião ocorre após fiscalização no último sábado (22), que constatou a presença de pessoas não autorizadas explorando irregularmente o espaço público, o excesso de equipamentos e mobiliários e ainda a disposição desses em locais proibidos, o que acaba comprometendo o ordenamento da praia.

O supervisor destacou que os comerciantes irregulares estavam instalados na faixa de areia às margens do Rio Potengi, o que é proibido. Almeida também informou que três dos comerciantes que tiveram materiais apreendidos nunca tiveram qualquer vínculo de exploração comercial na praia da Redinha. “Após a entrega dos autos de infração realizada hoje, esses comerciantes que tiveram seus materiais apreendidos terão prazo para apresentar defesa e requerer a devolução dos equipamentos”, explica Almeida.

DIVULGAÇÃO



Foi definido um novo prazo para a implantação do cardápio digital bilíngue, que deve ser adotado até o dia 11 de abril



Comerciantes que tiveram seus materiais apreendidos terão prazo para apresentar defesa”

LEONARDO ALMEIDA
Supervisor da Semurb

Fiscalização

No sábado (22), a Prefeitura realizou uma operação de fiscalização na Praia da Redinha, visando o cumprimento da ação judicial em trâmite na Justiça Federal para o ordenamento do comércio local. Durante a ação, foram identificados 16 quiosqueiros atuando, embora apenas dez possuam autorização para explorar a área. As equipes de fiscalização recolheram materiais irregulares e notificaram os responsáveis.

Foram realizadas abordagens a seis comerciantes que operavam de forma irregular no local, resultando na apreensão de 123 cadeiras, 29 mesas, 17 sombreiros e um carrinho, além da emissão de quatro intimações para comparecimento à audiência desta quinta-feira (27).

O ordenamento da Praia da Redinha faz parte de um acordo firmado em audiência de conciliação realizada em setembro de 2023 entre a Justiça Federal, o Ministério Público Federal, a Superintendência do Patrimônio da União, a Procuradoria Geral do Município, a Semurb e a Associação dos Quiosqueiros da Redinha.

O acordo estabeleceu a indenização dos quiosqueiros afetados pelas obras do complexo da Redinha, garantindo um valor de R$ 50 mil para aqueles que optassem por não retornar à orla e R$ 25 mil para aqueles que desejassem retomar as atividades após a conclusão das obras. Como resultado, dez quiosqueiros foram autorizados a voltar ao trabalho na praia.

A operação foi coordenada pela Semurb e contou com o apoio da Guarda Municipal do Natal (GMN) e do 4º Batalhão de Polícia Militar (4º BPM).

Butantan pode entregar até 1 milhão de vacinas contra a dengue

PREVENÇÃO Butantan poderá entregar até 1 milhão de doses da vacina contra a dengue. Novo imunizante está em fase de aprovação junto à Anvisa

A aprovação da vacina da dengue produzida pelo Instituto Butantan continua sob análise na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Caso seja aprovada, a Butantan-DV, como tem sido chamado o imunizante, será a primeira vacina do mundo em dose única contra a doença. A Anvisa é o órgão responsável por autorizar o registro de medicamentos e vacinas no país, avaliando a eficácia, segurança, qualidade e as condições de fabricação de imunobiológicos que podem futuramente ser comercializados e oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo o Butantan, os ensaios clínicos desta vacina foram encerrados em junho do ano passado, quando o último participante completou cinco anos de acompanhamento. Dados de segurança e de eficácia que foram divulgados no New England Journal of Medicine apontaram que este imunizante tem 79,6% de eficácia geral para prevenir casos de dengue sintomática. Já resultados da fase 3 do ensaio clínico publicados na revista científica The Lancet Infectious Diseases mostraram também uma proteção de 89% contra dengue grave e dengue com sinais de alarme, além de eficácia e segurança prolongadas por até cinco anos.

Caso o imunizante seja aprovado pela Anvisa em breve, o Instituto Butantan seria capaz de produzir até 1 milhão de doses ainda neste ano de 2025, informou o seu diretor, Esper Kallás. “Nossa projeção é entregar 1 milhão de doses esse ano”, disse Kallás, em entrevista à Agência Brasil. “Mas em 2026 a gente aumentaria bastante e iríamos para 60 milhões de doses”, previu.

MAGNUS NASCIMENTO



Vacina contra a dengue vem sendo estudada há 25 anos

Essa vacina vem sendo estudada pelo Butantan há 25 anos, explicou o diretor do instituto.

“Esta é uma vacina que foi descoberta por um pesquisador nos Estados Unidos e trazida para desenvolvimento no Butantan no começo dos anos 2000”, disse ele. “Ela é uma vacina tetravalente, ou seja, pega os quatro sorotipos de dengue para induzir uma resposta imune. E tem a vantagem de ser dose única, depende somente de uma injeção. Ela tem uma faixa etária bem mais ampla, de 2 a 60 anos, comparado com os outros produtos que já foram disponibilizados. Também independe da pessoa ter tido ou não ter tido dengue, que é outra grande vantagem”, destacou.

Segundo o diretor do instituto, os estudos clínicos para o imunizante foram feitos com pessoas entre dois e 60 anos de idade, mas a partir do final deste ano, o Butantan também prevê fazer estudos clínicos da vacina para pessoas acima dos 60 anos de idade. “E vamos estar apoiando um outro estudo para avaliação da vacina em pessoas que tem alguns problemas de resposta imune”, disse.

Além da vacina da dengue, o Butantan também vem trabalhando para produzir uma vacina contra a chikungunya. Em dezembro de 2023, o Butantan solicitou à Anvisa a autorização de uso definitivo no Brasil, que já foi aprovado para utilização a partir dos 18 anos nos Estados Unidos, pela Food and Drug Administration (FDA), e na Europa, pela European Medicines Agency (EMA). Esse pedido prevê a aplicação do imunizante na população de 18 a 65 anos de idade, mas o Butantan vem também desenvolvendo testes clínicos do imunizante com a população mais jovem, de 12 a 17 anos, e que vive em áreas endêmicas do país.

“A gente espera a qualquer momento um posicionamento deles [da Anvisa] a respeito do licenciamento. Essa vacina já foi licenciada nos Estados Unidos em novembro de 2023 e em agosto de 2024 na União Europeia. E logo em seguida no Canadá. Agora a gente espera que o Brasil tenha também essa felicidade de poder contar com uma vacina dose única, com 98,8% de proteção”, diz.

CLUBE DO ASSINANTE
TN
TRIBUNA DO NORTE
Você já leu a Tribuna do Norte hoje? Assine agora.
(84) 4006-6111
Acesse:
https://loja.tribunadonorte.com.br

TRIBUNA DO NORTE
viver
10 | Natal • Rio Grande do Norte • Sexta-feira, 28 de março de 2025 • Editor: Itamar Ciríaco

instagram
Acesse notícias da Tribuna do Norte via Instagram em @tribunadonorte

EVENTO
O Fest Bossa & Jazz, já tem data marcada para sua aguardada edição em Pipa, no Rio Grande do Norte. Em 2025, o evento acontece do dia 14 a 17/10.

Passeio pelo passado

A Caminhada Histórica celebra, neste sábado, os 123 anos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e traz como tema "Na Ribeira que resiste, muita história existe

DIVULGAÇÃO



Concentração para a caminhada começará às 14h, na Praça André de Albuquerque

Um passeio pelo passado da capital potiguar e seus primórdios. É o roteiro da Caminhada Histórica, que neste sábado (29), às 16h, levará seus participantes para uma viagem pela Ribeira, o segundo bairro mais antigo de Natal. A edição deste ano celebra os 123 anos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) e traz como tema "Na Ribeira que resiste, muita história existe", destacando a memória viva de um dos bairros mais simbólicos da capital potiguar. Para participar, é só chegar.

A concentração para a caminhada começará às 14h, na Praça André de Albuquerque, Cidade Alta; às 15h30, terá uma sessão de alongamento para aquecer os músculos, e às 16h, o início do passeio; às 17h30 haverá uma apresentação especial em frente ao Teatro Alberto Maranhão, na Ribeira. Caso haja desistência de participantes que resgataram o voucher do kit antecipadamente e não compareçam, algumas camisas poderão ser redistribuídas no local.

A caminhada vai conduzir os participantes por ruas e monumentos da Ribeira, com paradas para intervenções culturais promovidas por historiadores, artistas e pesquisadores, proporcionando uma imersão na história local. O trajeto une conhecimento, arte e memória afetiva, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a valorização do patrimônio potiguar.

Fotografia

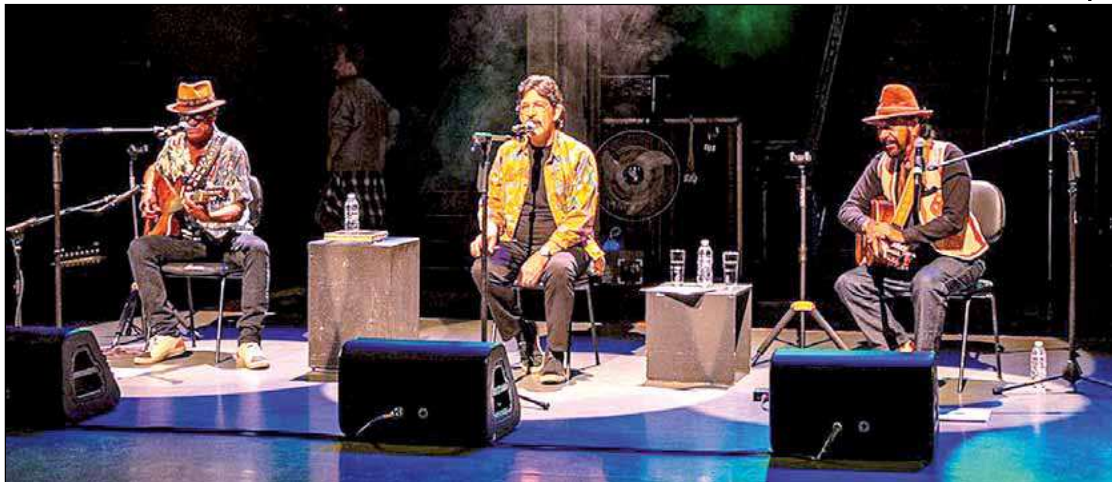
A programação integra uma série de atividades promovidas pelo projeto Festival Histórico de Natal, que tem se destacado como uma grande celebração da cultura e memória da cidade. Também estão em curso concursos culturais que reforçam o compromisso do projeto com o engajamento da população. Durante a caminhada, será realizado um concurso de fotografia com o tema "Um olhar sobre o tempo, do ontem ao hoje!". Todos podem participar com seus celulares ou câmeras fotográficas.

Ainda no dia do evento, o público poderá visitar a exposição com registros marcantes das seis edições anteriores do 'Concurso de Fotografia de Natal', no Instituto Histórico e Geográfico do RN (IHGRN). A mostra convida os visitantes a revisitar a cidade sob diferentes olhares que eternizaram a história potiguar. O festival inclui ainda concursos de música e redação.

Um dos pontos altos do festival foi o Prêmio de Jornalismo "Natal Sem Igual", entregue durante o coquetel de lançamento do evento, no Sesi Solar Bela Vista, em fevereiro, reconhecendo reportagens que mergulharam no tema da Ribeira e sua resistência histórica.

Serviço:
Caminhada Histórica de Natal 2025. Dia 29 (sábado0, com concentração na Praça André de Albuquerque, Cidade Alta, às 14h. Acesso gratuito. Mais informações nos perfis @festivalhistorico e @vivapromocoes

DIVULGAÇÃO



Cada participante do show tem uma contribuição única para abrilhantar o projeto

"Palavra em Cantoria" invade palco do Riachuelo

Xangai, Maciel Melo e Jessier Quirino, três gigantes da composição nordestina, se apresentam no dia 30 (domingo), às 19h

Um encontro de vozes, poesia e histórias para celebrar a riqueza da cultura nordestina. O projeto "Palavra em Cantoria" aterrissa em Natal no dia 30 (domingo), às 19h, no Teatro Riachuelo, promovendo a reunião inédita de Xangai, Maciel Melo e Jessier Quirino, três gigantes da composição nordestina no mesmo palco. Cada um traz consigo um universo de experiências, de sonhos e de canções que ecoam pelas veredas da alma do povo nordestino.

Xangai, com sua voz profunda, traz consigo a tradição dos cantadores, que desafiam o destino nas estradas empoeiradas do Nordeste. Intérprete de identidade particularíssima, suas músicas soam como pérolas lapidadas pelo tempo, carregadas de sentimentos que ecoam como cantigas de amor e de resistência.

Maciel Melo, com sua viola afiada e seu olhar sereno, traz à tona os ritmos vibrantes do forró, do xote e da cantoria. Suas composições são como janelas abertas para o coração do sertão, onde o amor e a saudade dançam ao som das sanfonas e dos triângulos.

Ao lado deles, Jessier Quirino, o mestre dos poemas, causos e histórias de pura nordestinidade. Com sua voz marcada pelo humor e pela sabedoria popular, ele narra as aventuras e desventuras do povo nordestino com a maestria e o encanto de quem sabe lidar com as palavras. É um encontro de almas, de sonhos e de tradições que se renovam a cada acorde, a cada verso.

Serviço:
Show "Palavra em Cantoria". Dia 30 (domingo), às 19h, no Teatro Riachuelo. Ingressos na bilheteria ou site Uhuu.com

Festival Goiamum abre inscrições para 11ª edição

Interessados em participar das mostras competitivas e também da mostra "Novos Realizadores" têm até o dia 30 de abril para se inscrever

O Festival Goiamum Audiovisual, um dos maiores eventos de cinema do estado, realizará sua 11ª edição em julho, e está com as inscrições abertas aos interessados em participar das mostras competitivas e também da mostra "Novos Realizadores", um espaço não competitivo dedicado a cineastas potiguares iniciantes que tenham até dois curtas-metragens na função de direção. As inscrições estarão abertas até o dia 30 de abril.

Além das exibições de filmes, o festival promoverá uma série de atividades formativas, incluindo oficinas, encontros e paineis de debate, proporcionando um ambiente de aprendizado e troca de experiências entre profissionais e entusiastas do cinema. Segundo Keila Sena, diretora do evento, "vivemos atualmente um momento de exponencial crescimento do cinema produzido no RN em termos quantitativos como também qualitativos".

Entre as novidades deste ano, o festival anuncia a estreia da Mostra Longa Goiamum - Mostra Competitiva de Longas-metragens de Natal, ampliando seu escopo para reconhecer e premiar produções de maior duração. Além disso, a já tradicional Curta Goiamum - Mostra Competitiva de Curtas-metragens de Natal, agora vem em formato único, sem divisão, e o lema "Cinema Potiguar é Cinema Nacional".

Serviço:
Festival Goiamum 20245. Inscrições até 30 de abril. No Instagram: @festivalgoiamumrn

DIVULGAÇÃO



Além das exibições de filmes, o festival promoverá uma série de atividades formativas

MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PARCIAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024
PROCESSO Nº 20.198/2023

OBJETO: Registro de Preços para a execução dos serviços de terceirização de mão de obra, com fornecimento de ferramentas/equipamentos e uniformes e execução indireta, mediante o regime de empreitada por preço global, os quais deverão ser prestados nas dependências dos Orgãos que compõem a Prefeitura de Parnamirim.

ADJUDICO e HOMOLOGO o objeto da presente licitação em favor da empresa:

JMT SERVICOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA, CNPJ: 07.442.731/0001-36, vencedor do **LOTE/GRUPO II**, perfazendo um valor total de R$ 42.751.852,68 (quarenta e dois milhões, setecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos);

APPA SERVIÇOS TEMPORÁRIOS E EFETIVOS LTDA, CNPJ: 05.969.071/0001-10, vencedor do **LOTE/GRUPO III**, perfazendo um valor total de R$ 14.363.265,00 (quatorze milhões, trezentos e sessenta e três mil, duzentos e sessenta e cinco reais).

Parnamirim/RN, 27 de março de 2025.
Anderson Quirino Oliveira de Lima
Secretário de Administração e dos Recursos Humanos

BANT BASE AÉREA DE NATAL
MINISTÉRIO DA DEFESA
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Suspensão Pregão Eletrônico nº 90008/BANT/2025

A BASE AÉREA DE NATAL (BANT) comunica que a licitação supracitada encontra-se suspensa em virtude de adequações no Edital e seus anexos. OBJETO: Contratação de serviços continuados de locação de equipamento analisador automático de Hematologia , para realização de seus respectivos exames, com fornecimento de materiais de consumo, controles e calibradores, manutenção preventiva e corretiva para a Seção de Análises Clínicas do Núcleo do Hospital de Aeronáutica de Natal (NuHANT), conforme condições quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. INFORMAÇÕES GERAIS: Na Seção de Licitações e Contratos da BANT pelo telefone (084) 3644-7409.

SILVIA NATÁLIA SOARES MENEZES DA SILVA Cel Int
Ordenador de Despesas da BANT

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025
PROCESSO ADM Nº 11020002/2025

A Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por meio da Pregoeira, torna público que estará realizando Pregão Eletrônico, com sessão marcada para o dia **10/04/2025 às 08:01** do horário de Brasília, do **tipo menor preço por item**, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL EM GARRAFÃO PLÁSTICO DE 20 (VINTE) LITROS E GÁS DE COZINHA GLP DE 13 KG A BASE DE TROCA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES COM A FINALIDADE DE GARANTIR O FORNECIMENTO CONTÍNUO E ADEQUADO AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS REFERIDAS SECRETARIAS.** Informações: Termo de Referência, Edital e seus Anexos. Demais especificações e detalhes encontram-se à disposição dos interessados no Portal: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Baraúna/RN, 27 de março de 2025.
Liana Amaral do Vale
Pregoeira

Rubens Lemos Filho
rubinholemos@gmail.com

Matador dos clássicos

Faltava-lhe somente a trilha sonora primorosa do mais antigo, o tifosi, Leone. Ele era o matador infalível da Frasqueira. Sua pistola, o oportunismo, seu faro, a primazia sobre os mortais, seu rosto, a dureza mordaz dos matadores. Sérgio Alves incorporava aos espetáculos ensolarados, a figura impiedosa e mítica do herói sem gracejos de Clint Eastwood na trilogia do faroeste espaguete do diretor Sérgio Leone.



Ao invadir a grande área, partindo em passadas de tigre no rumo da vítima em recuo de medo instintivo, Sérgio Alves carregava a autoconfiança dos vencedores de duelo de curral de cinema. Da chuteira, sacava o tiro mais rápido e fulminava o goleiro em queda de decepção conformada.

Não, não, jamais foi uma simpatia pessoal o artilheiwro maior dos últimos 20 anos do ABC. Sérgio Alves chegou em 1998, antes, durante ou depois da passagem gloriosa de outros atacantes respeitáveis: Cláudio José, Claudinho, Robgol, Júnior Amorim, Reinaldo Aleluia, Leonardo, Joãozinho Tarugo, Barata, o menino Wallyson do show nos 5x2 sobre o América em 2007, marcando sua escalada nacional e o gigante Leandrão do título da Série C.

A todos, sobrou competência, cada um a seu estilo, cada qual a seu tempo, ao seu modo de destruir o oponente. Sérgio Alves escreveu a superioridade da onipresença. Nas derrotas, o seu nome gritado esgotando de desespero os pulmões castigados por derrotas consumadas pela limitação dos eventuais em seu lugar. No Fluminense, na Suiça, no CRB, no Ceará, Sérgio Alves jamais deixou de estar na ordem do dia do ABC.

Sua figura impunha a diferença emocional e imperativa dos jogos mais importantes e decisivos. O corriqueiro nasceu para a pelada, o diferenciado cresce quanto maior o desafio. O covarde se esconde diante do gigantimo do clássico, o guerreiro pinta alma com a tinta do sangue pátrio e clubístico para sobressair.

Assim era Sérgio Alves. Fosse como um hábil meia-atacante, camisa 10 trazendo a bola a partir da intermediária e jogando-a no meio das pernas do marcador, ou na plenitude do sumário comandante de área ao finalizar na surpresa dos imprevisíveis.

No espaço esquecido do Machadão que um dia foi, o alucinado de arquibancada encontrará em sua busca saudosista e apaixonada, a gota do suor de Sérgio Alves ao saltar, elástico e desafiando leis físicas, para aplicar uma bicicleta de antologia empatando um jogo perdido contra o América em 2001.

Na retina cansada dos devotos dominicais, ressurge, cristalina, a imagem de Sérgio Alves matando no peito e batendo forte, à meia-altura e com violência, para marcar um dos seus primeiros gols pelo alvinegro contra o América, fortíssimo time de Série A e Campeão da Copa do Nordeste de 1998, ano de sua chegada 'a velha Vila Olímpica.

Sérgio Alves chegou como esperança derradeira para a conquista do bicampeonato liderando um time mediano e guerreiro contra a elegância clássica de Moura, o mouro, de camisa vermelha.

Compôs com Robgol, uma dupla impiedosa no tricampeonato de 1999, tabelas e tiros certeiros à marca do pênalti, a forca retratada nos filmes de Clint Eastwood fumando e hipnotizando o inimigo com seu olhar glacial de sentença.

Sérgio Alves ia e voltava. Deus no Ceará. Mas sempre acabava vestido de ABC. Aos 35 anos, lá estava atalhando caminhos, armando emboscadas, subindo ao ataque como se penetrasse desfiladeiros. Outros gols, decisivos, sutis e serpentários, novo título.Sérgio Alves encarava um jogo com a paixão dos que partem para a guerra, para a batalha onde a vida está na ponta da chuteira ou no duelo de cabeça.

Com Sérgio Alves, a explosão da massa em transe, era a síntese cinematográfica dos faroestes imortais na primeira pessoa do título da película: Matar ou Morrer, Matar o Facínora, Ser o Homem Só e o Destino(do gol). Sem delírios de simpatia, ele era bom, letal e artilheiro. O Clint Eastwood fatal que a Frasqueira revê a cada lembrança do velho estádio emocional e insubstituível.

Mudança

A sugestão da Polícia Militar para tirar a final do Frasqueirão para a Arena das Dunas é irresponsável. A PM tumultua a decisão.

Desastre

A pior derrota do Brasil na história das eliminatórias foi a consumação de um perigo que vem nos rondando há pelo menos 19 anos, quando formamos o último timaço com os Ronaldos, Adriano e Kaká. De lá para cá, só pancadas.

O brasileiro perdeu o brasileirismo de seu jogo e a humilhação portenha poderia ser igual à que os alemães nos impuseram em 2014(7x1) porque a facilidade foi extrema.

O Brasil não tem mais a mesma forma de produzir craques e inexiste a identidade do jogador revelado com as cores do país, porque logo ele arruma um clube do exterior sendo vendido por muito mais do que verdadeiramente vale.

Com 48 seleções, a próxima Copa deverá ter o Brasil que só não passará da primeira fase. No máximo, até as oitavas de final.

Abertura da competição tem seis jogos neste sábado (29)

SÉRIE A No Maracanã, dois candidatos ao título, Flamengo e Internacional se enfrentam à partir das 21h. Rodada tem outras cinco partidas do Brasileirão

Seis partidas abrem o Campeonato Brasileiro da Série A, neste sábado (29), com destaque para o duelo entre dois candidatos ao título este ano. Flamengo e Internacional duelam às 21h, no estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro.

A data Fifa foi prejudicial ao Flamengo. Gerson, na Seleção Brasileira, e De Arrascaeta, no Uruguai, deixaram seus jogos das Eliminatórias para a Copa do Mundo machucados. O uruguaio é desfalque certo. Filipe Luís aguarda os retornos do zagueiro Danilo e dos atacantes Bruno Henrique e Everton Cebolinha, que se recuperam de lesão muscular.

Durante a preparação para o duelo, o zagueiro Léo Pereira comentou sobre as estratégias do Flamengo e sobre o processo de estudo para enfrentar o Colorado. Veja o que o defensor disse antes da partida: "A preparação vem bem forte. A gente teve uns dias para recarregar as energias, descansar e limpar os resíduos dos últimos jogos que a gente teve. Agora a gente vem numa semana muito boa, semana de preparação muito forte e estudando a equipe do Inter para que a gente possa chegar no sábado e fazer uma grande estreia de Brasileiro", disse.

FLAMENGO



Jogando em casa, o Flamengo espera que o Maracanã esteja lotado para empurrar o time

Ainda no que diz respeito ao primeiro compromisso válido pelo Brasileirão, Léo Pereira destacou a importância dos jogadores convocados. Ademais, também revelou qual deve ser a postura para desbancar o time de Roger Machado: "Sabemos da grande equipe que é o Internacional, que vem em um momento muito bom também nesse início de ano, e a gente espera que seja um jogo com muita pegada e as duas equipes façam um grande espetáculo", finalizou.

Do outro lado, o Internacional vive o maior jejum sem o título da Série A entre os 12 grandes. A última conquista do Inter foi em 1979, ainda com Cláudio Duarte como técnico.

Após o título gaúcho, o Inter teve um período mais longo para descansar e se preparar para o Brasileirão. No Maracanã, Roger não contará com o lesionado Victor Gabriel, porém tem três opções para o setor: Juninho, Rogel e Kaique Rocha.

Rochet, que voltou a atuar com o Uruguai, deve retomar seu espaço no gol. O mesmo vale para Wesley, que nas finais do Gauchão saiu do banco. No ataque, a dúvida será entre Borré e Valencia.

Outros jogos:
18h30 - Juventude x Vitória
18h30 - Fortaleza x Fluminense
18h30 - Grêmio x Atlético/MG
18h30 - São Paulo x Sport
18h30 - Cruzeiro x Mirassol

DIVULGAÇÃO



O técnico Renato Gaúcho deixou o comando do Grêmio e está sem clube desde então

Renato Gaúcho revela que está à disposição da Seleção Brasileira

CBF 'Se tiver oportunidade, ótimo. Se não chegar, vou continuar tendo esse sonho", disse o técnico se referindo a possibilidade da saída de Dorival

São Paulo (AE) - Um dos principais técnicos do futebol brasileiro nos últimos anos, Renato Gaúcho já teve seu nome cotado para assumir a seleção, mas os caminhos entre o treinador e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) nunca se cruzaram. Atualmente sem clube, após deixar o Grêmio ao final da última temporada, ele ainda mantém vivo o sonho de dirigir o time nacional.

"Sim, (o sonho de assumir a seleção) continua. O treinador, independentemente de quem quer que seja, tem que ter o sonho de treinar a seleção brasileira desde que ele se garanta", afirmou Renato, em entrevista à ESPN. Antes da saída de Tite, em 2022, o nome do treinador foi cotado como um dos substitutos.

Renato também teve o nome ventilado para trabalhar à frente da seleção brasileira em 2019, quando o Grêmio vinha dos títulos da Libertadores e da Copa do Brasil nos anos anteriores. Tite, por sua vez, havia sido eliminado da Copa do Mundo da Rússia nas quartas de final, diante da Bélgica. O título da seleção na Copa América naquele ano, no entanto, manteve o treinador à frente do cargo até o Mundial do Catar.

"Como treinador, tem que pensar em chegar à seleção, que é o máximo do futebol brasileiro. Se vou chegar um dia, não sei, mas por que vou falar que não tenho esse sonho? Quando faço os trabalhos nos clubes, é para ganhar títulos e ser lembrado para a seleção brasileira", defendeu Renato Gaúcho.

Em 2024, o treinador encerrou sua quarta passagem pelo comando técnico do Grêmio. Nesta, chegou na reta final da Série B e permaneceu entre 2022 e 2024. Chegou ao vice-campeonato brasileiro e conquistou dois títulos gaúchos para o clube tricolor. "Como se chega à seleção? Fazendo grandes trabalhos e ganhando taças. Por isso que eu falo: a minha parte eu faço. Se tiver oportunidade, ótimo. Se não chegar, vou continuar tendo esse sonho", explicou.

Após a derrota da seleção brasileira para a Argentina nesta terça-feira, pelas Eliminatórias da Copa do Mundo, o nome de Dorival Júnior voltou a balançar no cargo. A CBF terá uma reunião nesta sexta-feira com o treinador para definir a continuidade ou término do trabalho. Carlo Ancelotti e Filipe Luís são alguns dos nomes cotados para assumir o Brasil em caso de descontinuidade da comissão técnica de Dorival.

UEFA

Vini Júnior e Mbappé são acusados de indecência

Quatro jogadores do Real Madrid, incluindo Kylian Mbappé e Vinícius Júnior, estão sendo investigados por suposta "conduta indecente" durante a partida da Liga dos Campeões contra o Atlético de Madrid, pela Uefa. A entidade vai analisar a comemoração dos dois astros do time espanhol na comemoração da classificação para as quartas de final do torneio europeu. Além da dupla de atacantes, o zagueiro Rüdiger e o meio-campista Ceballos também estão na mira.

A Uefa disse que nomeou um inspetor disciplinar para estudar as alegações não especificadas no jogo das oitavas de final, que foi disputado no dia 12 de março. Clipes de vídeo que circulam nas redes sociais mostram Mbappé segurando a virilha durante comemorações em campo pela vitória do clube merengue na disputa de pênaltis.

De acordo com o jornal espanhol "Marca" Rüdiger chamou a atenção pelo gesto de colocar a mão no pescoço. Já no caso de Vini Jr, a denúncia gira em torno do seu confronto com a torcida do Atlético de Madrid antes e depois do duelo. O atleta sempre é alvo de manifestações de cunho racista por parte dos torcedores adversários

Qualquer proibição imposta forçaria o jogador a perder o compromisso do Real Madrid contra o Arsenal, agendado para o dia 8 de abril, pela primeira partida das quartas de final do mais nobre torneio europeu de clubes. O gigante espanhol avançou após os pênaltis e Rüdiger marcou o gol decisivo.

facebook
Acesse notícias da Tribuna do Norte via Facebook @ tribunadonorteRN

twitter
Acesse notícias da Tribuna do Norte via twitter @tribunadonorte

Frasqueirão é o palco da final

CAMPEONATO POTIGUAR Após polêmica, a Polícia Militar garantiu a segurança para a decisão entre ABC e América, no sábado (29), na casa alvinegra. Reunião, ontem (27), na Federação, reafirmou critérios e medidas para o jogo

ABC e América decidem o título estadual neste sábado (29), no estádio Frasqueirão. Após polêmica gerada por uma sugestão da Polícia Militar, uma reunião na sede da Federação Norte-rio-grandense de Futebol (FNF) confirmou a realização da partida. Os dois times precisam vencer para levantar a taça. No primeiro confronto, realizado na Arena das Dunas, o empate não deu vantagem a nenhuma das equipes. Em caso de nova igualdade, a decisão será nos pênaltis.

O duelo tem início previsto para as 16h, com os portões do estádio Alvinegro abrindo às 14h. O ABC chegou a solicitar a antecipação para as 13h, buscando facilitar o acesso da torcida, mas a PM alegou questões operacionais e manteve o horário inicial.

A mudança do mando de campo chegou a ser considerada pela Polícia Militar devido ao aumento de casos de violência entre torcedores. O tenente-coronel Ricardo, do Batalhão de Choque, explicou que a sugestão foi apenas um procedimento padrão. A proposta, contudo, foi descartada após análise do Ministério Público e do juiz Daniel Couto, que se posicionaram contra alterações no planejamento inicial.

O presidente da FNF, José Vanildo, destacou a importância de discutir melhorias para o Frasqueirão, que completa 20 anos. Ele sugeriu a criação de uma comissão multissetorial para avaliar as condições do estádio, envolvendo autoridades como o Ministério Público e o Judiciário. “Ninguém é dono do processo; é preciso ouvir todas as partes”, reforçou. O dirigente agradeceu ainda o trabalho da Polícia Militar, pedindo diálogo para aprimorar o futebol local sem prejudicar sua tradição.

Clima quente

A reunião também foi marcada por troca de acusações. Marcelo Mendes, representante do América, apontou dificuldades na compra de ingressos de meia-entrada para a torcida alvirrubra e erros no site sobre a localização da torcida visitante. A diretoria do ABC, por sua vez, alegou que os ingressos de meia-entrada para o América já estão esgotados e atribuiu o problema ao sistema de vendas.

Após a partida, apenas a torcida do clube campeão poderá permanecer no estádio. A PM pediu ainda que dirigentes evitem entrar no campo para comemorar com os jogadores, prevenindo possíveis invasões.

Evaristo Piza cita o rival Moacir Júnior

Embora a história registre um bom desempenho do América em jogos decisivos dentro do Frasqueirão, o treinador Evaristo Piza ressalta que o ABC lutará com todas as suas forças para conquistar a hegemonia do futebol potiguar e impedir a festa do tricampeonato do rival. Piza também salienta que Moacir Júnior “blefou” ao buscar passar tranquilidade para os torcedores e o elenco, e acredita que o técnico adversário está bastante preocupado com o fato de não ter aberto vantagem no confronto de ida e agora precisar decidir o título na casa alvinegra.

“Vi uma entrevista do Moacir onde ele mencionou que, independentemente do local, até mesmo jogando aqui, poderia causar um desequilíbrio dependendo do estilo de jogo. Ele deixou claro que isso não seria um problema para o América. Já eu, se fosse jogar uma final aqui no Frasqueirão contra o ABC, estaria mais preocupado do que tranquilo”, provocou Piza.

Segundo o treinador, o ABC alcançou seu objetivo na Arena das Dunas ao manter a torcida animada e confiante na conquista de um novo campeonato, como comprova a intensa procura por ingressos: “Já vi uma parcial de ingressos que chegou a 9 mil, talvez 8 mil, se a última atualização estiver correta. Tenho certeza de que a atmosfera será muito forte, um verdadeiro caldeirão. Cada ação nossa será amplificada pela arquibancada, criando um efeito cascata que precisamos usar a nosso favor. Temos que ser uma equipe vibrante do primeiro ao último minuto, para que a torcida nos acompanhe e nos fortaleça rumo ao título.”

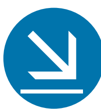
Piza sabe que o América virá preparado para explorar possíveis erros do ABC, mas destacou que o time precisa aproveitar ao máximo o “fator casa” e propor o jogo. “Sei que o adversário terá suas estratégias para nos atrapalhar, assim como nós tivemos as nossas na Arena das Dunas. Mas, dentro de casa, não podemos deixar passar essa chance. É o momento de conquistar o título para o nosso grupo e nossa torcida.”

Sobre a polêmica envolvendo a troca de estádio, Piza admitiu que o caso gerou certa tensão no elenco, mas garantiu que o posicionamento firme da diretoria foi decisivo para assegurar a tranquilidade do grupo: “Estávamos preparados para qualquer situação e contamos com o apoio total do presidente Eduardo Machado e de Agnello Gonçalves, que garantiram lutar até o fim para preservar o regulamento. Isso nos deu a segurança de trabalhar sabendo que faríamos o jogo final em casa, diante da nossa torcida. Decidir em casa era o desejo de todos e conquistamos isso com mérito, dentro de campo”, finalizou.

RENNE CARVALHO



Piza afirmou que Moacir deveria temer jogo no Frasqueirão



NÚMERO DO ALVINEGRO

02

Gols apenas sofreu o ABC no Campeonato Potiguar, um deles no último clássico contra o América. É a defesa menos vazada.

América aposta no equilíbrio do elenco

O treinador Moacir Júnior, do América, fez questão de reforçar, após o empate na primeira partida, que a equipe não tem motivo para temer a decisão no Frasqueirão. Segundo ele, o clube está habituado ao ambiente e já conquistou vitórias importantes no estádio rival.

E os números provam o equilíbrio entre os dois clubes, até mesmo dentro do território alvinegro. De acordo com o pesquisador Marcos Trindade, foram realizados sete clássicos decisivos no Frasqueirão: o ABC venceu quatro (2007, 2016, 2020, 2022), enquanto o América triunfou em três (2012, 2015, 2023). Para o Alvirrubro, além da oportunidade de conquistar o segundo tricampeonato de sua história, há o incentivo de igualar o número de títulos levantados no estádio adversário, dobrando as razões para comemorar.

As observações do primeiro confronto serão determinantes, mas Moacir espera mudanças: “Eles começaram com muito ímpeto no primeiro jogo, mas nós voltamos ainda mais intensos, como precisava ser. Agora, não acredito que vão repetir essa mesma estratégia no Frasqueirão. Conheço bem a torcida de lá, e se optarem por uma proposta muito defensiva, acho que o torcedor pode acabar se voltando contra o time.”

Focado em tirar proveito de um possível comportamento mais “afoito” do adversário, Moacir estruturou os treinos do América com atenção aos detalhes que podem definir a partida. “É isso que, de repente, pode nos dar uma vantagem”, destacou. O técnico sabe que, com o clima que envolve um clássico decisivo, a chance de êxito está nos mínimos detalhes, e ele espera que o grupo esteja pronto para aproveitá-los.

O goleiro Renan Bragança revelou que o elenco está 100% concentrado no duelo e trabalhou intensamente para corrigir os erros do primeiro jogo. “O treinador tem ajustado muitas coisas e, dia após dia, corrigimos os problemas. Participei do título no ano passado e sei como é esse momento: um jogo onde errar não é uma opção.”

Veterano em jogos deste porte, Renan teve boa atuação na partida de ida e comentou que o diferencial será o mínimo de falhas. “Quem costuma vencer em clássicos assim é o time que erra menos. Pode ser uma bola que decida tudo. Por isso, nossa concentração está total e estamos prontos para lutar pela vitória.”

Bragança sabe da pressão que a equipe irá sofrer no estádio adversário, dos 12 mil ingressos colocados a venda, o clube terá direito apenas a 1.200 para vender a sua torcida. Ele acredita que são em momentos assim, de grande dificuldade, que o América consegue se superar.

EDMARIO OLIVEIRA



Moacir disse que América pode ter benefícios na casa do ABC



NÚMERO DO ALVIRRUBRO

17

Gols marcou o ataque do América no Campeonato Estadual. O Alvirrubro tem o ataque mais positivo da competição.





Eufrázio



DÓLAR COMERCIAL
Venda: R$ 5,7533

DÓLAR TURISMO
Venda: R$ 5,9850



EURO TURISMO
Venda: 6,4710

LIBRA ESTERLINA
Venda: R$ 7,4450



NA TN ONLINE
Acompanhe as notícias do RN na Rádio Jovem Pan News Natal na frequência 93,5FM
www.tribunadonorte.com.br

Consignado CLT: RN registra 750 empréstimos em cinco dias

DÍVIDA Valor médio dos empréstimos no RN foi de R$ 6,4 mil; média nacional é de R$ 7 mil. No RN, 535.417 pessoas podem pedir o crédito

Nos primeiros cinco dias de operação do Consignado CLT, trabalhadores do Rio Grande do Norte contrataram 750 empréstimos, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A medida entrou em vigor na sexta-feira (21), e o levantamento considera até a terça-feira (25). O valor médio dos empréstimos no estado foi de R$ 6,4 mil, cifra próxima à média nacional, que é de R$ 7 mil. No RN, 535.417 pessoas que trabalham com carteira assinada podem contratar o crédito. Pela regra, apenas um empréstimo é concedido por trabalhador. Em todo o Brasil, em cinco dias, foram 48,1 mil contratos, que somam R$ 340,3 milhões.

Ao todo, foram 8,7 milhões de solicitações no período em todo o País. O valor da parcela média nacional é de R$ 333,88, com prazo médio de 21 meses para pagamento. A autarquia não especificou a quantidade de solicitações, nem o montante total de crédito concedido ao Rio Grande do Norte nos primeiros cinco dias da medida, que consiste, basicamente, na opção de empréstimo consignado para quem tem carteira assinada (47 milhões de trabalhadores em todo o Brasil). A nova regra tem vantagens e desvantagens, conforme especialista ouvido pela TRIBUNA DO NORTE.

Para o economista Cláudio Barbosa, a concessão possui variados benefícios, como o baixo risco do consignado, tanto para quem empresta quanto para quem recebe o crédito. "Um empréstimo sob consignação significa uma tendência de risco zero. Exatamente por isso, é bom para quem entrega dinheiro, que ganha garantias, mas também para quem toma crédito, que ao ter um desconto compulsório no salário, se programa para não ficar com as contas no vermelho", aponta o especialista, ao afirmar que a grande preocupação é com a falta de educação financeira da população.

As taxas de juros (que devem ficar abaixo de 3%, bem menores do que as cobradas para empréstimo pessoal, que é de 6,09%) representam outra vantagem, segundo o economista. "Por esse aspecto, a medida é uma política pública muito importante", diz. Ao mesmo tempo, aquilo que inicialmente é uma vantagem, pode se tornar uma desvantagem, segundo o economista, uma vez que o risco de endividamento aumenta.

"É importante dizer que existe um índice de endividamento no Brasil que chega a 83,5%. Então, há riscos especialmente para os pequenos, como empregadas domésticas e microempreendedores individuais. E isso, claro, também está ligado à falta de educação financeira, que é um enorme desafio para o Brasil", avalia.

O Crédito do Trabalhador é operacionalizado por meio da Carteira de Trabalho Digital (CTPS Digital). Os trabalhadores podem comparar as taxas de diferentes bancos e contratar o empréstimo diretamente pelo aplicativo. O desconto das parcelas será feito diretamente na folha de pagamento, por meio do eSocial.

A expectativa é que a taxa do novo consignado privado se aproxime das cobradas no setor público (23,8% ao ano, em média), bem abaixo da atual média de 40,8% ao ano para o setor privado.

Trabalhadores formais com carteira assinada, microempreendedores individuais (MEIs) e trabalhadores domésticos e rurais podem contratar o consignado. Trabalhadores que já possuem consignado poderão migrar para o novo modelo a partir de 25 de abril.

Já a portabilidade entre bancos será permitida a partir de 6 de junho. O limite da parcela do empréstimo será de 35% do salário. As instituições financeiras terão acesso a dados do eSocial para avaliar o risco de inadimplência, mas o trabalhador precisa autorizar previamente.

Se o trabalhador for desligado da empresa, o saldo devedor será descontado das verbas rescisórias. Também podem ser utilizados 10% do FGTS e 100% da multa rescisória como garantia para pagamento do empréstimo.

Empréstimos

Consignado CLT

- 535.417 é o número de trabalhadores que podem solicitar o Consignado no RN
- 750 é o número de empréstimos concedidos em 5 dias no RN
- R$ 6.458 é o valor médios dos empréstimos solicitados no RN
- R$ 7.065,51 é o valor médios dos empréstimos solicitados no Brasil
- R$ 333,88 é a parcela média dos empréstimos no País
- 340.327.823,6 é o valor liberado em 5 dias pelo Consignado no Brasil
- 48.170 é o número de contratos fechados em 5 dias
- 8.704.759 é o número de solicitações feitas no País em 5 dias
- 47 milhões é o número de trabalhadores que podem solicitar o Consignado no Brasil

DIVULGAÇÃO/FIERN



Presidente da Fiern, Roberto Serquiz, ao lado de Ana Adalgisa, coordenadora executiva de Relações Institucionais e com o Mercado

Fiern estimula inovação, IA e liderança feminina com Procompi

INDÚSTRIA A iniciativa promove a cooperação para superaração de desafios e estímulo à inovação, à produtividade e ao crescimento das MPEs em um contexto digital e sustentável

Liderança feminina, gestão da inovação e uso da inteligência artificial (IA) nas vendas estão entre os focos dos projetos que serão executados nas micro e pequenas empresas industriais que aderirem, neste ano, ao Programa de Apoio à Competitividade da Micro e Pequena Empresa (Procompi) no Rio Grande do Norte. O Programa é uma iniciativa que promove a cooperação para superar desafios e estimular a inovação, a produtividade e o crescimento das MPEs em um contexto cada vez mais digital e sustentável. O Procompi tem a parceria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Sebrae e, no RN, da Fiern.

De acordo com Kesiane Santana, responsável técnica na Unidade de Desenvolvimento Industrial da Fiern, há projetos, em 2025, voltados para setores estratégicos da indústria potiguar, além dos que abordam temas transversais para superar desafios comuns a diferentes segmentos industriais.

"O objetivo é trazer um diferencial competitivo, fortalecer o papel da liderança no sucesso do negócio e promover um ambiente mais inovador e sustentável para as empresas", explica Kesiane Santana.

Os projetos setoriais estão direcionados à cadeia produtiva da indústria do leite e à confecção de bonelaria e vestuário. Já os projetos transversais, abertos a empresas de distintos segmentos, têm como foco três pilares principais: incentivo à liderança feminina, gestão da inovação e transformação digital com inteligência artificial.

Na área de transformação digital, o programa oferece capacitação prática e personalizada. As empresas participantes terão acesso a treinamento em inteligência artificial aplicada ao marketing digital, incluindo mentorias individuais e suporte por três meses.

No campo da inovação, as empresas receberão capacitação e apoio para implementar soluções inovadoras em suas operações, com a inteligência artificial como ferramenta estratégica.

Outro destaque é o projeto "Ela Faz a Indústria", que busca capacitar lideranças femininas ao desenvolver competências e estimular o protagonismo das mulheres nas indústrias potiguares.



VEJA MAIS

Aponte a câmera aqui e acesse o formulário para participação nos projetos do Procompi.



Resultados expressivos

"O Procompi se destaca por sua contribuição às micro e pequenas indústrias, permitindo acesso a ações de grande impacto com custos acessíveis", afirma Ana Adalgisa, coordenadora executiva de Relações Institucionais e com o Mercado. Em 2024, o programa executou nove projetos no estado, promovendo ganhos em competitividade e sustentabilidade nos negócios, além de fortalecer o associativismo, um dos objetivos da Fiern.

Para a atual chamada, lançada em 2023 e com término previsto para dezembro de 2025, o Procompi prioriza temas voltados à transformação digital e à sustentabilidade, considerados essenciais para o futuro da indústria. "Estamos prontos para liderar esta transição, capacitando as MPEs para enfrentar os desafios da era digital e adotar práticas sustentáveis, mantendo a missão de fortalecer o setor industrial brasileiro", conclui Santana.

Desde 2003, o Procompi atua no Rio Grande do Norte, participando de todas as edições do programa, realizado em parceria entre a CNI e o Sebrae. Até hoje, já alcançou 15 segmentos industriais no estado, impactando mais de 625 micro e pequenas empresas, com avanços em produtividade, competitividade e inovação.

Adesão

As empresas interessadas podem obter mais informações pelo e-mail kesianesantana@fiern.org.br, pelos telefones (84) 3204-6243 / 6256 ou acessando o link: https://forms.office.com/r/ztsyt1T87x.



COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - ELETROBRAS CHESF
CNPJ/MF nº 33.541.368/0001-16

REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL

A COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – ELETROBRAS CHESF, inscrita no CNPJ 33.541.368/0001-16, torna público que requereu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a Renovação da Licença de Operação da Subestação de Energia Elétrica AÇU II, com potência de 378 MVA, localizada no Município de Assú, no Estado do Rio Grande do Norte.

Engº. Tony Ulysses Rodrigues de Matos Firmino
Diretor de Operação



guararapes
GUARARAPES CONFECÇÕES S/A

RIACHUELO Midway

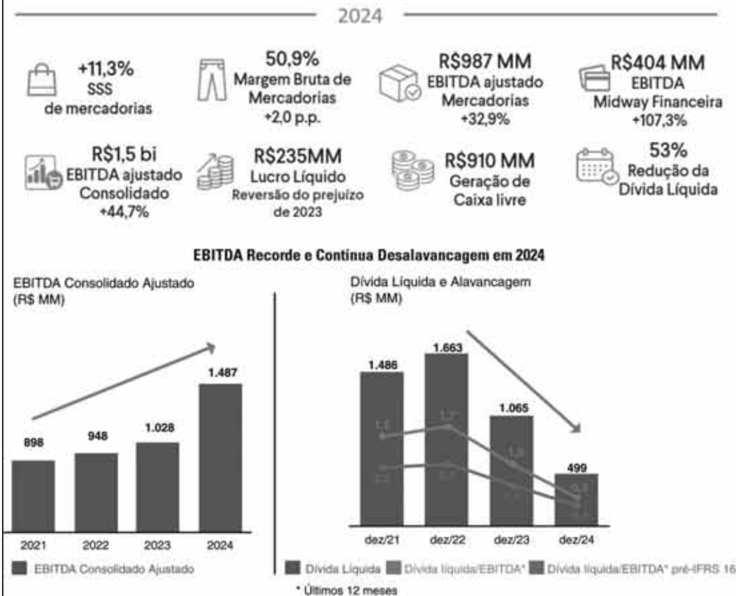
GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS
CNPJ 08.402.943/0001-52 - I.E 20.001.611-3
Rodovia BR 101 Norte, nº 9.000, Anexo Guararapes Confecções
N. Sra. Apresentação, Natal, RN, Brasil, CEP 59115-900
Telefone +55 (11) 2281-2137 ou +55 (11) 2971-7420

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,
A Guararapes Confecções S.A. apresenta a seguir o seu Relatório da Administração, comentando os resultados operacionais e financeiros relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Este relatório é complementar às Demonstrações Financeiras da Companhia, que foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

DESTAQUES

Riachuelo entrega sólidos resultados em 2024, com EBITDA consolidado recorde de R$1,5 bilhão e 53% de redução da dívida líquida



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

UM ANO A SER CELEBRADO

Em 2024, apresentamos uma receita líquida consolidada de R$9,6 bilhões, crescimento de 9,5% na comparação anual. A força da nossa proposta de valor e as coleções bem aceitas por nossos clientes resultaram em **aumento das vendas em mesmas lojas de 11,3% no ano.**
Nossa fábrica Guararapes, em Natal, aumentou sua produção em 33% vs. 2023 e produziu 41 milhões de peças, fortalecendo nossa posição competitiva. A **margem bruta de mercadorias alcançou 50,9%, expansão de 2,0 p.p.** vs. 2023, como resultado da melhor utilização da fábrica, eficiência na gestão de estoques de produto acabado e menor necessidade de remarcações. Além disso, o **segmento de mercadorias** apresentou aumento de 33% no EBITDA, que alcançou R$987 milhões no ano e **margem de 13,7%, ganho de 2,2 p.p. oriundos de maior eficiência na operação**.
A integração da Midway Financeira com o varejo avança de forma consistente. Em 2024 retomamos gradualmente a concessão de crédito sem aumentar o risco da carteira e, como resultado, o **EBITDA da Midway totalizou R$404 milhões, mais que o dobro do ano passado.**
Alcançamos **patamar recorde de EBITDA consolidado no ano de R$1,5 bilhão,** evolução de 45% no período. Nossa disciplina na alocação de capital combinada com a maior eficiência operacional resultou no **segundo ano seguido de expressiva geração de caixa livre de R$910 milhões.** A redução de mais de 50% na dívida líquida e a alavancagem de 0,3x reforçam nossa solidez financeira para seguirmos em nossa agenda estratégica.
Acreditamos no **potencial da nossa estrutura verticalizada e focamos na captura dessa vantagem competitiva.** O desempenho de 2024 e a tendência observada no ano corrente até agora nos mantêm confiantes para o ciclo de 2025.
Estamos só começando!

AMBIÇÕES PARA O NOVO CICLO

Seguimos para esse novo ciclo com estratégias claras e bem definidas, baseadas nos seguintes pilares:

01 Experiência
- Continuação do nosso investimento em Moda e Produto
  - Foco nas categorias chave
  - Maior responsividade da cadeia
- Revitalização da marca
- Evolução da experiência de canais: lojas e e-commerce

Crescimento consistente da venda por m²

02 Eficiência
- Fortalecimento de moda na fábrica própria
- Aceleração da clusterização de lojas
- Crescimento e rentabilização da Midway
- Inteligência de gestão de pricing e demarcação

Mais giro e aumento de margem bruta

03 Retorno sobre Capital
- Evolução da estrutura de Capital
- Aceleração do ROIC

Solidez financeira e aumento do retorno

Agradecemos aos nossos colaboradores, parceiros e clientes por tornarem possível essa jornada. Juntos, compartilhamos a paixão por nossos produtos e a valorização da nossa cultura brasileira, com o propósito de **transformar a moda no Brasil.**

SOBRE A COMPANHIA

O Grupo Guararapes é um dos maiores do setor da moda no Brasil e se destaca por ter um modelo de negócio 100% integrado. Sua cadeia vertical une indústria, varejo e financeira, o que oferece ganhos de eficiência, agilidade e alta competitividade em todas suas operações.
Há mais de sete décadas, a Companhia vem moldando o cenário da moda brasileira. O modelo de negócio verticalizado da Companhia engloba:
(i) Segmento de Mercadorias
a) Indústria: uma fábrica de confecções de roupas, localizada em Natal – RN
b) Varejo: plataforma de marcas que considera a rede varejista Riachuelo, Casa Riachuelo, Carter's e FANLAB, totalizando 425 lojas físicas espalhados por todo o país, além da operação de e-commerce, que inclui as marcas próprias e marketplace
- A logística é parte estratégica fundamental desse segmento. Para isso, a Companhia conta com três Centros de Distribuição ("CDs"), localizados em Guarulhos – SP, Natal – RN e Manaus – AM, e com a Transportadora Casa Verde.

(ii) Midway Financeira: plataforma integrada de produtos e serviços financeiros.
(iii) Shopping Midway Mall, em Natal – RN.
Desde a sua fundação, a Companhia busca direcionar todos os seus esforços na obtenção da integração máxima entre suas operações, desde o desenvolvimento do produto até sua chegada ao consumidor final, com um time focado em democratizar a moda no Brasil.
Nos últimos anos, a empresa tem evoluído sua proposta de valor, com foco em levar o core business ao seu máximo potencial, trazendo maior assertividade e qualidade na oferta de seus produtos. Toda essa jornada vem permeada pela busca constante por novas tecnologias e inovação e pelo sólido compromisso com a sustentabilidade, que orienta o negócio, transformando a moda em um ativo gerador de valor para toda sua cadeia.

ESG

No Grupo Guararapes, adotamos princípios, critérios e práticas ambientais, sociais e de governança corporativa como um convite à uma moda que inspira o Brasil e uma moda que transforma vidas e a natureza. Enxergamos a moda como uma poderosa ferramenta capaz de impactar positivamente a sociedade, propondo uma nova forma de produzir e consumir, na qual processos e produtos regenerativos, circulares e com menor impacto ambiental são protagonistas.
Nossa estratégia ESG visa equilibrar os resultados financeiros com impactos positivos na vida das pessoas e das comunidades onde estamos presentes, com foco na geração de empregos, estímulo ao desenvolvimento socioeconômico, regeneração de vidas e ecossistemas, além da valorização da cultura brasileira. Reconhecemos a importância de mitigar riscos e implementar práticas que permitam democratizar a moda sustentável, oferecendo produtos que respeitem os direitos humanos e o meio ambiente.

MEIO AMBIENTE – Moda que transforma a moda

RECONHECIMENTO CDP - CARBON DISCLOSURE PROJECT

Trabalhamos todos os dias para criar, produzir, distribuir, vender e reaproveitar a nossa moda da forma mais ecoeficiente possível, preservando os recursos naturais, reduzindo emissões de gases de efeito estufa e acelerando a economia circular.
Este trabalho vem sendo reconhecido pela evolução constante das nossas notas no CDP - Carbon Disclosure Project, uma das mais respeitadas organizações globais de avaliação de performance e transparência ambiental.
A Riachuelo agora faz parte do seleto grupo de empresas da A list do CDP, obtendo a nota máxima A no questionário de Mudanças Climáticas. Além disso, mantivemos nossa posição de liderança em Segurança Hídrica, com nota A-, e avançamos no tema Florestas, conquistando nota B.

CIRCULARIDADE

Lançamos a primeira Coleção Circular da Riachuelo. Foram 6.850 peças produzidas a partir de resíduos têxteis da Fábrica de Natal. A coleção foi comercializada em 40 lojas e no e-commerce nas categorias masculino e feminino. A composição dos produtos contava com no mínimo 23% de algodão reciclado.
Finalizamos o processo de pesquisa e desenvolvimento para inovação têxtil em circularidade, realizada em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, da Universidade de São Paulo – USP, desde 2022. Esta colaboração teve como meta desenvolver processos de reciclagem dos resíduos procedentes de nossa indústria de confecção, possibilitando sua reinserção como matéria-prima na cadeia de produção.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Tivemos nossas metas de redução de emissões baseadas na ciência validadas pela iniciativa Science Based Targets Initiative – SBTi. Assim, nos comprometemos publicamente a reduzir as emissões absolutas de GEE dos escopos 1 e 2 em 46,2% até 2030. E em 55% das emissões por intensidade de GEE do escopo 3, relacionado a bens e serviços, também até 2030.

SOCIAL E GENTE - Moda que transforma vidas

ALGODÃO 100% AGROECOLÓGICO

No carnaval de 2025, apresentamos nossa malha feita de algodão 100% agroecológico, cultivado através de práticas regenerativas, sem o uso de agrotóxicos, utilizando apenas biofertilizantes e pesticidas naturais.
Desta forma, nosso algodão agroecológico cuida da saúde do solo e de toda a sociobiodiversidade dos 15 municípios participantes do projeto, alcançando uma área de 100 hectares plantados pelas mãos de mais de 140 agricultores do semiárido do Rio Grande do Norte.
Nos dá um enorme orgulho vestir novas formas de cuidar do mundo e da moda.

INSTITUTO RIACHUELO

Por meio do Instituto Riachuelo impactamos diretamente mais de quatro mil pessoas com nossos projetos que seguem as seguintes frentes de atuação:
- Projeto Pró-Sertão: Desde 2021, o Instituto apoia o projeto Pró Sertão, que foi criado em 2013 pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio Grande do Norte em parceria com a FIERN e SEBRAE – RN. O objetivo é gerar emprego e renda, dinamizando a economia de municípios do interior do estado através da criação e profissionalização de oficinas de costura, ajudando-as a crescer de forma mais sustentável. Através da parceria com o SEBRAE – RN e com o SENAI, o Instituto Riachuelo apoia mais de 104 oficinas de costura espalhadas em 30 municípios no interior do Rio Grande do Norte, com capacitações em gestão financeira, gestão de pessoas e cursos profissionalizantes em costura e mecânica, dentre outros. Além disso, as oficinas funcionam como parte importante da cadeia de fornecimento da Riachuelo, somando mais de 3.100 empregos formais.
- AgroSertão: Projeto Agro Sertão, que envolve 143 agricultores em 15 municípios da região do Seridó, no interior do Rio Grande do Norte. O Agro Sertão foi desenvolvido em parceria com a EMBRAPA e o SEBRAE – RN, em 2022, e tem como objetivo reintroduzir a cotonicultura no estado, cuja produção foi devastada na década de 80, devido à praga do bicudo-do-algodoeiro. O projeto resgata e fortalece a cultura do algodão, regenerando a caatinga e gerando renda e segurança alimentar para os agricultores e seus animais, que passam a contar também com uma alimentação natural rica em proteínas vegetais produzidas em conjunto com o próprio algodão seguindo as diretrizes agroecológicas. Como resultado, vemos uma produção que cuida do meio-ambiente, da biodiversidade e das pessoas ao seu redor, fortalecendo comunidades e economias locais, fomentando a prosperidade e evitando o êxodo rural.
- Bordado e Artesanato: Outra iniciativa apoiada pelo Instituto Riachuelo é a Casa das Bordadeiras de Timbaúba dos Batistas, município do interior do Rio Grande do Norte, que conta com aproximadamente 2.400 habitantes. Nela, mais de 80 mulheres ensinam e aprendem o ofício do bordado manual e seus diversos pontos tradicionais, resgatando e mantendo viva a cultura do trabalho manual nordestino que sempre foi tão importante e identitária da região. Em 2024, as jaquetas jeans da Riachuelo que vestiram o Time Brasil para as Olímpiadas de Paris tiveram seus apliques de bordados feitos pelas mãos destas exímias bordadeiras, projetando o pequeno município de Timbaúba dos Batistas para o mundo inteiro.
- Educação: Através de parceria com o Sesi Escola, oferecemos bolsas de 90% sobre a mensalidade para a educação dos filhos dos colaboradores da nossa fábrica. Esta é uma ação que visa elevar o nível educacional das famílias que trabalham na Guararapes. Em 2024, beneficiamos mais de 170 alunos.
- Saúde e Bem-Estar: Em parceria com o grupo Reviver, o Instituto Riachuelo e o Grupo Guararapes promovem a prevenção ao câncer de mama na região metropolitana de Natal, no Rio Grande do Norte. Uma unidade móvel de saúde realiza mamografias, ultrassonografias e biópsias, além de orientar mulheres entre 30 e 69 anos sobre a importância do autoexame e do diagnóstico precoce. O acesso aos serviços é facilitado por uma plataforma nacional. Em 2024, 569 mulheres da região realizaram exames.

DIVERSIDADE

Entendemos a moda como uma poderosa ferramenta de inclusão, permitindo que todos se expressem de maneira justa, igualitária, acessível e responsável. Com nosso Código de Ética e a Política de Diversidade e Inclusão, buscamos conscientizar e engajar nossos colaboradores, incorporando esses valores em todas as esferas de decisão. A promoção da diversidade acontece em diversas frentes da Companhia, como treinamentos sobre vieses inconscientes e inclusão para colaboradores e líderes, garantia de processos de recrutamento e promoção transparentes e inclusivos, exigência de práticas de diversidade e inclusão na cadeia de fornecedores e monitoramento constante do ambiente organizacional por meio de pesquisas de clima e do Canal de Denúncias.
Nossa origem e forte presença no Nordeste (47% do nosso quadro de colaboradores) juntamente com a expansão de nossas operações em todo o país contribuem para a formação de uma base de talentos diversa, criativa e inovadora. Em 2024, de um total de 31.919 colaboradores:
- 66% são mulheres
- 63% se autodeclaram pretos e pardos
- 5% pertencem à comunidade LGBTQIAPN+
- Entre as mulheres, 63% ocupam posições de liderança
- 42% de mulheres no C-level
- Entre as pretos e pardos, 41% ocupam posições de liderança

GOVERNANÇA

Desde 1970, o Grupo Guararapes é uma Companhia de capital aberto, com um modelo de governança corporativa baseado em uma gestão empreendedora e voltada para resultados, seguindo as melhores práticas do setor. Nos últimos anos, esse modelo de governança tornou-se ainda mais crucial diante do crescimento operacional do Grupo e de sua vasta estrutura de negócios.
Além de aderir ao Código Brasileiro de Governança Corporativa (CBGC), a Companhia implementa diversas políticas e diretrizes recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), fundamentadas em ética e integridade. A harmonização entre os aspectos econômicos, ambientais e sociais é fundamental para alcançar os resultados desejados e assegurar a longevidade da organização. Em suas práticas de governança, a organização estabelece uma relação de confiança e transparência com seus stakeholders, principalmente colaboradores, clientes e acionistas.
Em abril de 2022, a Companhia comemorou a migração para o segmento especial de listagem da B3, conhecido como Novo Mercado, marcando um novo capítulo para a Guararapes e reiterando seu compromisso com os mais altos padrões de governança corporativa. Companhias desse segmento são amplamente reconhecidas pelo mercado como transparentes, o que amplia o acesso a investidores focados em corporações com forte governança corporativa.
Em 2024, pelo terceiro ano consecutivo, o Grupo foi selecionado para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 – ISE. Fazer parte do ISE representa um marco significativo que evidencia a evolução e o amadurecimento da Guararapes em questões ambientais, sociais e de governança (ESG), demonstrando o compromisso da Companhia em promover uma moda mais sustentável. Essa conquista não apenas reflete o comprometimento da empresa em mitigar seus impactos negativos no planeta, mas também em ir além, trabalhando para regenerar ecossistemas e promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades onde atua.
Atualmente, realizamos auditorias em 100% de nossos fornecedores de revenda têxtil, abrangendo aspectos como saúde e segurança no trabalho, infraestrutura, questões ambientais, responsabilidade social, e regularidade fiscal e trabalhista. Também passamos a integrar o comitê gestor do Grupo de Trabalho Moda Têxtil do Pacto Global da ONU, que discute abordagens coletivas urgentes para o setor da moda sobre Direitos Humanos e Mudanças Climáticas.

INDICADORES 2024

Destaques (R$ Mil)	2024	2023	24 vs 23
Receita líquida consolidada	**9.634.207**	**8.795.386**	**9,5%**
Receita líquida Mercadorias	7.219.010	6.441.345	12,1%
Receita líquida Midway Financeira	2.299.612	2.246.130	2,4%
Receita líquida Midway Mall	115.585	107.911	7,1%
SSS	***11,3%***	***2,8%***	***8,5 p.p.***
Lucro bruto consolidado	**5.681.787**	**5.141.393**	**10,5%**
Margem bruta consolidada	***59,0%***	***58,5%***	***0,5 p.p.***
Margem bruta - Mercadorias	*50,9%*	*48,9%*	*2,0 p.p.*
Margem bruta - Vestuário	*54,3%*	*52,5%*	*1,8 p.p.*
EBITDA consolidado ajustado	**1.487.328**	**1.027.890**	**44,7%**
EBITDA Mercadorias ajustado	986.623	742.173	32,9%
EBITDA Midway Financeira	404.315	195.056	107,3%
EBITDA Midway Shopping	96.391	90.662	6,3%
Margem EBITDA ajustada	***15,4%***	***11,7%***	***3,7 p.p.***
Margem EBITDA Mercadorias ajustada	*13,7%*	*11,5%*	*2,2 p.p.*
Lucro Líquido	**235.138**	**(34.260)**	**n.a.**
Geração de Caixa Livre	**909.942**	**1.029.369**	**-11,6%**

RECEITA LÍQUIDA

Em 2024, a Companhia apresentou consistência na evolução do top line a cada trimestre, encerrando o ano com receita líquida consolidada de R$9,6 bilhões, crescimento de 9,5% em relação ao ano de 2023. Este desempenho está relacionado principalmente com o crescimento da receita do segmento de Mercadorias, que aumentou 12,1% e cresceu o volume de peças vendidas e acima do PMC de Vestuário (IBGE) do ano.

LUCRO BRUTO

No acumulado do ano, a Companhia apresentou lucro bruto consolidado de R$5,7 bilhões, evolução de 10,5% vs. 2023, com crescimento em todos os segmentos. A margem bruta consolidada foi de 59,0% no ano, aumento de 0,5 p.p. em relação ao ano de 2023, com destaque para a evolução da margem bruta do segmento de Mercadorias para 50,9%, crescimento de 2,0 p.p..

DESPESAS OPERACIONAIS

(R$ Mil)	2024	2023	24 vs 23
Despesas com vendas	(2.319.305)	(2.107.997)	10,0%
Despesas gerais e administrativas	(1.104.664)	(1.035.534)	6,7%
Total despesas operacionais	**(3.423.969)**	**(3.143.531)**	**8,9%**
% receita líquida consolidada	*35,5%*	*35,7%*	*-0,2 p.p.*

Em 2024, as despesas operacionais totalizaram R$3,4 bilhões e representaram 35,5% da receita líquida consolidada, ganho de 0,2 p.p. de alavancagem operacional no ano, resultado da disciplina e controle da Companhia sobre os gastos.

EBITDA CONSOLIDADO

Reconciliação do EBITDA (R$ Mil)	2024	2023	24 vs 23
Lucro líquido	**235.138**	**(34.260)**	**n.a.**
(+) Provisão para IR e CSLL	126.807	13.046	872,0%
(+) Resultado financeiro	399.890	449.249	-11,0%
(+) Depreciação e amortização	690.208	624.362	10,5%
EBITDA	**1.452.043**	**1.052.397**	**38,0%**
Margem EBITDA	*15,1%*	*12,0%*	*3,1 p.p.*
Outros itens	**35.285**	**(24.507)**	**n.a.**
(+) Baixa de ativos (*)	32.285	30.704	14,9%
(+) Alienação de imobilizado (**)	-	(55.210)	n.a.
EBITDA ajustado	**1.487.328**	**1.027.890**	**44,7%**
Margem EBITDA ajustada	*15,4%*	*11,7%*	*3,7 p.p.*

(*) Refere-se à baixa de ativos de contas a receber por perdas em operações de cartão de crédito e baixa de ativos por inventários físicos.
(**) Está relacionado com a venda líquida de parte do terreno onde operava a fábrica de Fortaleza em 2023.

Em 2024, o EBITDA consolidado ajustado cresceu 44,7% e totalizou R$1,5 bilhão, com expansão em todos os segmentos. A margem EBITDA consolidada ajustada alcançou 15,4% no ano, 3,7 p.p. maior que a registrada em 2023.

DESEMPENHO DE MERCADORIAS

VENDAS

O desempenho do segmento de Mercadorias abaixo está apresentado a partir da visão de rede de lojas, que considera:
(i) Riachuelo: suas marcas próprias, produtos Carter's e produtos de moda casa vendidos nas lojas Riachuelo, além do canal digital;
(ii) Casa Riachuelo e Carter's: considera os produtos vendidos em suas respectivas lojas físicas (incluindo lojas SIS).

	2024	2023	24 vs 23
Desempenho de Vendas (R$ Mil)			
Mercadorias	**7.219.010**	**6.441.345**	**12,1%**
Riachuelo	6.861.732	6.151.134	11,6%
Casa Riachuelo	117.730	100.015	17,7%
CARTER'S	239.548	190.197	25,9%
SSS	***11,3%***	***2,8%***	***8,5 p.p.***
Dados Operacionais			
Quantidade de lojas	425	411	3,4%
Área de vendas em mil m²	705	702	0,4%
Receita líquida por m² (R$ por m²)	10.262	9.205	11,5%
Ticket médio total (R$)	203	199	2,0%
Ticket médio do cartão Riachuelo (R$)	250	250	0,0%

A receita líquida de mercadorias totalizou R$7,2 bilhões em 2024, crescimento de 12,1% em relação ao ano anterior. No conceito mesmas lojas (SSS), houve aumento de 11,3% vs. 2023, demonstrando a forte aceitação das coleções por nossos clientes ao longo do ano. Mantivemos ganhos de market share, com desempenho de vendas superior ao PMC de Vestuário (IBGE) de 2024.

QUANTIDADE DE LOJAS

Em linha com a nossa estratégia de expansão, inauguramos 16 lojas durante o ano de 2024, sendo 12 Carter's, 1 Riachuelo e 3 FANLAB. Também tivemos alguns encerramentos pontuais, como parte do fluxo regular de ajuste de portfólio da Companhia. Dessa forma, atingimos 425 lojas ao final do ano, estrategicamente distribuídas em todas as regiões do Brasil, das quais 333 são lojas da Riachuelo, 73 Carter's, 12 Casa Riachuelo e 7 FANLAB. Além disso, possuímos outras lojas no modelo store in store (SIS), sendo 13 Casa Riachuelo SIS e 2 Carter's SIS.

Quantidade de Lojas*

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Total	321	332	364	396	411	425
Riachuelo	321	324	328	333	332	333
Carter's		3	26	48	62	73
Casa Ruachuelo		5	10	12	12	12
Fanlab				3	5	7

Riachuelo | Carter's | Casa Ruachuelo | Fanlab

* Não inclui as lojas no modelo store in store (SIS)

DESEMPENHO DE MERCADORIAS

(R$ Mil)	2024	2023	24 vs 23
Receita líquida	**7.219.010**	**6.441.345**	**12,1%**
CMV	(3.548.049)	(3.292.915)	7,7%
Lucro bruto	**3.670.961**	**3.148.430**	**16,6%**
Margem bruta	*50,9%*	*48,9%*	*2,0 p.p.*
EBITDA	**951.338**	**766.679**	**24,1%**
Margem EBITDA	*13,2%*	*11,9%*	*1,3 p.p.*
(-) Outros itens	**35.285**	**(24.507)**	**n.a.**
Baixa de ativos (*)	35.285	30.704	14,9%
Alienação de imobilizado (**)	-	(55.210)	n.a.
EBITDA ajustado	**986.623**	**742.173**	**32,9%**
Margem EBITDA ajustada	*13,7%*	*11,5%*	*2,2 p.p.*

* Refere-se à baixa de ativos de contas a receber por perdas em operações de cartão de crédito e baixa de ativos por inventários físicos.
** Está relacionado com a venda líquida de parte do terreno onde operava a fábrica de Fortaleza em 2023.

LUCRO BRUTO

Em 2024, o lucro bruto de mercadorias atingiu R$3,7 bilhões, evolução de 16,6% em relação ao lucro bruto de 2023. A margem bruta de mercadorias alcançou 50,9%, aumento de 2,0 p.p. vs. 2023. Esse resultado é reflexo principalmente da utilização da fábrica Guararapes de maneira mais eficiente, ágil e responsiva, além da maior eficiência nas remarcações e melhor qualidade de estoques.

EBITDA

Em 2024, o EBITDA ajustado de Mercadorias atingiu o patamar recorde de R$986,6 milhões, com evolução de 2,2 p.p. na margem EBITDA ajustada de Mercadorias para 13,7%, refletindo principalmente da maior margem bruta, conforme explicado acima.
O canal digital apresentou crescimento e seguiu a tendência de aumento na penetração sobre as vendas totais. Assim, 2024 foi mais um ano com EBITDA positivo para as operações do e-commerce, refletindo o foco da Companhia em trazer mais eficiência para este canal.

MIDWAY FINANCEIRA

Demonstração de Resultado (R$ Mil)	2024	2023	24 vs 23
Receita Bruta	**2.432.441**	**2.369.344**	**2,7%**
Receita de operações de cartão	1.674.070	1.597.797	4,8%
Receita de empréstimo pessoal	564.051	590.801	-4,5%
Receita de comissões	194.321	180.746	7,5%
Despesas tributárias	(132.829)	(123.214)	7,8%
Receita Líquida	**2.299.612**	**2.246.130**	**2,4%**
PDD - cartões	(860.501)	(1.017.995)	-15,5%
PDD - empréstimo pessoal	(263.796)	(277.711)	-5,0%
Recuperação de créditos	332.285	256.682	29,5%
Descontos em operações de crédito	(364.759)	(314.613)	15,9%
PDD líquida de recuperação e descontos	**(1.156.771)**	**(1.353.638)**	**-14,5%**
Resultado da Operação Financeira	**1.142.841**	**892.493**	**28,1%**
Margem da Operação Financeira	*49,7%*	*39,7%*	*10,0 p.p.*
Despesas operacionais	(786.174)	(716.942)	9,7%
Outras receitas e despesas operacionais	47.648	19.505	144,3%
Receitas prestação de serviço para Riachuelo	45.308	43.519	4,1%
Depreciação e amortização	(80.219)	(61.245)	31,0%
Resultado financeiro	(91.016)	(138.233)	-34,2%
Resultado antes do IR	**278.388**	**39.099**	**612,0%**
Imposto de renda e contribuição social	(106.317)	(16.462)	545,8%
Lucro (prejuízo) líquido	**172.071**	**22.636**	**660,2%**
EBITDA Ajustado	**404.315**	**195.056**	**107,3%**
Margem EBITDA Ajustada	*17,6%*	*8,7%*	*8,9 p.p.*

Em 2024, a receita bruta da Midway Financeira foi de R$2,4 bilhões, 2,7% maior que a receita registrada em 2023, com destaque para o aumento da receita com operações de cartão.
A provisão para perdas de créditos das operações do cartão Riachuelo (Private Label + Bandeira) e de empréstimo pessoal, líquidos da recuperação de créditos e descontos, totalizou R$1,2 bilhão, redução de 14,5% vs o ano de 2023, mesmo com o aumento da carteira e da cobertura da carteira de crédito, que subiu 8,1 p.p. vs 2023, como resultado da melhor concessão de crédito e implementação de novas estratégias de cobrança. A relação de perdas sobre a Carteira de Crédito até 360 dias reduziu para 5,3% no fim de 2024.
No mesmo período, o EBITDA da Midway totalizou R$404,3 milhões, aumento de 107,3% em relação a 2023 e lucro líquido de R$172,1 milhões, 7,6x maior que o lucro líquido de R$22,6 milhões apresentado em 2023.

Evolução das perdas sobre a carteira (até 360 dias)

	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
Carteira até 360 dias (R$ Mil)	5.526	5.148	5.201	5.228	5.718
% PDD líquida de recuperação e descontos sobre carteira (até 360 dias)	5,6%	5,5%	5,7%	5,3%	5,3%

A carteira de crédito total somou R$5,7 bilhões em dezembro de 2024, conforme composição abaixo:
- Cartão Riachuelo (private label + bandeira): R$5,0 bilhões, expansão de 4,1% em relação a dezembro de 2023. Nossa estratégia segue em concentrar esforços na concessão de crédito por meio do cartão Private Label, o que sustenta o volume de vendas no varejo. Em 2024 retomamos gradualmente a concessão de crédito sem aumentar o risco da carteira.
- Empréstimo pessoal: R$687 milhões, praticamente estável em relação a 2023.

Principais Indicadores Midway	Dez/24	Dez/23	Dez/24 vs Dez/23
Carteira (R$ Mil, até 360 dias)	**5.718**	**5.526**	**3,5%**
Cartão (R$ Mil)	5.032	4.834	4,1%
Empréstimo Pessoal (R$ Mil)	687	692	-0,7%
% PDD líquida de recuperação e descontos sobre carteira (até 360 dias)	*5,3%*	*5,6%*	*-0,3 p.p.*
Índice de Inadimplência - 15 a 90 dias[1]	**7,6%**	**8,2%**	***-0,6 p.p***
Índice de Inadimplência - acima de 90 dias[1]	**17,3%**	**23,0%**	***-5,7 p.p***
Índice de Basileia[2]	**19,5%**	**18,3%**	***1,2 p.p.***

[1] Considera o arrasto de todos os produtos financeiros.
[2] Índice de Basileia de Dez/2023 calculados conforme a Resolução BCB 229/22 do Bacen.

Em 2024, os índices de inadimplência dos cartões e do empréstimo pessoal registraram queda sequencial na faixa mais longa, acima de 90 dias, com continuidade da menor formação de NPL 90 nominal. Os índices de inadimplência na faixa mais curta para cartões e empréstimo pessoal seguem em patamar bastante saudável para a faixa, com rolagens dentro da expectativa.

Índice de Inadimplência – Cartões

	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
Acima de 90 dias	18,4%	18,4%	17,3%	15,6%	13,6%
15 a 90 dias	5,9%	7,0%	5,4%	6,3%	5,6%

Índice de Inadimplência – Empréstimo Pessoal

	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
Acima de 90 dias	28,9%	27,9%	27,1%	24,0%	21,6%
15 a 90 dias	10,7%	10,9%	8,7%	9,6%	10,3%

Acima de 90 dias | 15 a 90 dias

O Índice de Basileia alcançou 19,5% no último trimestre de 2024 e reflete a Resolução BCB 229/22 do Bacen. Este índice é um indicador internacional definido pelo Comitê de Basileia de Supervisão Bancária, que estabelece índice mínimo de Basileia de 10,5%.

MIDWAY MALL: RESULTADO CONSISTENTE E RESILIENTE

Desempenho Operacional (R$ Mil)	2024	2023	24 vs 23
Receita bruta	**127.698**	**119.203**	**7,1%**
Aluguel	103.560	98.563	5,1%
Cessão de direito de uso	1.458	1.372	6,3%
Midwest Estacionamento	22.679	19.268	17,7%
Receita líquida	**115.585**	**107.911**	**7,1%**
EBITDA	**96.391**	**90.662**	**6,3%**
Margem EBITDA	*83,4%*	*84,0%*	*-0,6 p.p.*
ABL (mil m2)	63,2	63,2	0,0%
EBITDA/ABL (R$/m²)	1.525,6	1.434,9	6,3%
NOI	**109.494**	**103.339**	**6,0%**
Margem NOI	*94,7%*	*95,8%*	*-1,1 p.p.*

Em 2024, a receita líquida do Midway Mall totalizou R$115,6 milhões, crescimento de 7,1% em relação a 2023, principalmente em função do crescimento das receitas com estacionamento e aluguel. O EBITDA alcançou R$96,4 milhões no acumulado do ano, crescimento de 6,3% no período, e o NOI foi de R$109,5 milhões, com margem de 94,7%.

continua...

...continuação

guararapes
GUARARAPES CONFECÇÕES S/A

RIACHUELO Midway

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS
CNPJ 08.402.943/0001-52 - I.E 20.001.611-3
Rodovia BR 101 Norte, nº 9.000, Anexo Guararapes Confecções
N. Sra. Apresentação, Natal, RN, Brasil, CEP 59115-900
Telefone +55 (11) 2281-2137 ou +55 (11) 2971-7420

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

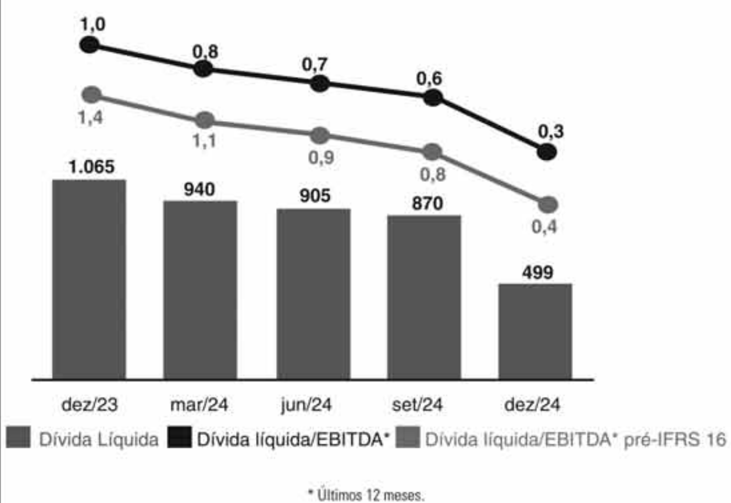
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO E ALAVANCAGEM

Endividamento Líquido (R$ Mil)	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	**1.472.216**	**2.443.370**
Empréstimos e financiamentos	**(1.970.996)**	**(3.508.856)**
Circulante	(691.399)	(1.028.604)
Não circulante	(1.279.597)	(2.480.252)
Endividamento líquido	**(498.780)**	**(1.065.486)**
Dívida líquida / EBITDA[1]	***0,3***	***1,0***
Dívida líquida / EBITDA pré-IFRS 16[1]	***0,4***	***1,4***

[1] Últimos 12 meses.

A Companhia encerrou o mês de dezembro de 2024 com R$1,5 bilhão em caixa, o que equivale a 213% da dívida bruta de curto prazo. O volume de recebíveis descontados no 4T24 foi de R$621,1 milhões vs. R$508,6 milhões antecipados no 4T23.

A dívida líquida totalizou R$498,8 milhões ao final do 4T24, redução de 53,2% em relação ao 4T23. Pelo quinto trimestre consecutivo, a Companhia apresentou redução significativa do índice de alavancagem, que alcançou 0,3x em dezembro de 2024 comparado a 1,0x em dezembro de 2023. Considerando a relação dívida líquida/EBITDA pré-IFRS, a alavancagem foi de 0,4x ao final do 4T24. Desde julho de 2023, o Grupo Guararapes tem realizado liquidação antecipada de debêntures como parte da estratégia de otimizar sua estrutura de capital, além de seguir amortizando dívidas conforme cronograma de vencimento. No ano de 2024, a Companhia realizou resgate antecipado de debêntures no montante de R$992 milhões.



* Últimos 12 meses.

RESULTADO FINANCEIRO

(R$ Mil)	2024	2023	24 vs 23
Receitas Financeiras	**198.265**	**280.228**	**-29,2%**
Rendimentos de equivalentes de caixa	157.396	235.277	-33,1%
Outras receitas financeiras	40.869	44.951	-9,1%
Despesas Financeiras	**(435.428)**	**(647.109)**	**-32,7%**
Juros sobre empréstimos e debêntures	(391.333)	(615.570)	-36,4%
Outras despesas financeiras	(44.095)	(31.539)	39,8%
Variação cambial	**(48.626)**	**(740)**	**6471,1%**
Resultado financeiro líquido (ex – IFRS16)	**(285.789)**	**(367.621)**	**-22,3%**
% receita líquida consolidada	*3,0%*	*4,2%*	*-1,2 p.p.*
Juros sobre passivo de arrendamento	(114.101)	(81.628)	39,8%
Resultado financeiro líquido	**(399.890)**	**(449.249)**	**-11,0%**

O resultado financeiro líquido da Companhia ex-IFRS16 totalizou despesa de R$285,8 milhões, e representou 3,0% da receita líquida, queda de 1,2 p.p. vs. 2023. As principais variações no resultado financeiro foram:
- Receitas financeiras: a queda de 29,2% está relacionada com a redução dos rendimentos de equivalentes de caixa em função do menor caixa médio no período;
- Despesas financeiras: a redução de 32,7% reflete principalmente a queda nas despesas com juros sobre empréstimos e debêntures decorrente da menor dívida bruta no período.

LUCRO LÍQUIDO

(R$ Mil)	2024	2023	24 vs 23
EBITDA	**1.452.043**	**1.052.397**	**38,0%**
Depreciação e amortização	(451.382)	(414.117)	9,0%
Depreciação sobre direito de uso	(238.826)	(210.245)	13,6%
Resultado financeiro	(399.890)	(449.249)	-11,0%
Resultado antes de tributação	**361.945**	**(21.214)**	**n.a.**
Provisão para IR e CSLL	(126.807)	(13.046)	872,0%
IR e CSLL corrente	(133.617)	(36.839)	262,7%
IR e CSLL diferido	6.810	23.793	-71,4%
Lucro Líquido	**235.138**	**(34.260)**	**n.a.**
Margem líquida	*2,4%*	*n.a.*	*n.a.*

No ano de 2024, a Companhia apresentou lucro líquido de R$235,1 milhões, revertendo o prejuízo registrado em 2023.

INVESTIMENTOS (CAPEX)

(R$ Mil)	2024	2023	24 vs 23
Tecnologia & Transformação Digital	282.183	251.828	12,1%
Manutenção	53.432	21.623	147,1%
Centros de Distribuição	22.551	13.067	72,6%
Remodelações	3.591	37.894	-90,5%
Outros	9.178	5.659	62,2%
Fábrica	28.712	9.414	205,0%
Lojas novas	19.360	37.382	-48,2%
Sistemas de Gestão	-	100	n.a.
Total	**419.006**	**376.967**	**11,2%**

A Companhia segue sua estratégia de alocação de capital, atuando com disciplina e priorizando os projetos essenciais. Em 2024, os investimentos somaram R$419,0 milhões, correspondendo a 4,3% da Receita Líquida Consolidada da Companhia, estáveis em relação a 2023.

FLUXO DE CAIXA LIVRE

(R$ Mil)	2024	2023
EBITDA Consolidado Pós IFRS 16	**1.452.043**	**1.052.397**
Itens sem efeito caixa	(64.184)	(64.017)
IFRS 16 - aluguéis	(336.517)	(289.699)
Variação do Capital de Giro	**382.908**	**625.432**
Contas a receber	(420.218)	517.262
Estoques	(192.321)	53.885
Fornecedores	250.273	42.120
Obrigações administradoras de cartões	301.903	(217.643)
Salários, provisões e contribuições sociais	59.091	94.175
Impostos	366.243	255.454
Outros	17.937	(119.821)
IR&CS pagos	(105.713)	(33.248)
FC Operações	**1.328.537**	**1.290.865**
Investimento	(3.659)	(10.269)
Imobilizado	(165.545)	(134.281)
Intangível	(253.461)	(242.685)
Venda de ativos	4.070	125.739
FC Investimentos	**(418.595)**	**(261.496)**
Fluxo de Caixa Livre	**909.942**	**1.029.369**
Despesas financeiras pagas	(59.859)	(252.569)
Dividendos / JCP	(59.797)	(60.136)
Captações / Amortizações	(1.698.848)	(791.023)
Títulos e valores mobiliários	880.079	(683.807)
FC Financeiro	**(938.425)**	**(1.787.535)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**(127.777)**	**(758.166)**

Pelo segundo ano consecutivo, a Companhia registrou expressiva geração de caixa, totalizando R$910 milhões em 2024.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

A Companhia recebeu as seguintes premiações e reconhecimentos em 2024:
- Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3;
- Ranking Melhores Empresas para Trabalhar GPTW - Varejo 2023;
- Carter's ganha Prêmio IBEVAR-FIA 2024 como empresa mais admirada pelos consumidores, no segmento infantil;
- Riachuelo está entre as 175 melhores empresas para trabalhar no Brasil;
- Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol pelo quarto ano consecutivo, que é concedido às companhias que publicam e gerenciam de maneira transparente suas emissões de gases de efeito estufa e submetem seus inventários à verificação de uma terceira parte;
- Shopping Midway Mall conquista prêmio Top Natal, promovido pelo Sistema Tribuna de Comunicação;
- Riachuelo conquista troféu de bronze na categoria Relacionamento com Colaboradores do Prêmio Smart Customer 2024; e
- FanLab é reconhecida na Summit Sanrio com o prêmio de melhor exposição no varejo pela participação na CCXP de 2023.

INFORMAÇÕES NÃO AUDITADAS PELOS AUDITORES

Todas as informações não monetárias apresentadas neste relatório não foram auditadas pelos auditores independentes do Grupo.

AGRADECIMENTOS

A Companhia agradece aos seus clientes, acionistas, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada, e aos seus colaboradores, pela dedicação, comprometimento e eficiência.

Natal - RN, 19 de março de 2025.
A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota nº	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.854	479	1.158.206	1.285.983
Títulos e valores mobiliários	11	-	457.084	314.010	1.157.387
Contas a receber de clientes	12	85.658	358.493	5.111.727	4.691.509
Partes relacionadas	31	87.592	43.064	-	-
Estoques	13	283.641	237.264	1.461.441	1.278.381
Tributos a recuperar	14	22.934	32.717	605.313	627.116
Outros ativos circulantes		29.787	16.670	112.105	102.059
		511.466	**1.145.771**	**8.762.802**	**9.142.435**
Ativos não circulantes mantidos para vendas	9	18.362	-	18.362	-
		529.828	**1.145.771**	**8.781.164**	**9.142.435**
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	162.893	154.029	1.157.516	1.150.722
Tributos a recuperar	14	15.214	15.631	142.005	327.396
Depósitos judiciais	27	1.167	2.085	54.092	52.747
Outros ativos não circulantes		-	129	8	136
Partes relacionadas - ILP	31	50.431	46.767	-	-
		229.705	**218.641**	**1.353.621**	**1.531.001**
Investimentos	7	5.244.677	5.260.298	-	-
Propriedades para investimento	15	-	-	164.428	165.732
Imobilizado	16	401.660	435.475	1.406.227	1.471.201
Direito de Uso	22	-	-	964.849	1.004.455
Intangível	17	25.169	12.719	962.978	957.844
		5.671.506	**5.708.492**	**3.498.482**	**3.599.232**
Total do ativo		**6.431.039**	**7.072.904**	**13.633.267**	**14.272.668**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota nº	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Fornecedores	18	139.430	148.164	1.022.163	823.234
Fornecedores - "Antecipação"	19	55.813	53.333	232.720	181.376
Salários, provisões e contribuições sociais	23	51.657	41.559	381.039	321.948
Imposto de renda e contribuição social	28	3.666	-	20.984	3.783
Outros impostos e contribuições	24	11.427	20.732	255.933	213.004
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	381.806	798.238
Debêntures	21	257.170	225.140	309.593	230.366
Passivo de arrendamento	22	-	-	334.732	306.254
Dividendos e JCP propostos e a pagar	29,2	1.823	2.587	1.823	2.587
Obrigações com administradoras de cartões	25	-	-	2.662.054	2.360.151
Outros passivos circulantes	26	2.764	2.753	337.601	278.146
		523.750	**494.268**	**5.940.448**	**5.519.087**
Não circulante					
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	27	20.653	3.625	141.919	98.872
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	697.227	830.355
Debêntures	21	483.016	1.351.846	582.370	1.649.897
Passivo de arrendamento	22	-	-	742.340	795.694
Outros passivos não circulantes	26	-	-	125.343	155.598
		503.669	**1.355.471**	**2.289.199**	**3.530.416**
Patrimônio líquido	29				
Capital social		3.100.000	3.100.000	3.100.000	3.100.000
(-) Ações em tesouraria		(20)	(20)	(20)	(20)
Opções Outorgadas		60.597	55.301	60.597	55.301
Ajustes de avaliação patrimonial		75.802	78.037	75.802	78.037
Reservas de lucros		2.167.241	1.989.847	2.167.241	1.989.847
Total do patrimônio líquido	**29**	**5.403.620**	**5.223.165**	**5.403.620**	**5.223.165**
Total do passivo e patrimônio líquido		**6.431.039**	**7.072.904**	**13.633.267**	**14.272.668**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

		Atribuível aos acionistas da Controladora									
					Reserva de lucros				Ajuste de Avaliação Patrimonial		
	Nota nº	Capital Social	Ações em tesouraria	Reserva para plano de opções de compra de ações	Reserva legal	Reserva de investimentos	Incentivos fiscais	Lucros (prejuízos) Acumulados	Custo atribuído do imobilizado	Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022		**3.100.000**	**(20)**	**58.250**	**242.124**	**1.279.426**	**501.019**	**-**	**82.552**	**(263)**	**5.263.088**
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(34.260)	-	-	(34.260)
Ativos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	(2.921)	-	207	(2.714)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	(37.181)	-	207	(36.974)
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de opções de compra de ações	29.6	-	-	(2.949)	-	-	-	-	-	-	(2.949)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial líquido	29.4	-	-	-	-	-	-	4.459	(4.459)	-	-
Destinação do prejuízo líquido do exercício											
Constituição / Reversão de reservas	29.3	-	-	-	-	(32.722)	-	32.722	-	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	(2.949)	-	(32.722)	-	37.181	(4.459)	-	(2.949)
Em 31 de dezembro de 2023		**3.100.000**	**(20)**	**55.301**	**242.124**	**1.246.704**	**501.019**	**-**	**78.093**	**(56)**	**5.223.165**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	235.138	-	-	235.138
Ativos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	-	-	-	23	23
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	235.138	-	23	235.161
Plano de opções de compra de ações	29.6	-	-	5.297	-	-	-	-	-	-	5.297
Realização do ajuste de avaliação patrimonial líquido	29.4	-	-	-	-	-	-	2.259	(2.259)	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício											
Dividendos	29.2	-	-	-	-	-	-	(60.003)	-	-	(60.003)
Constituição / Transferência de reservas	29.3	-	-	-	11.757	166.846	(1.209)	(177.394)	-	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	5.297	11.757	166.846	(1.209)	(235.138)	(2.259)	-	(54.706)
Em 31 de dezembro de 2024		**3.100.000**	**(20)**	**60.598**	**253.881**	**1.413.550**	**499.810**	**-**	**75.834**	**(33)**	**5.403.620**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas				
Vendas brutas de produtos e serviços	1.555.583	1.280.289	11.979.889	10.892.528
Outras receitas (despesas)	5.315	75.503	9.529	99.796
Estimativa para perdas de créditos esperadas	-	-	(787.579)	(1.038.933)
	1.560.898	**1.355.792**	**11.201.839**	**9.953.391**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	(627.425)	(538.062)	(4.759.877)	(4.434.400)
Outras despesas	(290.528)	(166.347)	(2.250.947)	(1.891.932)
	(917.953)	**(704.409)**	**(7.010.824)**	**(6.326.332)**
Valor adicionado bruto	**642.945**	**651.383**	**4.191.015**	**3.627.059**
Depreciação e amortização	(25.100)	(29.728)	(690.208)	(624.362)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**617.845**	**621.655**	**3.500.807**	**3.002.697**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	191.173	(38.158)	-	-

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas financeiras	15.204	57.680	208.139	289.348
Valor adicionado total a distribuir	**824.222**	**641.177**	**3.708.946**	**3.292.045**
Distribuição do valor adicionado				
Salários e encargos	313.174	281.367	1.764.804	1.603.429
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	68.355	63.988	429.043	440.362
Estaduais	41.140	39.767	734.595	606.711
Municipais	1.993	2.629	75.345	74.575
Juros e variações cambiais	164.420	287.684	320.526	416.187
Aluguéis	2	2	149.495	185.041
Dividendos	60.003	-	60.0003	-
Lucros retidos (revertidos)	175.135	(34.260)	175.135	(34.260)
Valor adicionado distribuído	**824.222**	**641.177**	**3.708.946**	**3.292.045**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota nº	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita líquida	32	1.289.559	1.045.200	9.634.207	8.795.386
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	33.1	(972.493)	(825.821)	(3.952.420)	(3.653.993)
Lucro bruto		**317.066**	**219.379**	**5.681.787**	**5.141.393**
Despesas com vendas	33.2	(10.407)	(9.198)	(3.509.676)	(3.546.084)
Despesas gerais e administrativas	33.3	(77.663)	(75.521)	(1.379.185)	(1.249.342)
Resultado de equivalência patrimonial	7	191.173	(38.158)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	34	5.315	75.503	(31.091)	82.068
Receitas (despesas) operacionais		**108.418**	**(47.374)**	**(4.919.952)**	**(4.713.358)**
Lucro (prejuízo) operacional		**425.484**	**172.005**	**761.835**	**428.035**
Receitas financeiras	35	15.204	57.680	208.139	289.348
Despesas financeiras	35	(197.011)	(294.303)	(608.029)	(738.597)
Resultado financeiro líquido	35	**(181.807)**	**(236.623)**	**(399.890)**	**(449.249)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**243.677**	**(64.618)**	**361.945**	**(21.214)**
Imposto de renda e contribuição social – correntes	28	(17.403)	-	(133.617)	(36.839)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	28	8.864	30.358	6.810	23.793
Imposto de renda e contribuição social		**(8.539)**	**30.358**	**(126.807)**	**(13.046)**
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		**235.138**	**(34.260)**	**235.138**	**(34.260)**
Atribuível a acionistas da Companhia	36	235.138	(34.260)	235.138	(34.260)
Lucro (prejuízo) básico/diluído por ação	36				
Por ação ON		0,47103	-0,06863	0,47103	-0,06863

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota nº	Controladora e Consolidado 2024	Controladora e Consolidado 2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		235.138	(34.260)
Outros componentes do resultado abrangente			
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	11	**23**	**207**
Ativos financeiros		**23**	**207**
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros		42	376
Imposto de renda e Contribuição social relacionados a componentes de ativos financeiros		(19)	(169)
Total do resultado abrangente do exercício		**235.161**	**(34.053)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota nº	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		243.677	(64.618)	361.945	(21.214)
Ajustes de:					
Estimativa para perdas de crédito esperadas	12	-	-	787.579	1.038.933
Resultado de equivalência patrimonial	7	(191.173)	38.158	-	-
Instrumentos patrimoniais outorgados		1.633	2.849	5.297	(2.949)
Recuperação de tributos	34	(1.205)	(2.392)	(11.855)	(16.272)
Depreciação e amortização	15, 16 e 17	25.100	29.728	453.369	414.117
Depreciação sobre direito de uso	22	-	-	238.826	210.245
Lucro (prejuízo) da alienação do imobilizado	15, 16, 17 e 34	2.465	(58.393)	2.380	(54.960)
Estimativa para perdas (ganho) nos estoques	13	5.306	8.426	9.261	7.011
Impairment Imobilizado		5.628	-	5.628	-
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	27	17.898	202	68.630	13.435
Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos	29.2	(970)	(924)	(970)	(924)
Juros e variações monetárias e cambiais	20, 21 e 22	161.274	292.382	364.594	589.844
Juros provisionados sobre passivo de arrendamento	22	-	-	114.101	81.628
Ajuste Abrangente LF Subordinada de Controlada		-	-	-	(2.921)
Baixa arrendamento mercantil		-	-	(1.680)	-
Juros de títulos e valores mobiliários	11	(15.506)	(53.805)	(36.679)	(96.982)
Variações no capital circulante		**254.127**	**191.613**	**2.360.426**	**2.158.991**
Contas a receber de clientes		272.835	78.795	(1.207.797)	(521.671)
Partes relacionadas		(579)	239	-	-
Estoques		(51.683)	(27.502)	(192.321)	53.885
Tributos a recuperar		11.405	(9.034)	219.049	369.726
Outros ativos		(12.986)	579	(9.918)	(13.876)
Depósitos judiciais e outros	27	918	679	(1.345)	137.008
Fornecedores	18	(8.734)	(18.697)	198.929	34.441
Fornecedores - "Antecipação"	19	2.480	2.881	51.344	7.679
Salários, provisões e contribuições sociais		10.098	7.902	59.091	94.175
Imposto de renda e contribuição social		(10.478)	-	(10.687)	(27.066)
Outros impostos e contribuições		(9.305)	3.746	42.929	(83.980)
Partes relacionadas		1.222	(950)	-	-
Obrigações com administradoras de cartões		-	-	301.903	(217.643)
Outros passivos		(1.212)	(30.662)	29.200	(242.953)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**458.108**	**199.589**	**1.840.803**	**1.748.716**
Juros pagos	20 e 21	(171.835)	(304.486)	(203.266)	(374.889)
Recebimento de dividendos e lucros das controladas	31	162.868	72.906	-	-
Saldos de provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis pagos	27	(870)	(1.039)	(25.923)	(12.584)
Imposto de renda e contribuição social pagos	28	(3.259)	-	(105.713)	(33.248)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		**445.012**	**(33.030)**	**1.505.901**	**1.327.995**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários	11	(401.648)	(1.158.467)	(1.501.776)	(4.388.649)
Resgate de títulos e valores mobiliários	11	874.238	1.697.006	2.381.855	3.704.842
Adição a propriedade para investimento	15	-	-	(3.659)	(10.269)
Adição ao imobilizado	16	(16.118)	(5.445)	(165.545)	(134.281)
Adição ao intangível	17	(15.202)	(4.942)	(253.461)	(242.685)
Recebimento pela venda de imobilizado	15, 16, 17	1.129	64.429	4.070	125.739
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		**442.399**	**592.581**	**461.484**	**(945.303)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos pagos	29.2	(59.785)	-	(59.785)	-
Juros sobre capital próprio pagos	29.2	(12)	(60.136)	(12)	(60.136)
Captação de empréstimos e financiamento	20	-	-	134.862	401.553
Amortização de empréstimos e financiamentos	21	-	(9)	(857.471)	(393.304)
Amortização do passivo de arrendamento	22	-	-	(336.517)	(289.699)
Amortização de debêntures	21	(826.239)	(499.272)	(976.239)	(799.272)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos		**(886.036)**	**(559.417)**	**(2.095.162)**	**(1.140.858)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		**1.375**	**134**	**(127.777)**	**(758.166)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	**479**	**345**	**1.285.983**	**2.044.149**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10	**1.854**	**479**	**1.158.206**	**1.285.983**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Guararapes Confecções S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia tem ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) sob o código GUAR3. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo" ou "Consolidado") confeccionam, distribuem e vendem confecções em geral, artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos por meio de uma cadeia de pontos de varejo (lojas e e-commerce). Parte de suas vendas no varejo são financiadas pela sua financeira própria, através de suas operações com conta digital, cartões Private Label e Bandeirados, além da concessão de empréstimos pessoais a esses mesmos clientes. O Grupo também opera com locação de lojas e administração de estacionamento, com um shopping center localizado na cidade de Natal no Estado do Rio Grande do Norte.

2. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2024

Redução da Dívida Líquida

Em 2024, além da amortização das dívidas conforme cronograma de vencimento, também houve antecipação por meio de recompra de 150.000 títulos emitidos das debêntures simples em circulação da quarta emissão (ativo RCHLO14) pela controlada Lojas Riachuelo e amortização extraordinária facultativa de R$ 500.000 de debêntures simples em circulação da quinta emissão (ativo GUAR15) pela Companhia, conforme NE 21.

Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda

Em setembro de 2024 os ativos da Fábrica de Fortaleza, que teve as operações encerradas em 2023, passaram a ser apresentados como mantidos para venda, conforme NE 9.

Reforma Tributária sobre o Consumo

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma Tributária sobre o consumo. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Declaração de Conformidade

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 19 março de 2025, e elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), incluindo pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

3.2. Declaração de Relevância

Aplicamos a Orientação Técnica OCPC 7 e a Resolução 152/22, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

3.3. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto a determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

3.4. Moeda Funcional e de Apresentação

Apresentamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em Reais (R$), moeda funcional do Grupo, com saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado o contrário. Para a controlada indireta do exterior (Riachuelo Shanghai), que atua em ambiente econômico estável, as demonstrações do resultado são convertidas para Reais pela taxa de câmbio média mensal e os ativos e passivos pela taxa de fechamento. Os itens do patrimônio líquido são mantidos pela taxa histórica em todos os cenários.

3.5. Ajustes a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos de longo prazo, e quando relevantes os de curto prazo, são ajustados ao valor presente, em base exponencial "pro rata" com base na taxa de CDI.

3.6. Políticas Contábeis

Aplicamos de modo consistente as políticas contábeis materiais nos exercícios apresentados nas notas explicativas.

3.7. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas, incluídas na consolidação, estão descritas na NE 6.

3.8. Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3.9. Alterações às IFRS'S e Novas Interpretações

Apresentamos a seguir as normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 e a norma que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027 e são aplicáveis para o negócio da Companhia e suas Controladas.

3.9.1. IFRSs Novas e Alteradas em Vigor no Exercício Corrente

1. Alteração ao IAS 1/CPC 26 – Classificação de passivos como circulantes e não circulantes: Visa promover a consistência na aplicação dos requisitos da norma, ajudando as empresas a determinarem se, no balanço patrimonial, os empréstimos e financiamentos e outros passivos com uma data de liquidação antecipada devem ser classificados como circulantes ou não circulantes.

continua...

...continuação

guararapes
GUARARAPES CONFECÇÕES S/A

RIACHUELO Midway

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS
CNPJ 08.402.943/0001-52 - I.E 20.001.611-3
Rodovia BR 101 Norte, nº 9.000, Anexo Guararapes Confecções
N. Sra. Apresentação, Natal, RN, Brasil, CEP 59115-900
Telefone +55 (11) 2281-2137 ou +55 (11) 2971-7420

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Avaliamos os impactos da emenda, e a classificação e a liquidação dos empréstimos e financiamentos atuais refletem as condições contratuais, não havendo risco de quebra de *covenants* (NE 20), portanto a adoção da norma não trouxe impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

2. Alteração ao IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos: a alteração traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). A adoção da norma não trouxe impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras, visto que não há operações desta natureza no Grupo.
3. Alterações ao IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 - Acordos de financiamentos de fornecedores: a alteração traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements – SFAs*") com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. As divulgações exigidas estão na NE 19 e a sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.9.2. IFRSs Novas e Revisadas Emitidas e Ainda não Aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, o Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

1. Norma IFRS 18/CPC26 (R1) – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: Visa promover a consistência na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, fornecendo aos investidores uma melhor base para analisar e comparar o desempenho das empresas. As principais alterações da norma são: i) Novas categorias e subtotais no DRE: operacional, investimento e financiamento; ii) Divulgação em notas explicativas sobre métricas não GAAP (EBITDA); e iii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza. Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. A norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.
2. Alterações à IAS 21/CPC 02 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade: As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. Não se espera que a seguinte alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.
3. Norma IFRS 9 e IFRS 7 / CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.
4. Norma IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade: Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa exigir que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade. A norma é aplicável para as demonstrações financeiras anuais, estamos aperfeiçoando os requisitos de divulgação (NE 4.1e) para atendimento conforme prazo definido na mesma. A norma é mandatória a partir 1º de janeiro de 2026.
5. Norma IFRS S2 – Divulgações relacionadas ao clima: Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa estabelecer os requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionados com o clima que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade. No primeiro ano de adoção as entidades podem apresentar os requisitos do IFRS S1 apenas ao que se refere às divulgações de informações relacionadas ao clima, avaliando os impactos da norma para adoção antecipada ou atendimento conforme prazo definido na mesma. A norma é mandatória a partir 1º de janeiro de 2026.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025. O Grupo está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais no patrimônio líquido consolidado.

3.10. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem divergir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes da revisão das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas em suas respectivas notas explicativas, quando aplicáveis:

- Perdas estimadas em crédito – NE 12;
- Perdas estimadas em estoques – NE 13;
- Determinação da vida útil e Avaliação de *impairment* do ativo imobilizado – NE 16;
- Mensuração dos arrendamentos – NE 22;
- Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, passivos e ativos contingentes – NE 27;
- Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos – NE 28.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Fatores de Riscos

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos: operacionais, financeiros (incluindo risco de mercado, risco de liquidez e risco de crédito) e riscos associados ao meio ambiente e sociedade. O programa de gestão de riscos concentra-se na imprevisibilidade e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco é realizada pela Diretoria Executiva e tesouraria corporativa, que identifica, avalia e protege a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. As análises de sensibilidade aqui apresentadas estão de acordo com o IFRS 7/CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros – Evidenciação, aprovado pela Resolução CVM nº 121 de 03/06/2022.

(a) Risco Operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Administração é administrar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da organização e de suas controladas e coligadas; e (ii) buscar eficácia de custos.

(b) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

O risco cambial do Grupo provém, basicamente, da importação de produtos para revenda. Para as operações em moeda estrangeira relacionadas com o seu ciclo operacional não é adotado nenhum mecanismo de proteção a possíveis variações cambiais considerando, apesar dos volumes transacionados, o rápido giro relacionado ao curto prazo de pagamento, que reduz os riscos de aumentos da variação cambial. A análise de sensibilidade aqui apresentada foi determinada com base na exposição dos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2024 e as variações de cotação no dólar norte-americano para conversões projetadas para os próximos períodos de 2025. A cotação do dólar futuro está contida nos relatórios de inflação divulgados pelo Banco Central do Brasil – Focus – Relatório de mercado em 14 de março de 2025. Em relação aos cenários foram utilizadas as mesmas premissas da gestão de risco da taxa de juros acima mencionada.

Taxa	Cenários Remoto III (-10%)	Cenários Possível II (-5%)	Cenário I Provável	Cenários Possível II (+5%)	Cenários Remoto III (+10%)
US$	5,38	5,68	5,98	6,28	6,58

Operação	Saldo contábil 2024	Cenários Positivos Remoto III (-10%)	Cenários Positivos Possível II (-5%)	Cenário I Provável	Cenários Negativos Possível II (+5%)	Cenários Negativos Remoto III (+10%)
						Consolidado
Passivos						
Fornecedores - Estrangeiros	291.413	(34.301)	(20.017)	(5.733)	8.551	22.835
Resultado						
Variação cambial ativa		(34.301)	(20.017)	(5.733)	-	-
Variação cambial passiva		-	-	-	8.551	22.835
Impacto no Resultado		**(34.301)**	**(20.017)**	**(5.733)**	**8.551**	**22.835**

(ii) Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros

A Companhia e suas controladas, diretas e indiretas, podem incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos financeiros praticados, captados junto ao mercado. Em relação às aplicações financeiras mantidas pela Companhia e suas controladas, diretas e indiretas, as mesmas possuem condições de contratação atuais semelhantes àquelas em que as mesmas se originaram e, portanto, os valores registrados estão próximos aos valores de mercado. A análise de sensibilidade que trata do risco de taxa de juros considera a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e pelas aplicações financeiras. Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado.
- Definição do cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição dos cenários negativos e positivos com deterioração de, pelo menos, 5% e 10% na variação de risco (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos.

A Companhia mantém parte substancial de seus ativos e passivos indexados à variação do CDI. Com base nos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2024 e a expectativa de mercado, conforme obtidos do relatório de inflação do Banco Central do Brasil, emitido em 15 de março de 2025, indica uma taxa efetiva da SELIC em 15,00%, demonstramos o cenário provável para os próximos períodos de 2025.

Operação	Risco	Taxa Projetada	Saldo contábil 2024	Cenários Negativos Remoto III (-10%)	Cenários Negativos Possível II (-5%)	Cenário I Provável	Cenários Positivos Possível II (+5%)	Cenários Positivos Remoto III (+10%)
								Consolidado
Ativos								
Certificados de depósitos bancários - CDB (*)	CDI	12,13%	852	93	98	103	109	114
Depósitos bancários de curto prazo	CDI	12,15%	693.343	75.817	80.029	84.241	88.453	92.665
Títulos e valores mobiliários	SELIC	15,00%	313.158	42.276	44.625	46.974	49.332	51.671
			1.007.353	**118.186**	**124.752**	**131.318**	**137.884**	**144.450**
Passivos								
Empréstimos - CDI (**)	CDI	12,15%	1.079.033	117.992	124.547	131.103	137.658	144.213
Debêntures - 100,00% do CDI + 2,35% (**)	CDI	14,50%	558.821	72.926	76.978	81.029	85.081	89.132
Debêntures - 100,00% do CDI + 2,45% (**)	CDI	14,60%	341.930	44.930	47.426	49.922	52.418	54.914
			1.979.784	**235.848**	**248.951**	**262.054**	**275.157**	**288.259**
Resultado								
Receitas de aplicações financeiras				118.186	124.752	131.318	137.884	144.450
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos				(235.848)	(248.951)	(262.054)	(275.157)	(288.259)
Impacto no Resultado				**(117.662)**	**(124.199)**	**(130.736)**	**(137.273)**	**(143.809)**
Impacto no Resultado Líquido de IR/CS				**(77.657)**	**(81.971)**	**(86.286)**	**(90.600)**	**(94.914)**

(*) A taxa projetada refere-se à taxa média das aplicações em CDB vigentes no exercício.
(**) Conforme NE 20 de empréstimos e NE 21 de debêntures, excluindo custos a apropriar.

(c) Risco de Crédito

As atividades do Grupo compreendem a comercialização de confecções em geral, artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de seus clientes, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira, adotam uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como monitoramento tempestivo dos saldos a receber. As estimativas para perdas de créditos esperadas, bem como a política contábil estão descritas na NE 12. A Administração não espera nenhuma perda relevante decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já estimado.

(d) Risco de Liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tem caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essas previsões levam em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – como por exemplo, restrições de moeda. Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira, mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo, que investe em contas bancárias com incidência de rendimentos, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Conforme descrito abaixo:

	Nota nº	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.854	479	1.158.206	1.285.983
Títulos e valores mobiliários	11	-	457.084	314.010	1.157.387
Ativos		**1.854**	**457.563**	**1.472.216**	**2.443.370**

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados, inclusive com projeção dos valores a pagar no longo prazo:

Operação	Nota nº	Valor Contábil	Até 1 ano	2 anos	De 3 a 5 anos	Total
						Controladora - 2024
Fornecedores	18	139.430	139.430	-	-	139.430
Fornecedores - "Antecipação"	19	55.813	55.813	-	-	55.813
Debêntures	21	740.186	345.571	315.668	275.086	936.325
		935.429	**540.814**	**315.668**	**275.086**	**1.131.568**

Operação	Nota nº	Valor Contábil	Até 1 ano	2 anos	De 3 a 5 anos	Total
						Consolidado - 2024
Fornecedores	18	1.022.163	1.022.163	-	-	1.022.163
Fornecedores - "Antecipação"	19	232.720	232.720	-	-	232.720
Empréstimos e Financiamentos	20	1.079.033	308.258	392.816	542.828	1.243.902
Debêntures	21	891.963	418.293	382.199	333.442	1.133.934
Obrigações com administradoras de cartões	25	2.662.054	2.662.054	-	-	2.662.054
		5.887.933	**4.643.488**	**775.015**	**876.270**	**6.294.773**

Linhas de operações bancárias

O Grupo monitora periodicamente os limites de linhas de operações bancárias globais concedidos, apresentando atualmente a utilização dentro dos limites de créditos e não quebrando nenhuma cláusula contratual estabelecida, que são avaliadas com base nas informações financeiras intermediárias encerradas em cada exercício.

(e) Riscos ao Meio Ambiente e Sociedade

A Diretoria Executiva de Gente e Sustentabilidade é a Diretoria responsável pelo desenvolvimento das estratégias e ações socioambientais do Grupo que tem como função identificar as demandas, os riscos e os impactos nas pessoas e no meio ambiente. Essas informações são então encaminhadas ao Comitê de Governança e Sustentabilidade, que é responsável por monitorar o desempenho das metas socioambientais e de governança da Companhia. O Comitê realiza encontros mensais com o objetivo de garantir as melhores práticas de governança corporativa e sustentabilidade na empresa e o avanço da agenda de geração de valor para todos os *stakeholders*.

Abaixo relacionamos os riscos de maior relevância relacionados ao meio ambiente e sociedade:

I. A Companhia está sujeita à utilização de práticas irregulares por parte de terceiros como, por exemplo, não cumprimento de legislações trabalhistas e ambientais locais; subcontratação não declarada; fornecedores que não combatem práticas de trabalho análogo ao escravo e/ou trabalho infantil que venham a se utilizar de concorrência desleal. Caso qualquer evento acima se materialize, a Companhia pode sofrer prejuízos em sua reputação (imagem da marca), o que pode resultar em riscos financeiros (multas em função de fiscalizações) e ainda ser obrigada a celebrar Termos de Ajustamento de Conduta com as autoridades competentes (Ministério Público do Trabalho) e/ou ainda sofrer Ações Civis Públicas em função de uma não Gestão dos riscos elencados acima.
II. Responsabilidade criminal dos administradores.
III. As operações da Companhia estão sujeitas a ampla legislação ambiental, cujo descumprimento pode incorrer em significativos riscos financeiros, operacionais, reputacionais e regulatórios referentes a questões ambientais para a Companhia.
IV. Não cumprimento dos compromissos sustentáveis assumidos ao mercado pode gerar impacto negativo para a Companhia. A Companhia se comprometeu publicamente a atingir uma série de objetivos sustentáveis, baseando-se nos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU (Organização das Nações Unidas).

Ações mitigatórios dos riscos sociais

Além das auditorias sociais, realizamos constantemente a devida diligência em nossos fornecedores de produto, de primeira e segunda linha, e também em nossos sellers do Marketplace. O objetivo é checarmos o respeito aos direitos humanos e sobretudo o cumprimento das principais obrigações trabalhistas. Nesse processo de acompanhamento, há planos de ações corretivas caso sejam constatadas situações de irregularidade. Para executar esse processo, a Companhia realiza consultas constantes das situações de regularidade em seus fornecedores, nos intervalos das auditorias sociais, por meio da captação de documentação trabalhista e ambiental de suporte. As checagens são realizadas por profissionais dedicados ao tema. Se for necessário, planos de ações são elaborados e discutidos com os fornecedores, dentro de prazos antecipadamente estabelecidos para a reparação.

Ações mitigatórios dos riscos ambientais

- Inventário de emissões de gases efeito estufa;
- Inventário Hídrico;
- Adesão ao Carbon Disclosure Program ("CDP")
- Adoção dos métodos e ferramentas da Science Based Targets ("SBTi");
- Meta de redução das emissões até 2030 em relação ao ano de 2019, sendo 46,2% para a Companhia e 55% por produto têxtil adquirido pela controlada Lojas Riachuelo;
- Programa de gestão de químicos (substâncias restritas);
- Programa de coleta de produtos no pós consumo (programa Moda que Transforma);
- Investimento de Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D") com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (reciclagem têxtil).

Para medir o desempenho são utilizados indicadores que podem estar relacionados aos impactos na Empresa, como os resultados financeiros, ou a impactos no entorno: emissões atmosféricas, distribuição do investimento social privado e geração de empregos. Esses indicadores são divulgados anualmente no relato integrado do Grupo.

4.2. Gestão de Capital

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem e em 2024 a Companhia optou por reformular as informações dessa nota explicativa com o objetivo de equalizar os dados aqui contidos com os demais relatórios reportados ao mercado, não havendo aqui nenhuma mudança na forma como a Companhia faz a gestão de seu capital. Dessa forma, o índice de alavancagem corresponde à dívida líquida dividida pelo Ebitda (antes correspondia à dívida líquida expressa como percentual do capital total). A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. E o Ebitda corresponde ao Lucro (prejuízo) líquido do período ou exercício subtraído da despesa de IRPJ e CSLL, do resultado financeiro e da despesa de depreciação e amortização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o índice de alavancagem financeira reduziu 0,7 pontos percentuais se comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, isto devido à estratégia de redução do endividamento do Grupo, conforme descrito nas NE 11 e NE 21.

	Nota nº	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Total dos empréstimos e financiamentos	20	1.079.033	1.628.593
Debêntures	21	891.963	1.880.263
(-) Caixa e equivalentes de caixa	10	(1.158.206)	(1.285.983)
(-) Títulos e valores mobiliários	11	(314.010)	(1.157.387)
Dívida líquida		**498.780**	**1.065.486**
EBITDA/LAJIDA		**1.452.043**	**1.052.397**
Índice de alavancagem financeira - (Dívida Líquida / Ebitda)		**0,3**	**1,0**

A gestão de capital não é conduzida no nível da Controladora, somente no nível Consolidado e o Ebitda encontra-se reconciliado no quadro abaixo:

	Nota nº	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**235.138**	**(34.260)**
(+) Provisão para IR e CSLL	28	126.807	13.046
(+) Resultado financeiro	35	399.890	449.249
(+) Depreciação e amortização	33 e 34	690.208	624.362
EBITDA		**1.452.043**	**1.052.397**

4.3. Estimativa do Valor Justo

Os títulos públicos da controlada indireta Midway Financeira são contabilizados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes de acordo com o método de avaliação e foram considerados de Nível 2 e o valor justo relacionado a eles foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) para instrumentos similares.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Total	Valor Atualizado	Ajuste a mercado	IRPJ e CSLL	Ajuste a mercado líquido (*)
							Consolidado - 2024
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	158.179	154.979	313.158	313.213	(55)	(22)	(33)

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Total	Valor Atualizado	Ajuste a mercado	IRPJ e CSLL	Ajuste a mercado líquido (*)
							Consolidado - 2023
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	282.354	282.354	282.447	(93)	(37)	(56)
Variação no exercício de 2024							**23**

(*) O ajuste a valor de mercado está registrado na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, líquido dos respectivos impostos.

5. APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais que é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos. Tal papel é exercido pela Diretoria Executiva representada pelo Diretor Presidente, em linha com as decisões estratégicas do Grupo definidos pelo Conselho de Administração da Companhia. O Grupo monitora o desempenho das Empresas dividido pelos segmentos denominados "Mercadorias", "Financeira" e "Midway Mall", por meio de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e definição sobre alocação de recursos e/ou investimentos. A Administração do Grupo avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base no EBITDA ajustado, que considera os efeitos dos incentivos fiscais. Essa base de mensuração exclui os efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais (quando aplicável). A mensuração também exclui os efeitos de ganhos ou perdas não realizadas sobre ativos e passivos financeiros. Receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos, pelo fato destas atividades serem gerenciadas pela tesouraria central, a qual gerencia a posição de caixa do Grupo. O segmento "Mercadorias" corresponde à produção das confecções pela Companhia e a revenda realizada pela rede de lojas da controlada Lojas Riachuelo nas principais cidades do País e por seu e-commerce, e operações de transportes e a trading na China (intermediando a importação de produtos provenientes do continente Asiático), com as devidas eliminações. O segmento "Financeiro" corresponde às operações financeiras e de crédito ao consumidor, executadas por meio do cartão "Riachuelo" e "Midway". O segmento "Midway Mall" corresponde aos negócios de locação de lojas praticado pela controlada Shopping Midway e administração de estacionamento praticado pela controlada Midwest.

(a) Ativos e Passivos

2024	Mercadorias	Financeira	Midway Mall	Consolidado
Ativo				
Ativo circulante	2.949.212	5.679.803	152.149	8.781.164
Ativo não circulante	4.113.989	572.068	166.046	4.852.103
Total do ativo	**7.063.201**	**6.251.871**	**318.195**	**13.633.267**
Passivo				
Passivo circulante	1.746.400	4.132.832	61.216	5.940.448
Passivo não circulante	1.419.726	864.343	5.130	2.289.199
Total do passivo	**3.166.126**	**4.997.175**	**66.346**	**8.229.647**
Patrimônio líquido	3.897.075	1.254.696	251.849	5.403.620
Total de passivo e patrimônio líquido	**7.063.201**	**6.251.871**	**318.195**	**13.633.267**

2023	Mercadorias	Financeira	Midway Mall	Consolidado
Ativo				
Ativo circulante	3.142.158	5.899.537	100.740	9.142.435
Ativo não circulante	4.339.930	622.584	167.719	5.130.233
Total do ativo	**7.482.088**	**6.522.121**	**268.459**	**14.272.668**
Passivo				
Passivo circulante	1.171.091	4.318.671	29.325	5.519.087
Passivo não circulante	2.504.899	1.020.848	4.669	3.530.416
Total do passivo	**3.675.990**	**5.339.519**	**33.994**	**9.049.503**
Patrimônio líquido	3.806.098	1.182.602	234.465	5.223.165
Total de passivo e patrimônio líquido	**7.482.088**	**6.522.121**	**268.459**	**14.272.668**

(b) Resultados

Exercícios findos em 2024 e 2023	Mercadorias 2024	Mercadorias 2023	Financeira 2024	Financeira 2023	Midway Mall 2024	Midway Mall 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita líquida	7.219.010	6.441.345	2.299.612	2.246.130	115.585	107.911	9.634.207	8.795.386
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(3.548.049)	(3.292.915)	(404.371)	(361.078)	-	-	(3.952.420)	(3.653.993)
Lucro bruto	**3.670.961**	**3.148.430**	**1.895.241**	**1.885.052**	**115.585**	**107.911**	**5.681.787**	**5.141.393**
Despesas com vendas	(2.711.424)	(2.486.581)	(798.252)	(1.059.503)	-	-	(3.509.676)	(3.546.084)
Despesas gerais e administrativas	(569.363)	(511.186)	(785.459)	(715.533)	(24.363)	(22.623)	(1.379.185)	(1.249.342)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(67.485)	8.692	35.566	72.484	828	892	(31.091)	82.068
-								
Despesas operacionais	**(3.348.272)**	**(2.989.075)**	**(1.548.145)**	**(1.702.552)**	**(23.535)**	**(21.731)**	**(4.919.952)**	**(4.713.358)**
Lucro (Prejuízo) operacional	**322.689**	**159.355**	**347.096**	**182.500**	**92.050**	**86.180**	**761.835**	**428.035**
Receitas financeiras	50.870	105.165	143.270	171.264	13.999	12.919	208.139	289.348
Despesas financeiras	(396.033)	(423.398)	(211.978)	(314.665)	(18)	(534)	(608.029)	(738.597)
Resultado financeiro	**(345.163)**	**(318.233)**	**(68.708)**	**(143.401)**	**13.981**	**12.385**	**(399.890)**	**(449.249)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**(22.474)**	**(158.878)**	**278.388**	**39.099**	**106.031**	**98.565**	**361.945**	**(21.214)**
IRPJ e CSLL	**10.799**	**40.114**	**(106.317)**	**(16.463)**	**(31.289)**	**(36.697)**	**(126.807)**	**(13.046)**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(11.675)**	**(118.764)**	**172.071**	**22.636**	**74.742**	**61.868**	**235.138**	**(34.260)**

Os valores apresentados para conciliação dos saldos contábeis refletem as eliminações das transações entre partes relacionadas para fins de consolidação. As políticas contábeis dos segmentos reportáveis são as mesmas adotadas pela Companhia e não sofreram modificações no exercício.

6. EMPRESAS CONTROLADAS

Política Contábil

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Nas demonstrações financeiras consolidadas, transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. As empresas controladas incluídas na consolidação são:

- **Lojas Riachuelo S.A.** ("Lojas Riachuelo"): atua no ramo varejista é controlada da Guararapes Confecções S.A., objetiva promover a integração entre o varejo e a produção. Atualmente, absorve toda a produção da Companhia, por meio de suas 425 (411 em 31 de dezembro de 2023) lojas presentes em todo território nacional e de sua plataforma de e-commerce. A Lojas Riachuelo também atua na operação de Marketplace, intermediando a venda de outras marcas (*sellers*) dentro de suas plataformas digitais e opera com exclusividade a marca Carter's no Brasil pelo prazo de dez anos, conforme contrato celebrado em 2020. Em setembro de 2024 a Lojas Riachuelo lançou sua loja oficial FANLAB no Mercado Livre, um dos mais importantes *marketplaces* do Brasil.
- **Midway Shopping Center Ltda.**: localizado na cidade de Natal no Estado do Rio Grande do Norte, tem por objetivo a administração de Shopping Center. O empreendimento, com instalações próprias, ocupa uma área de terreno de 67.987,71 m² e área construída de 231.000 m² dividida em 3 pavimentos.
- **Riachuelo Participações Ltda.**: tem por objetivo principal a participação na Midway S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, intermediando as transações ocorridas nas Lojas Riachuelo S.A.
- **Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** ("Midway Financeira"): tem como objetivo estratégico realizar as operações de financiamentos aos consumidores dos produtos e serviços das Lojas Riachuelo S.A., buscando os recursos financeiros mais adequados para o suporte dessas operações.
- **Transportadora Casa Verde Ltda.**: empresa do ramo de transportes rodoviário, tem como atividade transportar os produtos e materiais da Companhia e da controlada Lojas Riachuelo S.A. de norte a sul do País.
- **Riachuelo Shanghai Consulting CO LTD.**: tem como finalidade intermediar as operações de importação de produtos para as empresas do grupo.
- **Midwest Estacionamento Ltda.**: foi constituída com a finalidade de administrar a atividade de estacionamento de veículos na Midway Shopping Center Ltda.

7. INVESTIMENTOS

Política Contábil

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados no consolidado. A participação direta e indireta da Companhia representa 100%, conforme detalhado a seguir:

Empresas Controladas	País	Atividade	Controle	Ações ou quotas detidas (em milhares) ordinárias - 2024	Participação e capital votante em 2024
Lojas Riachuelo S.A.	Brasil	Varejo	Direto	1.488.225	100,00
Midway Shopping Center Ltda.	Brasil	Shopping	Direto	200.000	100,00
Midwest Estacionamento Ltda.	Brasil	Estacionamento	Direto	2.100	100,00
Transportadora Casa Verde Ltda.	Brasil	Transporte	Direto	0,20	99,50
Midway S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Financeiro	Indireto	5	0,01
Riachuelo Participações Ltda.	Brasil	Participações	Indireto	-	-
Riachuelo Shanghai Consulting CO LTD.	China	*Trading*	Indireto	-	-

A movimentação do saldo de investimentos está apresentada a seguir:

	2024	2023
Empresas controladas	5.252.210	5.276.060
Lucros não realizados nos estoques	(21.179)	(15.762)
Total dos investimentos	**5.231.031**	**5.260.298**
Saldo inicial	**5.260.298**	**5.360.179**
Equivalência Patrimonial	191.173	(38.158)
Lucros e dividendos adicionais distribuídos	(206.817)	(59.009)
Resultados abrangentes	23	207
Ajuste LF Subordinada de Controlada	-	(2.921)
Saldo final	**5.244.677**	**5.260.298**

A movimentação dos investimentos por controlada está apresentada a seguir:

	Lojas Riachuelo S.A.	Lucros não realizados dos estoques	Midway Shopping Center Ltda.	Midwest Estac. Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway Crédito, Financ. e Investimento	Total
Saldo e 1º de janeiro de 2023	**5.155.157**	**(36.856)**	**229.271**	**2.020**	**10.471**	**116**	**5.360.179**
Equivalência patrimonial	(121.453)	21.094	51.014	10.854	331	2	(38.158)
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	207	-	-	-	-	-	207
Ajuste LF subordinada de controladas	(2.921)	-	-	-	-	-	(2.921)
Dividendos	-	-	(48.463)	(10.231)	(315)	-	(59.009)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.030.990**	**(15.762)**	**231.822**	**2.643**	**10.487**	**118**	**5.260.298**
Equivalência patrimonial	121.109	(5.417)	60.377	14.365	722	17	191.173
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	23	-	-	-	-	-	23
Lucros e dividendos adicionais distribuídos	(148.763)	-	(57.358)	-	(686)	(10)	(206.817)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**5.003.359**	**(21.179)**	**(234.841)**	**17.008**	**10.523**	**125**	**5.244.677**

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

I – BALANÇO PATRIMONIAL SINTÉTICO

31 de dezembro de 2024	Midwest Estac. Ltda.	Riachuelo Shanghai Ltd.	Lojas Riachuelo S.A	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento
Circulante						
Ativo	21.482	11.312	3.283.520	130.667	13.638	5.679.803
Passivo	(5.915)	(1.598)	(2.282.592)	(55.301)	(3.844)	(4.132.832)
Ativo circulante líquido	**15.567**	**9.714**	**1.000.928**	**75.366**	**9.794**	**1.546.971**
Não circulante						
Ativo	1.441	236	4.969.507	164.605	1.256	572.068
Passivo	-	-	(967.076)	(5.130)	(474)	(864.343)
Ativo não circulante líquido	**1.441**	**236**	**4.002.431**	**159.475**	**782**	**(292.275)**
Patrimônio líquido	**17.008**	**9.950**	**5.003.359**	**234.841**	**10.576**	**1.254.696**

31 de dezembro de 2023	Midwest Estac. Ltda.	Riachuelo Shanghai Ltd.	Lojas Riachuelo S.A	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento
Circulante						
Ativo	12.253	9.585	3.199.261	88.487	12.378	5.899.537
Passivo	(11.367)	(1.405)	(2.126.666)	(17.958)	(2.710)	(4.318.671)
Ativo circulante líquido	**886**	**8.180**	**1.072.595**	**70.529**	**9.668**	**1.580.866**
Não circulante						
Ativo	1.757	439	5.109.249	165.962	890	622.584
Passivo	-	-	(1.150.854)	(4.669)	(18)	(1.020.848)
Ativo não circulante líquido	**1.757**	**439**	**3.958.395**	**161.293**	**872**	**(398.264)**
Patrimônio líquido	**2.643**	**8.619**	**5.030.990**	**231.822**	**10.540**	**1.182.602**

II – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SINTÉTICO

31 de dezembro de 2024	Midwest Estacionamento Ltda.	Riachuelo Shanghai Ltd.	Lojas Riachuelo S.A	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento
Receitas	20.732	8.414	7.233.364	94.853	29.040	2.299.612
Despesas operacionais	(3.885)	(9.196)	(7.130.980)	(5.669)	(27.953)	(2.021.224)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**16.847**	**(782)**	**102.384**	**89.184**	**1.087**	**278.388**
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(2.482)	-	18.725	(28.807)	(362)	(106.317)
Lucro (prejuízo) líquido	**14.365**	**(782)**	**121.109**	**60.377**	**725**	**172.071**

31 de dezembro de 2023	Midwest Estacionamento Ltda.	Riachuelo Shanghai Ltd.	Lojas Riachuelo S.A	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento
Receitas	17.641	9.965	6.458.620	90.270	13.351	2.246.130
Despesas operacionais	(4.737)	(9.190)	(6.593.773)	(4.609)	(12.969)	(2.207.031)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**12.904**	**775**	**(135.153)**	**85.661**	**382**	**39.099**
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(2.050)	-	13.700	(34.647)	(120)	(16.463)
Lucro (prejuízo) líquido	**10.854**	**775**	**(121.453)**	**51.014**	**262**	**22.636**

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Política Contábil

Ativos financeiros

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado são aqueles que possuem pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, cujo é de recebimento de fluxo de caixa contratual, são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Compreendem substancialmente "Caixa e equivalentes de caixa", "Títulos e valores mobiliários" e "Contas a receber de clientes" (NE 10, 11 e 12). Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem títulos e valores mobiliários da controlada indireta Midway Financeira, composto por títulos públicos escriturados e registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). Foram cotados a valor justo no nível 2, conforme NE 4.3. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são apresentados no patrimônio líquido em "Outros resultados abrangentes" no exercício em que ocorrem.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros do Grupo são reconhecidos inicialmente pelo custo amortizado, isto é, usando o método da taxa efetiva de juros de cada contrato.

***Impairment* de ativos financeiros**

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, exceto às provisões apresentadas na NE 12 não foram identificadas evidências de perdas significativas não recuperáveis na Companhia e nas suas Controladas.

Instrumentos financeiros por categoria

A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não praticam instrumentos financeiros para fins especulativos e não possuem contratos com instrumentos derivativos. A Administração da Companhia e de suas controladas, considera que os instrumentos financeiros registrados pelo seu valor contábil correspondem substancialmente aos montantes que seriam obtidos caso fossem negociados no mercado.

	Nota nº	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativos financeiros					
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Títulos e valores mobiliários (a)	11	-	-	313.158	282.354
Ao custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.854	479	1.158.206	1.285.983
Títulos e valores mobiliários	11	-	457.084	852	875.033
Contas a receber de clientes	12	85.658	358.493	5.111.727	4.691.509
		87.512	**816.056**	**6.583.943**	**7.134.879**

(a) Títulos públicos federais da controlada indireta Midway Financeira, conforme descrito na NE 11.

	Nota nº	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Passivos financeiros					
Passivos ao custo amortizado					
Fornecedores	18	139.430	148.164	1.022.163	823.234
Fornecedores - "Antecipação"	19	55.813	53.333	232.720	181.376
Empréstimos e Financiamentos	20	-	-	1.079.033	1.628.593
Debêntures	21	740.185	1.576.986	891.963	1.880.263
Passivo de arrendamento	22	-	-	1.077.072	1.101.948
Obrigações com administradoras de cartões	25	-	-	2.662.054	2.360.151
		935.428	**1.778.483**	**6.965.005**	**7.975.565**

O saldo da rubrica "Empréstimos e Financiamentos" é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado e taxas contratuais (NE 20); portanto, o saldo devedor registrado no fim de cada exercício está próximo do seu valor justo.

A remuneração das debêntures emitidas pela Companhia e controlada Riachuelo estão relacionadas na NE 21.

Os passivos de arrendamento referem-se aos contratos de locação de lojas da controlada Lojas Riachuelo com terceiros.

9. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Política Contábil

Os ativos não circulantes transferidos para o grupo de ativos não circulantes mantidos para venda, possuem valor recuperável e venda praticamente certa dentro dos próximos 12 meses a contar da data de transferência. Em consequência do Plano de reestruturação das fábricas, com o objetivo de centralizar a produção na unidade de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, conforme Comunicado de Mercado em 10 de janeiro de 2023 a Companhia encerrou as atividades da fábrica de Fortaleza, no estado do Ceará. Em dezembro de 2023 a Companhia concretizou a venda de parte das instalações dessa fábrica desativada pelo valor de R$ 62.500, gerando um ganho de R$ 56.828. Os ativos imobilizado remanescentes a essa unidade fabril estão apresentados como mantidos para venda e em 31 de dezembro de 2024 somavam R$ 18.362. Espera-se que até junho de 2025 se conclua a transação de venda.

10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política Contábil

São mensurados ao custo amortizado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que são reconhecidos como ganho ou perda no resultado e não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Compreendem o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata, cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com vencimentos originais de até 90 dias da data da aplicação e conversíveis em um montante conhecido de caixa. O caixa do Grupo é aplicado em Títulos na controlada indireta Midway Financeira, que são letras de câmbio com rentabilidade de 115% do CDI CETIP e em compromissadas de bancos de primeira linha com a rentabilidade de 99,1% CDI CETIP. O caixa da Midway Financeira é aplicado em Títulos Públicos Federais indexados à SELIC (LTNs) através de operações compromissadas com instituições AAA.

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Recursos em banco e em caixa	1.802	425	464.863	360.906
Depósitos bancários de curto prazo	52	54	693.343	925.077
	1.854	**479**	**1.158.206**	**1.285.983**

11. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Política Contábil

Os títulos e valores mobiliários são mensurados ao custo amortizado, suas variações são reconhecidas como ganho ou perda no resultado, e possuem vencimentos superiores a 90 dias da data de contratação. As Letras financeiras do tesouro – LFT, pertencem a

continua...

...continuação

guararapes
GUARARAPES CONFECÇÕES S/A

RIACHUELO Midway

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS
CNPJ 08.402.943/0001-52 - I.E 20.001.611-3
Rodovia BR 101 Norte, nº 9.000, Anexo Guararapes Confecções
N. Sra. Apresentação, Natal, RN, Brasil, CEP 59115-900
Telefone +55 (11) 2281-2137 ou +55 (11) 2971-7420

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

carteira de títulos da controlada indireta Midway Financeira e são compostas por títulos públicos escriturados e registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), que são reconhecidos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e estão divulgados na NE 4.3. O valor justo desses ativos financeiros foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

(a) Composição do Saldo

Aplicação	Indexador	Taxa Média	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
CDB (i)	CDI	99,85% - 100,33%	-	457.084	852	875.033
LFT (ii)	CDI	100%	-	-	313.158	282.354
			-	**457.084**	**314.010**	**1.157.387**

(i) A redução no saldo das aplicações em Certificados de depósitos bancários – CDB, deve-se à antecipação de debêntures, conforme NE 21.
(ii) Aplicação em Letras financeiras do tesouro nacional – LFT da controlada indireta Midway Financeira.

(b) Mapa de Movimentação do Saldo

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Saldo inicial	**457.084**	**941.818**	**1.157.387**	**376.391**
Aplicação	401.648	1.158.467	1.501.776	4.388.649
Resgate	(874.238)	(1.697.006)	(2.381.855)	(3.704.842)
Resultados abrangentes	-	-	23	207
Juros/MTM	15.506	53.805	36.679	96.982
Saldo final	-	**457.084**	**314.010**	**1.157.387**

Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras das controladas Midway Shopping no valor de R$ 111.878 (R$ 67.740 em 31 de dezembro de 2023), Transportadora Casa Verde Ltda. no valor de R$ 7.526 (R$ 7.955 em 31 de dezembro de 2023) e Midwest Estacionamento Ltda. no valor de R$ 20.045 (R$ 10.374 em 31 de dezembro de 2023), foram eliminadas na consolidação das demonstrações financeiras, uma vez que as aplicações são efetuadas na controlada indireta Midway Financeira. Em 31 de dezembro de 2024, a controlada Lojas Riachuelo possuía uma letra financeira subordinada no montante de R$ 202.400 (R$ 202.422 em 31 de dezembro de 2023), emitida pela controlada indireta Midway Financeira em 30 de maio de 2023 pelo valor de R$ 200.000, valor esse que foi totalmente eliminado na consolidação das demonstrações financeiras. A letra financeira subordinada possui taxa de juros fixa de 4% ao ano, mais 100% do CDI, terá amortização de juros semestralmente e pode ser resgatada em 30 de maio de 2028 e 2029, e em 30 de novembro de 2029. Ressalvada a hipótese de recompra, as letras terão prazo indeterminado.

12. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
Política Contábil
As "contas a receber de clientes" correspondem aos valores pendentes de pagamentos pelos usuários dos cartões de crédito ou por aqueles que se beneficiam de empréstimos pessoais oferecidos pela controlada indireta Midway Financeira e por compras realizadas através de cartões de crédito de terceiros na Lojas Riachuelo, além dos aluguéis cobrados dos lojistas no Midway Mall, no curso regular das atividades financeiras do Grupo Guararapes, em linha com a IFRS 09/CPC 48 (Instrumentos Financeiros). As "contas a receber de clientes" são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através do método da taxa efetiva de juros subtraída da provisão para perdas de crédito esperadas. Na controlada indireta Midway Financeira, as operações vencidas após 59 (cinquenta e nove) dias serão reconhecidas no resultado somente quando houver o efetivo recebimento dos valores vencidos. Na Controladora, as "contas a receber" de clientes referem-se aos valores pendentes de pagamento por sua Controlada Lojas Riachuelo. Se o prazo de recebimento é equivalente a 1 (um) ano ou menos, as contas a receber são classificadas no "ativo circulante". Para a Controlada Lojas Riachuelo, as "contas a receber" de dívidas de cartões de crédito assumidas por seus clientes, são registrados com base nos valores nominais, ajustados a valor presente quando a administração da companhia julgar relevante às demonstrações financeiras, uma vez que correspondem a operações de curto prazo. As proporções de inadimplência e de perdas e os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais a fim de confirmar a sua aderência. As perdas são reconhecidas no resultado.

Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos
- **Estimativa para perdas de crédito esperadas**
  A Administração avalia periodicamente a estimativa e as perdas estimadas para perdas de crédito esperadas, considerando, principalmente, a conjuntura econômica, as estimativas de renegociações, incluindo expectativa de recebimento e descontos para os clientes, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, com relação às operações de cartão de crédito próprio, de terceiros e de outros valores a receber. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de estimativa aos clientes devedores.
- **Aspectos específicos para a controlada indireta Midway Financeira**
  Quanto à avaliação de risco de crédito, os procedimentos praticados encontram-se aderentes às normas estabelecidas pelo BACEN, conforme disposições da Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Basicamente, as operações são classificadas por nível de risco, inicialmente na faixa referente ao nível de risco "A", podendo evoluir para as faixas de maior risco, cujo limite é a faixa "H", em função, especialmente, da decorrência de tempo de atraso dos clientes.

A transição para a Resolução CMN nº 4.966/2021 em 01 de janeiro de 2025, acarretará segundo melhores estimativas, um aumento não superior a 0,5% do patrimônio líquido da controlada indireta Midway Financeira, líquido dos efeitos fiscais. Os impactos da transição e os ajustes identificados serão reconhecidos em lucros acumulados na data da transição sensibilizando diretamente o patrimônio líquido. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

(a) Composição do Saldo

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Empresa controlada (*)	85.658	358.493	-	-
Cartão de crédito Riachuelo (**)	-	-	5.031.366	4.820.938
Crédito pessoal	-	-	686.672	704.390
Cartões de créditos terceiros (***)	-	-	332.158	300.723
Outros valores a receber	-	-	74.658	61.795
A.V.P. - Contas a Receber (-)	-	-	(7.068)	(6.218)
	85.658	**358.493**	**6.117.786**	**5.881.628**
Estimativa para perdas de créditos esperadas	-	-	(1.006.059)	(1.190.119)
	85.658	**358.493**	**5.111.727**	**4.691.509**

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia recebeu antecipadamente R$ 878.750, de sua Controlada Lojas Riachuelo, transação que gerou um desconto financeiro de R$ 23.110, que é eliminado na consolidação, conforme NE 31 e NE 35.
(**) Operações realizadas com o cartão de crédito emitido pela controlada indireta Midway Financeira.
(***) Operações com cartão de crédito provenientes de outras instituições financeiras.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Controlada Lojas Riachuelo realizou a antecipação de recebíveis de cartão de crédito de terceiros no valor total de R$ 2.026.503 (R$ 1.809.199 em 31 de dezembro de 2023), transação que gerou uma despesa financeira de R$ 32.604 (R$ 29.138 em 31 de dezembro de 2023), conforme NE 35.

(b) Cronograma de Vencimento das Contas a Receber de Clientes
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos de contas a receber por data de vencimento estavam assim apresentados:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
A vencer acima de 180 dias	-	-	599.916	547.637
A vencer de 91 a 180 dias	37.473	-	1.014.720	919.303
A vencer de 61 a 90 dias	37.605	120.637	653.437	591.611
A vencer de 31 a 60 dias	291	133.588	923.695	827.698
A vencer até 30 dias	10.289	104.268	2.030.965	1.877.432
A vencer	**85.658**	**358.493**	**5.222.733**	**4.763.681**
Vencidos até 30 dias	-	-	45.094	45.382
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-	75.043	82.283
Vencidos de 61 a 90 dias	-	-	77.512	90.542
Vencidos de 91 a 180 dias	-	-	239.785	286.734
Vencidos acima de 180 dias	-	-	457.619	613.006
Vencidos	-	-	**895.053**	**1.117.947**
	85.658	**358.493**	**6.117.786**	**5.881.628**

(c) Composição da Estimativa para Perdas de Créditos Esperadas por Empresa

Empresas	2024	2023
Midway Financeira	(1.005.287)	(1.189.470)
Midway Shopping	(772)	(649)
	(1.006.059)	**(1.190.119)**

(d) Movimentação da Estimativa para Perdas de Créditos Esperadas Consolidadas

	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**(1.133.792)**
Constituições/reversões	(1.038.933)
Baixas	982.606
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(1.190.119)**
Constituições/reversões	(787.579)
Baixas	971.639
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(1.006.059)**

A Administração entende que a estimativa para perda de crédito esperadas constituída é suficiente para suportar as perdas futuras, e possíveis riscos, crises econômicas, políticas e sociais que de alguma forma possam afetar os nossos clientes, considerando o histórico de perdas observáveis até o momento.

(e) Composição das Operações nos Correspondentes Níveis de Risco/Qualidade do Crédito da Controlada Indireta Midway Financeira

31 de dezembro de 2024				
Nível de Risco(*)/ Qualidade do crédito	**Créditos a Vencer**	**Créditos Vencidos**	**Total das Operações**	**Provisão Constituída**
A - A vencer	4.295.633	-	4.295.633	42.527
B - Vencidos até 30 dias	113.438	32.778	146.216	4.372
C - Vencidos de 31 até 60 dias	99.297	58.610	157.907	15.775
D - Vencidos de 61 até 90 dias	65.023	66.212	131.235	43.912
E - Vencidos de 91 até 120 dias	47.999	80.585	128.584	70.851
F - Vencidos de 121 até 150 dias	34.138	73.488	107.626	76.668
G - Vencidos de 151 até 180 dias	25.861	70.931	96.792	96.781
H - Vencidos acima de 180 dias	143.035	511.366	654.401	654.401
	4.824.424	**893.970**	**5.718.394**	**1.005.287**
Percentual de Estimativa de Perda sobre a Carteira de Crédito				**17,58%**

31 de dezembro de 2023				
Nível de Risco(*)/ Qualidade do crédito	**Créditos a Vencer**	**Créditos Vencidos**	**Total das Operações**	**Provisão Constituída**
A - A vencer	3.805.676	-	3.805.676	37.676
B - Vencidos até 30 dias	107.383	30.399	137.782	4.120
C - Vencidos de 31 até 60 dias	103.952	59.860	163.812	16.365
D - Vencidos de 61 até 90 dias	74.734	74.655	149.389	44.802
E - Vencidos de 91 até 120 dias	56.157	82.940	139.097	60.425
F - Vencidos de 121 até 150 dias	45.009	89.202	134.211	67.105
G - Vencidos de 151 até 180 dias	34.372	89.324	123.696	86.588
H - Vencidos acima de 180 dias	182.673	689.717	872.390	872.390
	4.409.956	**1.116.097**	**5.526.053**	**1.189.470**
Percentual de Estimativa de Perda sobre a Carteira de Crédito				**21,52%**

(*) referem-se à categoria de risco previstas pelas normas do BACEN.

(f) Renegociações da Controlada Indireta Midway Financeira
As operações renegociadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, totalizaram o montante de R$ 441.533 (R$ 502.082 em 31 de dezembro de 2023). Os recebimentos de operações recuperadas totalizaram em 31 de dezembro de 2024 o montante de R$ 111.193 (R$ 82.439 em 31 de dezembro de 2023).

13. ESTOQUES
Política Contábil
Na Companhia, os estoques são demonstrados pelo seu custo de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os valores registrados nas fichas técnicas dos produtos tais como, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso regular dos negócios realizados, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. A Administração espera que os estoques de matéria-prima e produtos acabados sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Na controlada Lojas Riachuelo, os estoques, são avaliados pelo custo médio de aquisição ou importação, mensurados pelo menor valor resultante entre a comparação do custo e do valor de mercado, incluindo-se os itens de almoxarifado e embalagens. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos
Estimativa para perdas de inventário
A estimativa para perdas dos estoques é estimada com base no percentual de histórico de perdas na execução do inventário físico na fábrica, lojas e centros de distribuições, além de considerar produtos com giro lento ou não vendáveis.

(a) Composição do Saldo

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Produtos acabados e mercadorias para revenda	51.101	44.444	1.208.794	1.069.635
Estimativa para perdas nos estoques	(17.750)	(12.444)	(86.035)	(76.774)
Mercadoria para revenda líquida	**33.351**	**32.000**	**1.122.759**	**992.861**
Produtos em elaboração	37.608	54.607	37.608	54.607
Matérias-primas	152.801	98.930	152.801	98.930
Materiais secundários e outros	51.953	49.385	74.150	70.291
Importação em andamento	7.928	2.342	74.123	61.692
	283.641	**237.264**	**1.461.441**	**1.278.381**

Considerando os índices atuais de estoques, incluindo as estimativas relacionadas, a Administração entende que não há impacto significativo que exija qualquer alteração das políticas adotadas.

(b) Movimentação da Estimativa para Perdas Nos Estoques

	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**(4.018)**	**(69.763)**
Constituições	(13.711)	(79.151)
Baixa da estimativa por utilização	5.285	72.140
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(12.444)**	**(76.774)**
Constituições	(15.375)	(75.676)
Baixa da estimativa por utilização	10.069	66.415
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(17.750)**	**(86.035)**

14. TRIBUTOS A RECUPERAR
Política Contábil
Tratam-se de impostos a recuperar, registrados no ativo do Grupo Guararapes decorrentes principalmente das seguintes situações:
(a) Aquisição de matéria-prima e insumos para produção;
(b) Aquisição de mercadoria para revenda;
(c) Registros de despesas permitidos pela legislação vigente;
(d) Pagamento de Impostos realizados a maior;
(e) Impostos recolhidos a maior e recuperados através de ganhos de ações judiciais ou teses tributárias.

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
ICMS – Ativo Imobilizado	772	669	44.377	36.769
ICMS	43	132	36.617	34.218
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	17.349	19.683	214.830	226.030
PIS e COFINS (b)	112	1.789	402.197	600.341
INSS	14.793	15.709	34.266	35.181
IPI e Outros	5.079	10.366	15.031	21.973
	38.148	**48.348**	**747.318**	**954.512**
Circulante	**22.934**	**32.717**	**605.313**	**627.116**
Não Circulante	**15.214**	**15.631**	**142.005**	**327.396**
	38.148	**48.348**	**747.318**	**954.512**

(a) Imposto de renda sobre aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, bem como imposto de renda e contribuição social recolhidos a maior por estimativa, a serem compensados nos exercícios seguintes. Também estão nesta linha, os créditos de IRPJ e CSSL reconhecidos em 2021, quando o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional, a incidência sobre os valores referentes à taxa SELIC recebidos em razão da repetição de indébitos tributários.
(b) Referem-se a créditos "ordinários" de PIS e COFINS da controlada Lojas Riachuelo (ex: insumos, energia elétrica, aluguel etc).

15. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
Política Contábil
A Companhia é controladora do Midway Shopping Center Ltda., empreendimento mantido para fins de renda de aluguel de longo prazo. O imóvel é da controlada e está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, pelas vidas úteis estimadas.

(a) Composição e Mapa de Movimentação do Saldo
A propriedade para investimento corresponde ao empreendimento Midway Shopping Center e foi inicialmente mensurada pelo seu custo e a Administração da Companhia decidiu manter este método de avaliação, por refletir seu negócio de forma mais apropriada.

Consolidado	Vida útil estimada (em anos)	Saldos em 31/12/2023	Adição	Depreciação	Saldos em 31/12/2024	Custo	Depreciação acumulada
Propriedade para investimento construída	47	**165.732**	3.659	(4.963)	**164.428**	278.217	(113.789)
		165.732	**3.659**	**(4.963)**	**164.428**	**278.217**	**(113.789)**

Consolidado	Vida útil estimada (em anos)	Saldos em 31/12/2022	Adição	Depreciação	Saldos em 31/12/2023	Custo	Depreciação acumulada
Propriedade para investimento construída	47	**160.567**	10.269	(5.104)	**165.732**	274.558	(108.826)
		160.567	**10.269**	**(5.104)**	**165.732**	**274.558**	**(108.826)**

Taxa média ponderada dos itens sendo mais significativa a propriedade para investimento cuja vida útil de 47 anos está suportada por laudo de avaliação de especialistas. Os principais valores reconhecidos no resultado do exercício em relação às propriedades para investimentos são os seguintes:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas	94.853	90.270
Despesas operacionais	(5.669)	(4.609)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**89.184**	**85.661**
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(28.807)	(34.647)
Lucro líquido	**60.377**	**51.014**

A propriedade para investimento está livre de quaisquer restrições quanto à possibilidade de alienação. Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não são considerados relevantes para serem incluídos no custo de aquisição dos itens de propriedade de investimento.

(b) Metodologia para Determinação do Valor Justo
A avaliação da propriedade para investimento foi preparada de acordo com os dados divulgados pela *Morning Star Inc.*, sediada nos Estados Unidos, bem como algumas projeções e taxas divulgadas pelo Banco Central do Brasil. A metodologia adotada para determinar o valor de mercado (valor justo), classificado como nível 3, da propriedade para investimento em operação envolveu a elaboração de premissas relacionadas a projeções de ganhos e perdas para 10 anos da propriedade para investimento, adicionadas ao valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do último ano projetado com alguns ajustes no fluxo de caixa e uma taxa de crescimento. Essas projeções são descontadas para a data base da avaliação a uma taxa de desconto correspondente ao retorno mínimo esperado para um ativo de risco semelhante. As projeções não são previsões do futuro, mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros de cada propriedade. A taxa de rentabilidade projetada segue uma razoabilidade de performance de mercado atrelada aos resultados recentes da operação. As projeções foram realizadas de forma nominal, ou seja, os efeitos inflacionários foram considerados, sendo utilizado como indicador de reajuste dos preços o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), tendo como base as projeções oficiais obtidas no website do Banco Central do Brasil (BACEN). Tais projeções refletem a melhor estimativa da Administração quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros da propriedade. Após realização do estudo econômico-financeiro, foi determinado um valor justo no montante de R$ 1.150.117 para a data de 31 de dezembro de 2024 (R$ 879.608 em 31 de dezembro de 2023).

16. IMOBILIZADO
Política Contábil
Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. Registramos os bens ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação ou amortização acumulada. O cálculo é baseado no método linear, que leva em conta o tempo de vida útil estimada dos bens, considerando:

	Anos
Edificações	25-50
Instalações	10-20
Máquinas	5-17
Benfeitorias	2-50
Veículos e transportes	3-10
Móveis, utensílios e equipamentos	4-10
Propriedade para investimentos	47

Em 2024, não houve nenhum evento que originasse a necessidade de reavaliação da vida útil dos ativos do Grupo.

Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos
- ***Impairment* de ativos não financeiros**
  A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os bens do ativo imobilizado e intangível, com base em avaliações de especialistas internos, com o objetivo de identificar: i) Possíveis evidências de que seus ativos possam estar desvalorizados; e ii) Alterações na forma de uso e manutenção que possam afetar a vida útil dos seus bens do ativo imobilizado e intangível. Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa – UGCs). Na controlada Lojas Riachuelo, cada loja é definida como uma unidade geradora de caixa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração submeteu suas unidades geradoras de caixa a análise para avaliação de existência de indicativos de *impairment* e não identificou nenhum valor relevante que apresentasse a necessidade de seu reconhecimento em resultado. A Companhia realiza suas projeções futuras com base nas suas expectativas de receitas e despesas, considerando os efeitos inflacionários de cada exercício, trazidos a valor justo com base na sua taxa interna de retorno em base nominal. A Administração observa que o trabalho de acompanhamento e controle das despesas que vem realizando ao longo dos últimos anos continua contribuindo para que essas unidades geradoras de caixa mantenham a sua capacidade de retorno sobre seus investimentos. Além disso, com a implantação da omnicanalidade pela controlada Lojas Riachuelo, que disponibiliza para o cliente em suas plataformas digitais o estoque de qualquer ponto de venda, permite que as lojas operem como pequenos centros de distribuição, trazendo mais lucratividade para essas unidades, já antecipando a necessidade do consumidor do futuro, que procura cada vez mais praticidade e agilidade para satisfazer as suas necessidades.
- **Vida útil do imobilizado**
  A Administração revisa, no mínimo anualmente, a vida útil estimada dos seus ativos imobilizados, com o auxílio dos engenheiros da Companhia.

A depreciação foi apropriada ao custo de produção e mercadorias vendidas e despesas do exercício.
(a) Composição e Mapa de Movimentação de Saldo

Controladora

	Vida útil (em anos)	Saldos em 31/12/2023	Adição	Transferência (*)	Baixa	Depreciação	Saldos em 31/12/2024	Custo	Depreciação acumulada
Terrenos	-	**158.108**	-	-	-	-	**158.108**	158.108	-
Edifícios	25 a 50	**71.049**	-	-	-	(2.635)	**68.414**	177.037	(108.623)
Imóveis comerciais		**229.157**	-	-	-	**(2.635)**	**226.522**	**335.145**	**(108.623)**
Imóveis	25 a 47	**50.372**	7	(9.639)	(213)	(3.762)	**36.765**	99.489	(62.724)
Máquinas	16,6	**116.813**	4.592	(11.850)	(2.030)	(11.979)	**95.546**	282.978	(187.432)
Instalações	20	**22.777**	778	(1.998)	(263)	(508)	**20.786**	44.707	(23.921)
Móveis e utensílios	5 a 10	**12.694**	1.331	(487)	99	(2.924)	**10.713**	51.688	(40.975)
Veículos e transportes	5	**831**	172	(2)	-	(540)	**461**	4.743	(4.282)
Imobilizações em curso	-	**2.831**	9.238	-	(1.202)	-	**10.867**	10.867	-
Imobilizado para uso		**206.318**	**16.118**	**(23.976)**	**(3.609)**	**(19.713)**	**175.138**	**494.472**	**(319.334)**
Total		**435.475**	**16.118**	**(23.976)**	**(3.609)**	**(22.348)**	**401.660**	**829.617**	**(427.957)**

(*) Refere-se à transferência para ativos não circulantes mantidos para venda, conforme mencionado na NE 9.

Controladora

	Vida útil (em anos)	Saldos em 31/12/2022	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Saldos em 31/12/2023	Custo	Depreciação acumulada
Terrenos	-	**158.144**	-	-	(36)	-	**158.108**	158.108	-
Edifícios	25 a 50	**73.660**	-	-	-	(2.611)	**71.049**	177.111	(106.062)
Imóveis comerciais		**231.804**	-	-	**(36)**	**(2.611)**	**229.157**	**335.219**	**(106.062)**
Imóveis	25 a 47	**56.570**	461	-	(2.678)	(3.981)	**50.372**	119.958	(69.586)
Máquinas	16,6	**133.762**	1.161	99	(4.023)	(14.186)	**116.813**	316.844	(200.031)
Instalações	20	**22.088**	674	1.189	1.157	(2.331)	**22.777**	53.615	(30.838)
Móveis e utensílios	5 a 10	**15.087**	1.119	-	(124)	(3.388)	**12.694**	57.859	(45.165)
Veículos e transportes	5	**1.383**	-	-	-	(552)	**831**	4.734	(3.903)
Imobilizações em curso	-	**2.138**	2.030	(1.288)	(49)	-	**2.831**	2.831	-
Imobilizado para uso		**231.028**	**5.445**	-	**(5.717)**	**(24.438)**	**206.318**	**555.841**	**(349.523)**
Total		**462.832**	**5.445**	-	**(5.753)**	**(27.049)**	**435.475**	**891.060**	**(455.585)**

Consolidado

	Vida útil (em anos)	Saldos em 31/12/2023	Adição	Transferência (*)	Baixa	Depreciação	Saldos em 31/12/2024	Custo	Depreciação acumulada
Terrenos	-	**158.108**	-	-	-	-	**158.108**	158.108	-
Edifícios	25 a 50	**71.049**	-	-	-	(2.635)	**68.414**	177.037	(108.623)
Imóveis comerciais		**229.157**	-	-	-	**(2.635)**	**226.522**	**335.145**	**(108.623)**
Imóveis	25 a 50	**69.613**	7	(9.640)	(214)	(4.237)	**55.529**	124.082	(68.553)
Benfeitorias imóveis terceiros	2 a 50	**685.411**	75.872	3.981	(974)	(108.405)	**655.885**	2.185.748	(1.529.863)
Máquinas	5 a 17	**116.813**	4.592	(11.850)	(2.030)	(11.979)	**95.546**	282.978	(187.432)
Instalações	10 a 20	**24.533**	861	(1.998)	(261)	(1.209)	**21.926**	458.727	(436.801)
Móveis e utensílios	4 a 10	**240.628**	36.085	6.724	(891)	(70.842)	**211.704**	1.066.661	(854.957)
Veículos e transportes	3 a 10	**29.403**	1.144	7	(37)	(1.054)	**29.463**	63.983	(34.520)
Imobilizado em curso	-	**75.643**	46.984	(11.200)	(1.775)	-	**109.652**	109.652	-
Imobilizado em uso		**1.242.044**	**165.545**	**(23.976)**	**(6.182)**	**(197.726)**	**1.179.705**	**4.291.831**	**(3.112.126)**
Total		**1.471.201**	**165.545**	**(23.976)**	**(6.182)**	**(200.361)**	**1.406.227**	**4.626.976**	**(3.220.749)**

(*) Refere-se à transferência para ativos não circulantes mantidos para venda, conforme mencionado na NE 9.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante de adição no imobilizado refere-se à Controlada Lojas Riachuelo, sendo imobilizações em andamento, remodelações de lojas e 14 lojas inauguradas no exercício (20 novas lojas em 31 de dezembro de 2023).

Consolidado

	Vida útil (em anos)	Saldos em 31/12/2022	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Saldos em 31/12/2023	Custo	Depreciação acumulada
Terrenos	-	**158.144**	-	-	(36)	-	**158.108**	158.108	-
Edifícios	25 a 50	**73.660**	-	-	-	(2.611)	**71.049**	177.111	(106.062)
Imóveis comerciais		**231.804**	-	-	**(36)**	**(2.611)**	**229.157**	**335.219**	**(106.062)**
Imóveis	25 a 50	**76.286**	461	-	(2.678)	(4.456)	**69.613**	144.552	(74.939)
Benfeitorias imóveis terceiros	2 a 50	**722.066**	62.432	26.997	(6.566)	(119.518)	**685.411**	2.107.198	(1.421.787)
Máquinas	5 a 17	**133.762**	1.162	99	(4.024)	(14.186)	**116.813**	316.844	(200.031)
Instalações	10 a 20	**26.857**	710	677	1.107	(4.818)	**24.533**	467.552	(443.019)
Móveis e utensílios	4 a 10	**278.784**	14.662	25.362	(2.013)	(76.167)	**240.628**	1.033.928	(793.300)
Veículos e transportes	3 a 10	**28.588**	1.047	1.094	(150)	(1.176)	**29.403**	65.308	(35.905)
Imobilizado em curso	-	**76.235**	53.807	(54.229)	(170)	-	**75.643**	75.643	-
Imobilizado em uso		**1.342.578**	**134.281**	-	**(14.494)**	**(220.321)**	**1.242.044**	**4.211.025**	**(2.968.981)**
Total		**1.574.382**	**134.281**	-	**(14.530)**	**(222.932)**	**1.471.201**	**4.546.244**	**(3.075.043)**

(b) Avaliação de *Impairment*
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado, intangível e outros ativos ao seu valor de recuperação.

17. INTANGÍVEL
Política Contábil
Marcas registradas e licenças
As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição.

Pontos Comerciais
Os pontos comerciais das Lojas Riachuelo, adquiridos separadamente, são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico na data da aquisição. Posteriormente, os pontos comerciais, classificados como cessão de direito de uso, são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos pontos comerciais registrados durante sua vida útil estimada em 10 anos. Para os contratos onde foram negociados o que classificamos como fundo de comércio, seus valores não sofrem perda ao longo do tempo, portanto não são amortizados, apenas atualizados para fins de cálculo de impairment das unidades geradoras de caixa, uma vez que esses valores compõem o saldo do ativo.

Softwares
As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco a dez anos.
Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.
Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:
- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*;
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Nos custos, também se incluem os valores de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de pesquisa e desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares*, reconhecidos como ativos, são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a dez anos.

(a) Composição e Mapa de Movimentação do Saldo

Controladora

	Vida útil (em anos)	Saldos em 31/12/2023	Adição	Transferência	Baixa	Amortização	Saldos em 31/12/2024	Custo	Amortização acumulada
Marcas e patentes	-	**256**	-	-	-	-	**256**	256	-
Gastos com implantação	5	**8.939**	-	-	-	(2.752)	**6.187**	16.888	(10.701)
Intangível em Andamento	-	**3.524**	15.202	-	-	-	**18.726**	18.726	-
		12.719	**15.202**	-	-	**(2.752)**	**25.169**	**35.870**	**(10.701)**

Controladora

	Vida útil (em anos)	Saldos em 31/12/2022	Adição	Transferência	Baixa	Amortização	Saldos em 31/12/2023	Custo	Amortização acumulada
Marcas e patentes	-	**256**	-	-	-	-	**256**	256	-
Gastos com implantação	5	**9.376**	216	2.309	(283)	(2.679)	**8.939**	16.888	(7.949)
Intangível em Andamento	-	**1.107**	4.726	(2.309)	-	-	**3.524**	3.524	-
		10.739	**4.942**	-	**(283)**	**(2.679)**	**12.719**	**20.668**	**(7.949)**

Consolidado

	Vida útil (em anos)	Saldos em 31/12/2023	Adição	Transferência	Baixa	Amortização	Saldos em 31/12/2024	Custo	Amortização acumulada
Marcas e patentes	-	**1.512**	-	-	-	-	**1.512**	1.512	-
Pontos comerciais	(*)	**38.273**	480	-	-	(6.339)	**32.414**	102.339	(69.925)
Software	5 a 10	**259.474**	20.138	105.420	(31)	(101.719)	**283.282**	692.894	(409.612)
Gastos com implantação	5	**356.957**	90.050	121.747	(240)	(139.987)	**428.527**	899.641	(471.114)
Intangível em Andamento	(**)	**301.628**	142.793	(227.167)	(11)	-	**217.243**	217.243	-
		957.844	**253.461**	-	**(282)**	**(248.045)**	**962.978**	**1.913.629**	**(950.651)**

Consolidado

	Vida útil (em anos)	Saldos em 31/12/2022	Adição	Transferência	Baixa	Amortização	Saldos em 31/12/2023	Custo	Amortização acumulada
Marcas e patentes	-	**1.512**	-	-	-	-	**1.512**	1.512	-
Pontos comerciais	(*)	**44.459**	741	-	-	(6.927)	**38.273**	101.859	(63.586)
Software	5 a 10	**160.670**	15.004	164.858	(129)	(80.929)	**259.474**	567.390	(307.916)
Gastos com implantação	5	**262.469**	88.849	104.322	(458)	(98.225)	**356.957**	688.087	(331.130)
Intangível em Andamento	(**)	**433.584**	138.091	(269.180)	(867)	-	**301.628**	301.628	-
		902.694	**242.685**	-	**(1.454)**	**(186.081)**	**957.844**	**1.660.476**	**(702.632)**

(*) representado por fundo de comércio e direito de uso adquiridos pela Companhia e fundamentado na existência de ponto comercial onde se localizam as lojas da Riachuelo.
Do montante do custo registrado como pontos comerciais, o valor de R$ 5.756, refere-se a um ativo intangível, comercializável de fundo de comércio, que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo. A cessão paga pela utilização da infraestrutura do imóvel, R$ 96.583 (R$ 96.103 em 31 de dezembro de 2023), é amortizável entre seis e dez anos, de acordo com os prazos dos contratos de aluguel.
(**) A controlada Lojas Riachuelo e a controlada indireta Midway Financeira tiveram a finalização de projetos que estavam em andamento, referentes a tecnologia e decorrentes do seu plano de expansão.
Em 31 de dezembro de 2024, as aquisições de R$ 253.461 (R$ 242.685 em 31 de dezembro de 2023), referem-se a investimentos em tecnologia e transformação digital relacionado a projetos e licenças.
A Companhia e suas Controladas não identificaram nenhuma necessidade de constituição de perda de valor recuperável no Intangível.

continua...

...continuação

guararapes
GUARARAPES CONFECÇÕES S/A
RIACHUELO Midway

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS
CNPJ 08.402.943/0001-52 - I.E 20.001.611-3
Rodovia BR 101 Norte, nº 9.000, Anexo Guararapes Confecções
N. Sra. Apresentação, Natal, RN, Brasil, CEP 59115-900
Telefone +55 (11) 2281-2137 ou +55 (11) 2971-7420

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. FORNECEDORES

Política Contábil

O saldo de fornecedores refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Para os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, e de 2023, não existe diferenças relevantes entre o saldo contábil de fornecedores e o seu valor justo.

(a) Composição do Saldo

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Nacionais	110.544	145.511	740.842	645.894
Estrangeiros (*)	28.886	2.653	291.413	183.636
A.V.P. - Contas a pagar (-)	-	-	(10.092)	(6.296)
	139.430	148.164	1.022.163	823.234

(*) O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores em dólar norte-americano e atualizados para Reais até a data final de cada exercício.

(b) Cronograma de Vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer até 30 dias	6.340	3.874	97.307	65.873
A vencer de 31 a 60 dias	8.432	9.638	37.556	69.140
A vencer de 61 a 90 dias	7.875	573	110.003	68.632
A vencer de 91 a 180 dias	116.783	134.079	777.297	619.589
A vencer	**139.430**	**148.164**	**1.022.163**	**823.234**

19. FORNECEDORES – "ANTECIPAÇÃO"

Política Contábil

A Companhia e sua Controlada Lojas Riachuelo possuem convênio com instituições financeiras na operação de "antecipação" para gerir seus compromissos com os fornecedores, nesta operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de produtos para a instituição, e em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira, mediante desconto, mas sem necessidade de possuir nenhuma linha de crédito contratada com a entidade. O fornecedor pode antecipar suas faturas na totalidade, desde que a mercadoria já tenha sido entregue. Os valores antecipados permanecem nesta rubrica até a extinção da obrigação, uma vez que esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados, sendo um prazo médio de pagamento de 180 dias) e não afeta o Grupo com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, visto que não há nenhuma garantia concedida pelo Grupo. Adicionalmente, os pagamentos realizados pelo Grupo representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, o Grupo continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa.

(a) Taxa e Prazo Médio de Antecipação

Modalidade	Taxa média (%)	P. M. A. (*)	Vencimento	Controladora 2024	Controladora 2023
Em moeda nacional					
Fornecedor - "Antecipação"	1,55 a.m.	3,9 meses	2025	55.813	53.333
				55.813	**53.333**

Modalidade	Taxa média (%)	P. M. A. (*)	Vencimento	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Em moeda nacional					
Fornecedor - "Antecipação"	1,55 a.m.	3,6 meses	2025	232.720	181.376
				232.720	**181.376**

(*) Prazo médio de antecipação, isto é, o prazo médio em que o fornecedor solicita a antecipação do título para a instituição financeira conveniada com a controladora ou com a controlada Lojas Riachuelo.

(b) Cronograma de Vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer até 30 dias	18.683	17.482	68.354	55.605
A vencer de 31 a 60 dias	12.010	12.086	57.410	46.335
A vencer de 61 a 90 dias	12.312	9.995	60.799	39.843
A vencer de 91 a 180 dias	12.808	13.770	46.157	39.593
A vencer	**55.813**	**53.333**	**232.720**	**181.376**

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política Contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Moeda Nacional

Financiamentos	Taxa de juros nominal	Nota	Empresa	Vencimento	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Letra de Câmbio	115,00% do CDI	(a)	Midway financeira	Até 2025	56.602	360.211
Certificado de depósito interfinanceiros	101,95% CDI	(b)	Midway financeira	Até 2025	138.488	245.088
Certificado de depósitos bancários	106,00% a 130,00% CDI	(c)	Midway financeira	2025 a 2029	883.942	1.023.294
					1.079.033	**1.628.593**
	Circulante				**381.806**	**798.238**
	Não-circulante				**697.227**	**830.355**
					1.079.033	**1.628.593**

(a) Corresponde aos empréstimos tomados pela controlada indireta Midway Financeira, junto às pessoas jurídicas e físicas com juros de 115% do CDI com a finalidade de elevar seus níveis de capital de giro, com conversibilidade imediata, sendo R$ 26.024 com partes relacionadas (R$ 338.849 em 31 de dezembro de 2023).
(b) Certificados de Depósito Interfinanceiro – CDI realizado pela controlada indireta Midway Financeira para Capital de Giro, adquiridos do Banco Itaú Unibanco.
(c) Aplicações de clientes em CDB por intermédio da XP Investimentos, Banco BTG, Itaú e Midway.

As mutações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentadas:

	Consolidado Circulante	Consolidado Não Circulante
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**526.025**	**863.590**
Captações	401.553	-
Juros e variação cambial	230.729	-
Transferências	33.235	(33.235)
Pagamento de principal	(393.304)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**798.238**	**830.355**
Captações	79.571	55.291
Juros e variação cambial	165.404	7.646
Transferências	196.065	(196.065)
Pagamento de principal	(857.472)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**381.806**	**697.227**

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Vencimento	Consolidado
2026	313.162
2027	283.378
2028	91.272
2029	9.415
	697.227

21. DEBÊNTURES

Política Contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos das debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, são capitalizados como parte do custo do ativo, quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos das debêntures são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

(a) Composição do Saldo

Controladora

Moeda nacional Emissor	Títulos emitidos	Série	Taxa de juros nominal	Emissão	Vencimento	2024	2023
Guararapes - GUAR23	500.000	2ª	100,00% a.a. do CDI + 2,95%	31/08/2020	31/08/2024	-	78.121
Guararapes - GUAR24	514.719	2ª	100,00% a.a. do CDI + 3,30%	27/11/2021	27/11/2025	-	250.884
Guararapes - GUAR15	837.046	Única	100,00% a.a. do CDI + 2,45%	10/05/2022	10/05/2027	341.930	852.256
Guararapes - GUAR16	400.000	Única	100,00% a.a. do CDI + 2,35%	25/10/2022	25/10/2027	406.046	409.718
Guararapes			Custos a apropriar			(7.790)	(13.993)
						740.186	**1.576.986**
			Circulante			**257.170**	**225.140**
			Não Circulante			**483.016**	**1.351.846**
						740.186	**1.576.986**

Consolidado

Moeda nacional Emissor	Títulos emitidos	Série	Taxa de juros nominal	Emissão	Vencimento	2024	2023
Guararapes - GUAR23	500.000	2ª	100,00% a.a. do CDI + 2,95%	31/08/2020	31/08/2024	-	78.121
Guararapes - GUAR24	514.719	2ª	100,00% a.a. do CDI + 3,30%	27/11/2021	27/11/2025	-	250.884
Guararapes - GUAR15	837.046	Única	100,00% a.a. do CDI + 2,45%	10/05/2022	10/05/2027	341.930	852.256
Guararapes - GUAR16	400.000	Única	100,00% a.a. do CDI + 2,35%	25/10/2022	25/10/2027	406.046	409.718
Riachuelo - RCHLO14	300.000	Única	100,00% a.a. do CDI + 2,35%	07/11/2022	07/11/2027	152.776	305.914
Guararapes e Riachuelo			Custos a apropriar			(8.788)	(16.630)
						891.963	**1.880.263**
			Circulante			**309.593**	**230.366**
			Não Circulante			**582.370**	**1.649.897**
						891.963	**1.880.263**

As movimentações das debêntures estão assim apresentadas:

	Controladora Circulante	Controladora Não Circulante	Consolidado Circulante	Consolidado Não Circulante
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**543.177**	**1.545.157**	**851.810**	**1.842.521**
Juros	292.410	-	360.093	-
Transferências	193.311	(193.311)	192.624	(192.624)
Pagamento de juros	(304.486)	-	(374.889)	-
Amortização do principal	(499.272)	-	(799.272)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**225.140**	**1.351.846**	**230.366**	**1.649.897**
Juros	161.274	-	191.205	-
Transferências	868.830	(868.830)	1.067.527	(1.067.527)
Pagamento de juros	(171.835)	-	(203.266)	-
Amortização do principal	(826.239)	-	(976.239)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**257.170**	**483.016**	**309.593**	**582.370**

Em 27 de setembro de 2024, a Companhia realizou a amortização extraordinária facultativa de R$ 500.000 debêntures simples em circulação da 5ª emissão (ativo GUAR15), não conversíveis em ações, série única, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, pelo montante de R$ 541.487, transação que gerou uma despesa financeira de R$ 7.033. Com a amortização efetuada, a 5ª emissão passou a configurar com valor nominal unitário de R$ 0,401 (R$ 1,00 antes da amortização). Em 10 de maio de 2024, a controlada Lojas Riachuelo recomprou 150.000 títulos emitidos das debêntures simples em circulação da quarta emissão (ativo RCHLO14), não conversíveis em ações, série única, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, pelo montante de R$ 150.222, transação que gerou uma despesa financeira de R$ 2.636. Em 28 de março de 2024, a Companhia resgatou antecipadamente 309.477 debêntures simples da segunda série em circulação da quarta emissão (ativo GUAR24), não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, pelo montante de R$ 259.501, transação que gerou uma despesa financeira de R$ 2.171. Em 21 de fevereiro de 2024, a Companhia resgatou antecipadamente 186.329 debêntures simples da segunda série em circulação da terceira emissão (ativo GUAR23), não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, pelo montante de R$ 79.629, transação que gerou uma despesa financeira de R$ 211. Desta forma, as debêntures de terceira e quarta emissão foram canceladas mediante o pagamento do valor nominal das debêntures da segunda série em circulação, acrescido da remuneração aplicável, conforme o caso, com pagamento de prêmio, calculados com base nos termos da referida escritura. Em 23 de janeiro de 2024, a Companhia optou pela recompra de 1.027 (GUAR15) e 3.099 (GUAR16) títulos emitidos das debêntures em circulação da quinta e sexta emissões, ambas emitidas em série única, no montante de R$ 1.004 e R$ 3.012, respectivamente, nos termos do disposto na escritura particular da quinta e da sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória. Os vencimentos das parcelas registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Vencimento	Consolidado
2026	291.762
2027	290.608
	582.370

Covenants

Manter o índice financeiro igual ou inferior a 3,0 (três inteiros).

I. "Índice Financeiro" significa o índice correspondente à razão entre Dívida Líquida da Emissora e EBITDA Ajustado da Emissora a ser verificado anualmente pelo Agente Fiduciário, a partir das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora (conforme definido abaixo) relativas ao 4º (quarto) trimestre do exercício fiscal de 2024;

II. "Dívida Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora, o somatório, sem duplicação, de (a) todo endividamento bancário, líquido das operações de hedge (swap); (b) todas as obrigações oriundas de operações de mercados de capitais local e internacional; (c) todas as garantias de dívidas de terceiros; subtraído de tal somatório o valor de suas disponibilidades (caixa e aplicações financeiras); e

III. "EBITDA ajustado" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao encerramento do exercício anual, em linha com a resolução CVM 156/2022, o lucro líquido, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, "Incentivo Fiscal de IR", considerando que a Emissora opta por utilizar o EBITDA ajustado por entender que o ajuste referente ao "Incentivo Fiscal de IR" contribui para a geração bruta de caixa da Emissora, já que não representa uma saída de caixa.

O índice financeiro apurado em 31 de dezembro de 2024 sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi de 0,3.

As principais cláusulas não financeiras estão relacionadas a descumprimentos de obrigações não pecuniárias e de sentenças administrativas; qualquer ato por pessoa que descaracterize ou anule a escritura das debêntures; mudança adversa relevante; bloqueios judiciais e governamentais; não cumprimento da legislação socioambiental; infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo e crime contra o meio ambiente; qualquer não renovação ou cancelamento de licenças que prejudiquem a operação; não cumprimento às leis aplicadas sobre corrupção e atos lesivos contra a administração pública.

22. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Política Contábil

A controlada Lojas Riachuelo adotou o IFRS 16/CPC 06 (R2) para os seus contratos de locação de lojas firmados com terceiros ou com a sua Controladora Guararapes. Para enquadrarmos esses contratos na nova norma, a controlada optou pela adoção da Metodologia Retrospectiva Modificada (simples), que para o reconhecimento inicial, no papel de arrendatário, identifica os saldos residuais e através das taxas e prazos definidos traz a valor presente os pagamentos dos arrendamentos e registra os ativos e passivos de acordo com o que foi estabelecido pela norma contábil, não reapresentando exercícios anteriores.

A controladora e demais controladas não são arrendatárias em contratos de arrendamento.

Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: (a) pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber); (b) pagamentos variáveis de arrendamentos que dependem de índice ou de taxa; (c) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. (d) Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: (a) O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; (b) quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; (c) quaisquer custos diretos iniciais. A controlada Lojas Riachuelo utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma: (i) Utilização de taxa incremental de empréstimo, sendo taxas Nominais de desconto, prontamente observáveis, ajustadas ao risco de crédito da última captação obtida pelo Grupo; (ii) Contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor não foram considerados para fins de aplicação da norma. A contabilização de pagamentos como despesas, em contratos ou parte de contratos cuja composição de valor dependa de variável que não seja dependente de índices ou taxas; e O cálculo da ação renovatória será considerado apenas quando a renovação for praticamente certa. Baseado no histórico das últimas renovações, nos quais, os prazos e valores negociados diferem substancialmente dos contratos vencidos, a Companhia considera as renovações como um novo contrato, portanto não considera renovação no prazo.

I – Contratos Enquadrados no IFRS 16/CPC 06 (R2)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a controlada Lojas Riachuelo possuía 281 contratos referente a 278 lojas, sede administrativa e centros logísticos. Em 31 de dezembro de 2023, a Lojas Riachuelo possuía um total de 272 contratos (referente a 271 lojas, sede administrativa e centros logísticos). Para chegar nas taxas de desconto aplicáveis por contrato, a Controlada se baseou em taxas de juros prontamente observáveis no mercado brasileiro, considerando os prazos de cada contrato, ajustadas ao risco de crédito obtido pelas captações a mercado realizadas pelas empresas do Grupo, cuja taxa média por contrato no exercício fechou em 10,47%. As movimentações nos arrendamentos de imóveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, são como segue:

a) Movimentação do Ativo de Direito de Uso:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**849.902**
Depreciação acumulada	(210.245)
Adições (*)	380.736
Remensuração (**)	(11.599)
Baixas	(4.339)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.004.455**
Depreciação acumulada	(238.826)
Adições	126.057
Remensuração (**)	74.682
Baixas	(1.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**964.849**

b) Movimentação do Passivo de Arrendamento:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**945.221**
Juros incorridos	81.628
Pagamentos	(289.699)
Adições (*)	380.736
Remensuração (**)	(11.599)
Baixa	(4.339)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.101.948**
Juros incorridos	114.101
Pagamentos	(336.517)
Adições	126.057
Remensuração (**)	74.682
Baixa	(3.199)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.077.072**

(*) Referem-se às renovações de contratos de 2023 e exercícios anteriores, que a Administração considerou que não são materiais quantitativamente e qualitativamente para realização de reapresentação dos valores comparativos, corrigindo o saldo de maneira prospectiva, considerando o saldo residual dos contratos.
(**) Remensurações referentes a atualização de taxas contratuais.

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante	334.732	306.254
Não Circulante	742.340	795.694
	1.077.072	**1.101.948**

c) Cronograma de Vencimento do Passivo de Arrendamento:

Vencimento	Consolidado
2025	334.732
2026	229.213
2027	193.336
2028	154.519
2029	112.638
Demais anos	52.634
	1.077.072

d) Crédito de PIS e COFINS:

A Controlada Lojas Riachuelo possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel que aderiram ao IFRS 16/CPC 06 (R2) na ocorrência de seus pagamentos. Apresentamos abaixo os valores potenciais desses impostos, considerando o saldo dos contratos na adoção e o seu ajuste a valor presente no consolidado:

	Ajustado a Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	1.077.072
PIS e COFINS potencial (9,25%)	99.629

e) Informações Adicionais:

Com o objetivo de estar em conformidade com a norma, a controlada Lojas Riachuelo optou pela adoção da metodologia de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados considerando uma taxa nominal na aplicação dessa técnica. Entendemos que essa metodologia gera distorções relevantes na informação prestada, considerando a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. Além do mais, devido às características dos seus contratos de arrendamento, a Controlada considera como metodologia ideal a utilização de uma taxa real de desconto na aplicação do fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos descontados. Desta forma, para resguardar a representação fidedigna da informação e em atendimento as áreas técnicas da CVM, conforme Ofício-Circular CVM SNC/SEP nº 02/2019, apresentamos abaixo os saldos comparativos do passivo de arrendamento:

	Taxa Média a.a.	2024	2023
Direito de Uso			
FCD Real x Taxa Nominal (CPC 06 e Metodologia aplicada)	10,47%	964.849	1.004.455
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)	10,47%	1.064.366	1.310.482
Passivo de Arrendamento			
FCD Real x Taxa Nominal (CPC 06 e Metodologia aplicada)		1.077.072	1.101.948
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)		1.045.905	1.294.461
Despesa Financeira			
FCD Real x Taxa Nominal (CPC 06 e Metodologia aplicada)		114.101	81.628
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)		28.970	85.585
Despesa de Depreciação			
FCD Real x Taxa Nominal (CPC 06 e Metodologia aplicada)		238.826	210.245
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)		42.442	163.181

II – Contratos não Enquadrados no IFRS 16/CPC 06 (R2)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a controlada Lojas Riachuelo possuía um total de 117 (109 contratos em 31 de dezembro de 2023) contratos de locação de lojas com características de composição de valor variável pagos a terceiros, cujo montante permaneceu na despesa com aluguéis operacionais somando o total de R$ 114.746 (R$ 133.807 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, os compromissos relacionados com estes contratos de aluguel variável, com base na projeção de venda futura da controlada, estão indicados abaixo:

Vencimento	Consolidado
2025	120.980
2026	117.833
2027	114.509
2028	95.304
2029	86.325
Demais anos	302.969
	837.920

Adicionalmente, a controlada Lojas Riachuelo possui 47 contratos de locação pagos a Controladora, detalhados na NE 37, que para fins de consolidação são eliminados do resultado.

23. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Política Contábil

São contabilizados de acordo com a sua natureza e competência, incluindo os pagamentos com férias, 13º salário e seus respectivos encargos, onde mensalmente reconhecemos 1/12 avos.

Participação nos lucros e bônus

O reconhecimento da participação nos lucros e resultado é usualmente efetuado no decorrer do exercício e ajustado no encerramento anual, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisão de férias e encargos	24.866	19.082	150.492	143.319
FGTS a recolher	1.719	1.764	12.121	11.622
INSS a recolher	8.019	6.193	44.065	38.793
Participações nos lucros	16.225	13.342	162.377	113.778
Outros	828	1.178	11.984	14.436
	51.657	**41.559**	**381.039**	**321.948**

24. OUTROS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Política Contábil

Referem-se ao pagamento dos impostos devidamente apurados por conta da geração das receitas, deduzidos de seus respectivos impostos a recuperar.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS	6.789	15.669	224.302	182.445
COFINS	3.458	3.948	13.962	11.961
PIS	750	857	2.522	2.092
Outros	430	258	15.147	16.506
	11.427	**20.732**	**255.933**	**213.004**

25. OBRIGAÇÕES COM ADMINISTRADORES DE CARTÕES

A controlada Lojas Riachuelo, por meio de sua controlada Midway Financeira, oferece o cartão embandeirado aos seus clientes com as bandeiras Visa e Mastercard. O saldo de R$ 2.662.054 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.360.150 em 31 de dezembro de 2023) representa as contas a pagar com as administradoras de cartão de crédito, decorrentes da utilização, pelos seus clientes, do cartão "*co-branded*" em transações de compra de produtos no varejo em geral, cujo o prazo médio de liquidação é de 27 dias da data da transação.

26. OUTROS PASSIVOS

	Nota nº	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Condomínios e locação de lojas		-	-	47.359	46.350
Partes relacionadas	31	2.460	1.238	-	-
Provisões de serviços de terceiros	(b)	215	1.295	38.050	25.576
Créditos de clientes	(d)	-	-	122.858	85.940
Fornecedores Market place		-	-	42.369	35.366
Prêmios a repassar	(c)	-	-	15.431	10.024
Provisão de honorários advocatícios		-	-	7.836	8.166
Programa de incentivos	(a)	-	-	138.793	169.372
Obrigações com colaboradores		-	-	1.451	2.210
Outros		89	220	48.797	50.740
		2.764	**2.753**	**462.944**	**433.744**
Circulante		**2.764**	**2.753**	**337.601**	**278.146**
Não Circulante		-	-	**125.343**	**155.598**
		2.764	**2.753**	**462.944**	**433.744**

(a) Programa de Incentivos: Refere-se a valores recebidos em 31 de dezembro de 2022 de *"Sign- on bonus"* da controlada indireta Midway Financeira nos contratos de Aliança estratégica com as Bandeiras Visa e Mastercard, que serão reconhecidos no resultado pelo período dos contratos.
(b) Refere-se basicamente a prestação de serviços de propaganda e publicidade e fretes;
(c) Refere-se ao repasse de seguros oferecidos pela controlada indireta Midway financeira;
(d) Refere-se substancialmente à créditos a repassar aos clientes da controlada indireta Midway financeira e da operação de *ominichannel* da controlada Lojas Riachuelo.

27. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

Política Contábil

As provisões para despesas e ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: i) O Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; ii) Seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) O valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor justo dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Demais obrigações que tenham como classificação a perda possível são apenas descritas em notas explicativas, sem o respectivo reconhecimento na contabilidade e remota não são necessariamente descritas, conforme norma contábil aplicada.

Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia a das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras e são suficientes para cobrir possíveis perdas.

(a) Composição do Saldo

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisão por natureza				
Trabalhistas	3.793	3.625	63.138	50.750
Fiscais	16.860	-	59.221	28.632
Cíveis	-	-	19.560	19.490
	20.653	**3.625**	**141.919**	**98.872**

(b) Mapa de Movimentação do Saldo

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis é a seguinte:

Controladora

	Fiscal	Trabalhista	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**-**	**4.462**	**4.462**
Constituição	-	1.162	1.162
Liquidação	-	(1.039)	(1.039)
Reversão	-	(960)	(960)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**-**	**3.625**	**3.625**
Constituição	16.860	1.273	18.133
Liquidação	-	(870)	(870)
Reversão	-	(235)	(235)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**16.860**	**3.793**	**20.653**

Consolidado

	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**28.201**	**45.342**	**23.149**	**96.692**
Constituição	3.968	26.589	27.154	57.711
Liquidação	(914)	(9.462)	(2.208)	(12.584)
Reversão	(3.952)	(11.719)	(28.605)	(44.276)
Encargos	1.329	-	-	1.329
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**28.632**	**50.750**	**19.490**	**98.872**
Constituição	40.725	39.971	19.147	99.843
Liquidação	(5.596)	(12.812)	(7.515)	(25.923)
Reversão	(4.880)	(14.771)	(11.562)	(31.213)
Encargos	340	-	-	340
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**59.221**	**63.138**	**19.560**	**141.919**

(c) Provisões de Natureza Cível e Trabalhista por Empresa

Os principais temas abordados nos processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, equiparação salarial e verbas rescisórias, entre outros. Os processos cíveis correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais, oriundos de seus clientes. A provisão para esses processos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. Os assessores jurídicos internos do grupo fazem a análise individual dos processos, levando em consideração o risco de perda e também se baseando em experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados. Abaixo demonstramos as Provisões de natureza cível e trabalhista por Empresa:

Provisão de natureza trabalhista e cível	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Midway Financeira	45.324	38.121
Lojas Riachuelo	33.108	28.477
Transportadora Casa Verde	473	18
Guararapes Confecções	3.793	3.624
	82.698	**70.240**

(d) Provisões de Natureza Fiscal por Empresa

Processos de natureza fiscal não provisionados	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Guararapes Confecções (*)	16.860	-
Lojas Riachuelo (**)	42.361	28.632
	59.221	**28.632**

(*) O valor de R$ 16.860 decorre das provisões relacionadas ao processo judicial que questiona a incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os incentivos fiscais do ICMS garantidos à controladora Guararapes Confecções SA, após a entrada em vigor da Lei nº 14.789/2023, que alterou a sistemática de tributação das subvenções para investimento.
(**) O valor de R$ 42.361 (R$ 28.632 em 31 de dezembro de 2023) provisionado é proveniente da Controlada Lojas Riachuelo S.A., sendo (i) R$ 4.145 (R$ 3.856 em 31 de dezembro de 2023) correspondente aos processos que questionam a inconstitucionalidade da cobrança do ICMS DIFAL por ausência de lei complementar, os quais foram ajuizados após a modulação dos efeitos da decisão proferida nos autos da ADI 5469 e no RE 1287019 (Tema 1093), proferida pelo Supremo Tribunal Federal, (ii) R$ 12.473 correspondente aos processos que questionam a inconstitucionalidade do ICMS DIFAL em Estados que não editaram uma nova lei estadual após o julgamento do Tema 1093; (iii) R$ 24.219 (R$ 24.776 em 31 de dezembro de 2023) correspondente aos créditos fiscais de PIS e da COFINS em relação às despesas com vale-transporte e vale-refeição dos funcionários das unidades administrativas; (iv) R$ 1.523 correspondente à adesão ao programa de pagamento e parcelamento incentivado de débitos fiscais relacionados com o ICMS devido ao Estado da Bahia, instituído por meio da Lei Estadual nº 14.761/24.

(e) Processos Administrativos e Judiciais não Provisionados

O Grupo possui processos tributários para os quais seus assessores jurídicos classificam a possibilidade de perda como possível, portanto não provisionados, conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas do IFRS.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Processos da natureza Fiscal	188.047	175.878	1.069.501	847.041
	188.047	**175.878**	**1.069.501**	**847.041**

Apresentamos abaixo a abertura dos processos de natureza fiscal não provisionados por Empresa:

Processos de natureza fiscal não provisionados	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Guararapes Confecções	188.047	175.878
Midway Financeira	35.037	43.591
Lojas Riachuelo	846.417	627.572
	1.069.501	**847.041**

(e1) Guararapes Confecções S.A.

O principal tema da controladora Guararapes Confecções S.A. envolve processos tributários em trâmite na esfera administrativa referentes a pedidos de compensação de tributos federais pendentes de homologação. O valor envolvido, com a aplicação de juros e multa de mora, até 31 de dezembro de 2024, perfaz o montante de R$ 55.642 (R$ 56.043 em 31 de dezembro de 2023), conforme extratos disponibilizados no sítio eletrônico da RFB. A controladora Guararapes Confecções S.A. sofreu auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, decorrente de divergência na metodologia de cálculo do lucro da exploração, com imposição de multa isolada, nos exercícios de 2010 a 2011, cujo valor histórico perfaz o montante de R$ 79.778. O valor atualizado, que remanesce em discussão, até 31 de dezembro de 2024, perfaz o montante de R$ 69.555 (R$ 66.021 em 31 de dezembro de 2023), conforme extrato obtido no sítio eletrônico da RFB. Atualmente o caso encontra-se na esfera judicial aguardando julgamento pelo STJ do recurso apresentado pela controladora. A controladora Guararapes Confecções S.A. sofreu auto de infração tendo como único objeto a não exclusão das receitas de aluguéis da base de cálculo do lucro da exploração, lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos exercícios de 2000 a 2004, o qual a Administração do Grupo entende, conforme parecer de seus assessores legais, que a possibilidade de perda é remota e, assim, nenhuma provisão foi constituída. O valor histórico perfaz o montante de R$ 111.775, sendo que o valor atualizado envolvido na discussão, até 31 de dezembro de 2024, é de R$ 274.811 (R$ 265.583 em 31 de dezembro de 2023), conforme extratos obtidos no sítio eletrônico da RFB. Com o encerramento da discussão na esfera administrativa, a controladora ingressou com medida judicial, que se encontra pendente de julgamento. A controladora Guararapes Confecções S.A. sofreu três autuações, as quais veiculam cobrança a título de IRPJ e CSLL, dentre os principais temas, abarca questões relativas a discussão sobre imposição de multa relacionadas a apuração das estimativas mensais. O valor envolvido na discussão, até 31 de dezembro de 2024, com prognóstico de perda possível, perfaz o montante de R$ 22.644 (R$ 22.790 em 31 de dezembro de 2023), conforme extrato disponibilizado no sítio eletrônico da RFB.

(e2) Midway S/A – Crédito, Financiamento e Investimento

IRPJ e CSLL – Dedutibilidade de Gratificações

A Controlada indireta Midway S/A – Crédito, Financiamento e Investimento sofreu duas autuações, as quais veiculam cobrança a título de IRPJ e CSLL, dentre os principais temas, abarca questão relativa às deduções realizadas a título de gratificações pagas aos seus funcionários. O valor envolvido, até 31 de dezembro de 2024, perfaz o montante de R$ 7.641 (R$ 7.158 em 31 de dezembro de 2023), conforme extrato disponibilizado no sítio eletrônico da RFB. Atualmente, aguarda-se o julgamento de recurso apresentado pela Controlada indireta Midway S/A – Crédito, Financiamento e Investimento.

Pedidos de compensação de tributos federais

A Controlada indireta Midway S/A – Crédito, Financiamento e Investimento possui processos tributários em trâmite na esfera administrativa referentes a pedidos de compensação de tributos federais pendentes de homologação. O valor envolvido, com a aplicação de juros e multa de mora, até 31 de dezembro de 2024, perfaz o montante de R$ 27.396 (R$ 36.407 em 31 de dezembro de 2023).

(e3) Lojas Riachuelo S.A.

PIS "Semestralidade"

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui autuações relativas a compensações realizadas com base em decisões judiciais favoráveis já transitadas em julgado versando sobre a constitucionalidade dos Decretos –Lei 2445/88 e 2449/88. Com o encerramento da discussão de mérito de um dos processos, remanesce na esfera administrativa o valor de R$ 7.867 (R$ 7.629 em 31 de dezembro de 2023), já incluído juros e multa de mora, conforme extrato disponibilizado no sítio eletrônico da RFB.

PIS/COFINS – Não Cumulatividade

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. realizou a tomada de créditos de PIS e COFINS sob o regime não-cumulativo de apuração, os quais foram glosados pela Secretaria da Receita Federal – SRF mediante a lavratura de autos de infração, cujo valor exigido com a aplicação de juros e multa de mora perfaz o montante de R$ 244.254 (R$ 204.193 em 31 de dezembro de 2023), de R$ 157.612 (R$ 147.137 em 31 de dezembro de 2023) e de R$ 136.748, conforme extrato disponibilizado no sítio eletrônico da RFB.

PIS/COFINS/II

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui autuação em virtude de suposta divergência na base de cálculo do PIS, da COFINS e do Imposto de Importação (II) nas operações de importações de mercadorias, cujos valores exigidos com a aplicação de juros e multa de mora perfazem o montante de R$ 11.078 (R$ 9.940 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente, a discussão encontra-se suspensa, aguardando julgamento do recurso de ofício apresentado pela Fazenda.

Contribuições Previdenciárias

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui autuação em virtude de suposta divergência no pagamento das contribuições previdenciárias incidentes sobre o programa de Participação nos Lucros e Resultados – PLR. O valor envolvido com a aplicação de juros e multa de mora perfaz o montante de R$ 20.776 (R$ 16.419 em 31 de dezembro de 2023), conforme extrato obtido no sítio eletrônico da RFB.

continua...

...continuação

guararapes
GUARARAPES CONFECÇÕES S/A
RIACHUELO Midway
GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS
CNPJ 08.402.943/0001-52 - I.E 20.001.611-3
Rodovia BR 101 Norte, nº 9.000, Anexo Guararapes Confecções
N. Sra. Apresentação, Natal, RN, Brasil, CEP 59115-900
Telefone +55 (11) 2281-2137 ou +55 (11) 2971-7420

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com o encerramento da discussão na esfera administrativa, a Controlada Lojas Riachuelo S.A. ingressou com medida judicial, que se encontra pendente de julgamento, bem como o valor envolvido se encontra devidamente garantido por meio de seguro garantia.

ICMS – Base de Cálculo
A Controlada Lojas Riachuelo S.A. sofreu autuações por parte da Fazenda do Estado da Bahia em decorrência de suposta divergência na base de cálculo do ICMS nas operações de transferências entre Centro de Distribuição e Filiais. Os processos estão em discussão nas esferas judicial e administrativa e os valores envolvidos com a aplicação de juros e multa de mora perfazem o montante de, respectivamente, R$ 17.416 e R$ 10.167 (R$ 19.812 e R$ 9.719 em 31 de dezembro de 2023), conforme extratos obtidos no sítio eletrônico da SEFAZ/BA. Há ainda processos judiciais relativos a essa mesma operação envolvendo supostas divergências de estoque que perfazem o montante de R$ 8.676 (R$ 8.881 em 31 de dezembro de 2023) conforme extratos obtidos no sítio eletrônico da SEFAZ/BA.

ICMS – Diversos
A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui autuações por parte dos Fiscos Estaduais envolvendo seus diversos estabelecimentos relacionados à antecipação tributária, supostas divergências de estoques, creditamento indevido e descumprimento de obrigações acessórias, sendo que há processos nas fases administrativa e judicial. O valor envolvido, com a aplicação de juros e multa de mora, perfaz o montante de R$ 108.476 (R$ 110.683 em 31 de dezembro de 2023).

ICMS – Importação
A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui discussão judicial relativa ao creditamento de ICMS em operação de importação, devidamente garantida por carta de fiança, atualmente aguardando julgamento. O montante envolvido com a aplicação de juros e multa de mora perfaz o montante de R$ 43.955 (R$ 42.605 em 31 de dezembro de 2023), conforme extrato obtido no sítio eletrônico da PGE/SP.

ICMS-DIFAL – Lei Complementar 190/2022 – Violação do Princípio da Anterioridade
A Controlada Lojas Riachuelo S.A., por entender que a LC 190/2022 de 04 de janeiro de 2022 violou o princípio da anterioridade nonagesimal e anual, ingressou com medidas judiciais para questionar essa cobrança no decorrer do exercício de 2022. No bojo dessas medidas judiciais, a Controlada Lojas Riachuelo S.A. realizou depósitos judiciais, que, em 31 de dezembro de 2024, perfazem o montante de R$ 21.654 (R$ 21.864 em 31 de dezembro de 2024).

Pedidos de compensação de tributos federais
A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui processos tributários em trâmite na esfera administrativa referentes a pedidos de compensação de tributos federais pendentes de homologação. O valor envolvido, com a aplicação de juros e multa de mora, até 31 de dezembro de 2024, perfaz o montante de R$ 27.467.

PIS/COFINS – Créditos
Atendendo ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2021, no que diz respeito aos créditos fiscais de PIS e da COFINS reconhecidos em suas demonstrações financeiras, a Companhia e sua controlada Lojas Riachuelo, embasadas nos pareceres de seus assessores jurídicos, que foram elaborados levando em conta os critérios da essencialidade ou da relevância da despesa para o desenvolvimento da atividade econômica do contribuinte definidos pelo STJ (RESP 1.221.170/PR), informa que reconhece apenas créditos fiscais apurados nos moldes acima delimitados, o que, portanto, permite-lhe manifestar validamente seu direito, bem como proceder à mensuração confiável do respectivo valor. Considerando, ainda, que a probabilidade de saída de recursos em virtude da apropriação de tais créditos é possível ou remota, não houve constituição de nenhuma provisão, nos termos do CPC 25/IAS 37.

(f) Depósitos Judiciais
Os tributos e as obrigações trabalhistas e cível, discutidos nas esferas administrativas e judiciais garantidos por depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS - Difal (a)	-	-	44.292	36.133
ICMS - Execução fiscal (b)	-	-	-	5.596
Fiscal/INSS	-	72	554	626
Cível/Trabalhista	1.167	2.013	6.163	7.241
Outros Depósitos	-	-	3.083	3.151
	1.167	**2.085**	**54.092**	**52.747**

(a) ICMS-Difal: Em dezembro de 2024, a Controlada Lojas Riachuelo S/A possuía depositado o montante de R$ 44.292 (R$ 36.133 em 31 de dezembro de 2023).
(b) ICMS: Em setembro de 2009, foi ajuizada execução fiscal contra a Controlada Lojas Riachuelo S.A., visando à cobrança do valor de R$ 5.596 a título de ICMS decorrente de divergências de estoque. No decorrer do ano de 2024, em razão de decisão desfavorável, o depósito judicial foi levantado pela Fazenda do Estado do Rio de Janeiro com a consequente extinção do processo.

Mapa de movimentação do saldo

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.736**	**188.609**
Depósitos	80	11.099
Baixa de depósito	(759)	(148.107)
Atualização monetária	28	1.146
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.085**	**52.747**
Depósitos	75	20.379
Baixa de depósito	(993)	(19.034)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.167**	**54.092**

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Política Contábil
As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos
Tributos Diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para a controlada indireta Midway Financeira a alíquota para a contribuição social em 2024 é de 15%.

		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais	(a)	193.834	193.834	839.932	876.753
Provisão para perdas de créditos esperadas		539	600	227.979	221.994
Provisão para riscos trabalhista, fiscais e cíveis		1.290	1.232	12.693	13.467
Diferenças temporais - CPC		28.198	19.683	145.639	110.029
Lucro nos Estoques		-	-	3.810	2.836
Total Ativo Diferido	(b)	**223.861**	**215.349**	**1.230.053**	**1.225.079**
Custo Atribuído		39.066	40.229	39.066	40.229
Diferença de taxas de depreciação		21.902	21.091	33.471	34.128
Total Passivo Diferido		**60.968**	**61.320**	**72.537**	**74.357**
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Líquidos Ativo		**162.893**	**154.029**	**1.157.516**	**1.150.722**

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal por empresa:

	Consolidado	
	2024	2023
Lojas Riachuelo	598.295	598.295
Guararapes Confecções	193.834	193.834
Midway Financeira	47.642	84.624
Transportadora Casa Verde	161	-
	839.932	**876.753**

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa não registrados no montante de R$ 35.030, referente a uma base de cálculo de R$ 103.029 (R$ 43.253 referente a uma base de R$ 127.212 em 31 de dezembro de 2023). A controlada Lojas Riachuelo também possui IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa não registrados, no montante de R$ 51.551, referente a uma base de cálculo de R$ 151.620 (R$ 45.841 referente a uma base de R$ 134.837 em 31 de dezembro de 2023). A Administração entende que as projeções de resultado não apresentam base tributável para realização dos respectivos impostos diferidos. A expectativa de realização dos impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais da Companhia e de suas controladas é atualizada anualmente, conforme previsto na CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro. A expectativa de realização em 31 de dezembro de 2024 é de 9 anos na Controladora, 9 anos para a controlada Lojas Riachuelo, e em até 2 anos para a controlada indireta Midway Financeira.

(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferido ativo por empresa:

	Consolidado	
	2024	2023
Lojas Riachuelo	688.613	670.970
Guararapes Confecções	227.672	218.186
Midway Financeira	313.607	335.917
Transportadora Casa Verde	161	6
	1.230.053	**1.225.079**

Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social
As despesas do imposto de renda e da contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 estão reconciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	243.677	(64.618)	361.945	(21.214)
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, nominais	**(82.850)**	**21.970**	**(123.061)**	**7.213**
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	64.999	(12.974)	-	-
Diferença de alíquota nominal	-	10.238	(43.320)	2.494
Incentivos fiscais - IR	1.196	-	1.196	-
Incentivos fiscais - ICMS	-	30.516	-	30.516
Despesas Indedutíveis	(106)	8	(1.977)	(63)
Lucros nos estoques	-	-	(1.590)	4.471
Prejuízos anteriores (Compensação de prejuízos Fiscais)	8.222	-	39.856	-
IRPJ e CSSL sobre prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	-	(19.400)	(5.685)	(65.241)
Atualização de processos judiciais juros selic	-	-	4.900	7.587
Incentivos de inovação tecnológica - Lei do bem	-	-	4.874	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado (corrente e diferido)	**(8.539)**	**30.358**	**(126.807)**	**(13.023)**
Imposto de renda e contribuição social efetivos:				
Corrente	(17.403)	-	(133.617)	(36.839)
Diferido	8.864	30.358	6.810	23.793
	(8.539)	**30.358**	**(126.807)**	**(13.046)**
Alíquota Efetiva	**-3,50%**	**-46,98%**	**-35,03%**	**61,50%**

Imposto de Renda e Contribuição Social Passivos
Segue abaixo a reconciliação do pagamento de IRPJ e CSLL:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	17.403	-	133.617	36.839
IRPJ e CSLL provisionados (*)	(8.234)	-	(8.234)	-
Provisão de IRRF Assalariado, Diversos e IRPJ e CSLL Estimativas	-	-	(225)	-
IRRF e CSLL Estimativas pago a maior	(2.244)	-	(2.244)	(28.388)
Pagamentos antecipados	(3.259)	-	(105.713)	(33.248)
Compensação IRPJ e CSLL	-	-	-	972
Imposto de renda e contribuição social a recolher anterior	-	-	3.783	27.608
Imposto de renda e contribuição social a recolher	**3.666**	**-**	**20.984**	**3.783**

(*) O valor de R$ 8.234 decorre da provisão relacionada ao processo judicial que questiona a incidência de IRPJ/CSLL sobre os incentivos fiscais do ICMS garantidos à controladora Guararapes Confecções SA, após a entrada em vigor da Lei nº 14.789/2023, que alterou a sistemática de tributação das subvenções para investimento.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
29.1. Capital Social
O capital social subscrito e integralizado de R$ 3.100.000 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está representado por 499.200.000 ações nominativas escriturais sendo totalmente integralizadas em ações ordinárias, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de acionistas da Companhia a ser realizada em 30 de abril de 2025.

Composição com destaque dos principais acionistas em 31 de dezembro de 2024

Acionista	Escritural Ordinária	%
LISIANE GURGEL ROCHA	139.264.056	27,90
ELVIO GURGEL ROCHA	137.310.416	27,50
FLAVIO GURGEL ROCHA	136.510.408	27,35
OUTROS	86.115.120	17,25
	499.200.000	**100,00**

O capital social da Companhia é dividido em:
- **Ações ordinárias**

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

29.2. Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio
Política Contábil
Ao final de cada exercício, os acionistas da Companhia terão direito a receber um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício, previsto nos termos do art. 202 da Lei das S.A.. A Companhia poderá optar pela distribuição de juros sobre capital próprio como substituto, parcial ou totalmente, de dividendos. As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são reconhecidas como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral / Conselho de Administração.

Prescrição do Direito aos Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio
Para reclamar dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio referentes às suas ações, os acionistas têm prazo de 3 anos, contados da data em que os dividendos ou juros sobre capital próprio tenham sido postos a sua disposição. Após expirado este prazo, o valor dos dividendos ou juros sobre capital próprio não reclamados reverterão em favor da Companhia.

(a) Dividendos
Em dezembro de 2024 a Administração da Companhia decidiu por realocar os dividendos intermediários distribuídos e aprovados pelo Conselho de Administração em 20 de maio de 2024, à conta de reserva de lucros acumulados, pelo montante de R$ 60.003, para dividendos distribuídos no exercício e à conta de lucro do exercício. Tais dividendos são correspondentes a R$0,1202 por ação, considerando a quantidade de 499.197.440 ações ordinárias, das quais já foram excluídas as ações em tesouraria e seu pagamento foi efetuado da seguinte forma: R$ 30.002 em 04 de junho de 2024 e R$ 30.001 em 04 de dezembro de 2024.
Demonstrativo do cálculo do dividendo sobre o resultado apurado em 2024:

	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	235.138	(34.260)
Constituição de reserva legal	(11.757)	-
Base de cálculo do dividendo	**223.381**	**(34.260)**
Percentual sobre a base de cálculo - %	25,0%	25,0%
Dividendo mínimo obrigatório	**55.845**	**-**

Comparação do dividendo distribuído com apuração dos dividendos mínimos obrigatórios:

	2024
Dividendos apurados	55.845
Dividendos distribuído	(60.003)
Complemento de dividendos	**-**

Demonstramos a movimentação dos dividendos a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	**-**	**78**
Provisão de dividendos	60.003	-
Pagamento de Dividendos	(59.785)	-
Dividendos prescritos	-	(78)
Saldo final	**218**	**-**

(b) Juros sobre o capital próprio
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração da Companhia decidiu pela não distribuição de juros sobre o capital próprio (JCP) aos seus acionistas. Demonstramos a movimentação dos juros sobre capital próprio a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	**2.587**	**63.569**
Pagamentos de juros sobre capital próprio	(12)	(60.136)
Prescrição de juros sobre capital próprio	(970)	(846)
Saldo final	**1.605**	**2.587**

Em conformidade com o Art. 4º-A da Lei nº 6.404/76, as ações em circulação no mercado estão custodiadas no Banco Itaú S.A.

29.3. Reservas de Lucros
Reserva legal
A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva de incentivos fiscais oriundas da SUDENE, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia, o saldo atual acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 253.881 (R$ 242.124 em 31 de dezembro de 2023).

Reserva de investimentos
Os lucros do exercício são transferidos para a conta de reserva de investimentos após as apropriações da reserva de incentivos fiscais (SUDENE), reserva legal e a atribuição dos juros sobre capital próprio e dividendos obrigatórios distribuídos aos acionistas, de acordo com o orçamento de capital da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral no ano seguinte. O saldo acumulado da reserva de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 1.413.550 (R$ 1.246.704 em 31 de dezembro de 2023).

Reserva de incentivos fiscais
A Companhia e sua controlada Lojas Riachuelo gozam de incentivos fiscais, tais como SUDENE (redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados na unidade fabril), ICMS concedido pelo governo estadual do Rio Grande do Norte – PROEDI (crédito presumido equivalente de 75% a 95% do valor do ICMS a recolher), e o incentivo TTD 409 previsto no Regulamento do ICMS de Santa Catarina (crédito presumido para as operações de importação resultando numa tributação efetiva de 1,4%). Recentemente foi sancionada a Lei nº 14.789/2023, segundo a qual, a partir de 1º de janeiro de 2024, os benefícios fiscais de ICMS deveriam passar a compor as bases de cálculo do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Com este novo regramento, a legislação deixou de exigir a constituição de reserva de incentivos fiscais. Cumpre informar que a Companhia obteve decisão liminar autorizando a não tributação desses incentivos pelo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, tendo sido constituído provisão, conforme consta na NE 27 d.

29.4. Ajuste de Avaliação Patrimonial
Refere-se ao ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial das CPCs (1º de janeiro de 2009). Esta rubrica é realizada na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia e em 31 de dezembro de 2024 somava R$ 75.834 (R$ 78.093 em 31 de dezembro de 2023).

29.5. Outros Resultados Abrangentes
Referem-se aos ativos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo mantido pela controlada indireta Midway Financeira, conforme NE 4.3 e em 31 de dezembro de 2024 somava -R$ 33 (- R$ 56 em 31 de dezembro de 2023).

29.6. Plano de Pagamento Baseado em Ações
De acordo com o plano aprovado em Assembleia, os contratos foram celebrados entre as Companhias do Grupo e seus executivos com base na entrega de Instrumentos Patrimoniais com a outorga de Opções de Ações, cujo valor justo desses instrumentos foram calculados pelo modelo de precificação *Black&Scholes*, onde a Companhia e suas controladas passam a reconhecer a despesa do custo das ações concedidas a partir de sua outorga até as datas de suas opções, conforme previsto em contrato, onde esses executivos poderão ou não exercer ao direito de compra dessas ações. A Companhia e suas controladas adotaram em 2019, como forma de remuneração de seus principais executivos, um Plano de Opção de Compra de Ações, dando a oportunidade de se tornarem seus acionistas, buscando uma maior retenção e alinhamento dos interesses destes administradores e empregados com os interesses dos acionistas, sempre com vistas ao desenvolvimento dos objetivos sociais da Companhia.

a) Características Relevantes do Plano
Como características mais relevantes do Plano, pode-se destacar: (i) a outorga de opções deve respeitar o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações do capital social da Companhia, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas; (ii) a gestão do Plano será de responsabilidade do Conselho de Administração; (iii) o número de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever foram estabelecidos em seus contratos, assim como todas as condições estabelecidas no Plano, sempre respeitando os limites previstos no item (i); (iv) as opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados nos Programas e nos respectivos contratos; (v) se até a data limite o executivo não apresentar o Termo de Exercício de Opção, as opções não exercidas serão automaticamente extintas e sem direito a indenização; (vi) o preço das ações será equivalente à média ponderada por volume das cotações de fechamento das ações dos últimos 40 pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração e/ou acrescido de juros, conforme taxa determinada pelo Conselho de Administração, ou, ainda, podendo o Conselho de Administração optar por aplicar um desconto de até 10% sobre a referida média a título de estímulo à aquisição das ações; (vii) em casos de término de contrato de trabalho as ações cujas opções ainda não foram exercidas caducarão sem indenização.

b) Outorgas
As outorgas distribuídas pela Companhia à seus beneficiários foram divididas em 3 lotes, cada um deles sujeitos a um prazo de carência. O preço de exercício para cada opção corresponde à média ponderada por volume das cotações de fechamento de uma ação ordinária da Companhia nos pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, acrescida de um desconto de 1,52% concedido pelo Conselho de Administração conforme limite previsto no Plano. Devido a redução do preço da ação, o Conselho de Administração aprovou a mudança do valor da opção para os executivos que ainda permaneciam na Companhia, conforme previsto no IFRS 2/CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, sem nenhum prejuízo a seus colaboradores, cuja opção passou a ser R$ 10,45 e R$ 8,31, conforme quadro abaixo. As outorgas distribuídas pela Companhia a seus beneficiários perfazem um total de 20.038 (16.986 em 31 de dezembro de 2023) opções distribuídas em 31 de dezembro de 2024:

Outorga	Data Início Opção	Data Fim Opção	Opções Aprovadas (em milhares)	Valor Justo	Valor na Opção de Compra
01/01/2020	01/01/2023	31/12/2025	10.808	6,74	20,00
01/01/2020	01/01/2023	31/12/2025	5.908	2,14	(*) 10,45
01/06/2021	01/01/2024	31/12/2026	102	2,73	17,44
01/09/2021	01/01/2024	31/12/2026	23	2,73	18,08
30/05/2022	01/01/2024	31/12/2026	250	2,44	9,38
01/09/2022	01/01/2024	31/12/2026	292	2,73	8,31
31/03/2023	01/01/2024	31/12/2026	2.738	2,64	4,51
26/07/2023	01/01/2025	31/12/2028	309	5,05	6,53
16/09/2023	01/01/2025	31/12/2028	1.208	3,79	6,83
22/11/2023	01/01/2025	31/12/2028	331	3,99	5,20
16/01/2024	01/01/2026	31/12/2029	201	4,00	6,30
28/03/2024	01/01/2026	31/12/2029	3.565	4,31	6,44
15/07/2024	01/01/2026	31/12/2029	211	4,74	7,15

(*) Refere-se à aditivos da primeira outorga, onde parte dos contratos sofreram redução no Valor de Opção de compra, de R$ 20,00 para R$ 10,45.

c) Movimentação das Opções Distribuídas

	Quantidade de ações (em milhares)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**13.029**
Outorgas adicionais	5.089
Outorgas canceladas	(1.132)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**16.986**
Outorgas adicionais	3.977
Outorgas canceladas	(925)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**20.038**

(*) As outorgas canceladas referem-se a colaboradores desligados.
O resultado consolidado com plano de opção de compra de ações totalizou, em 31 de dezembro de 2024 R$ 5.297 (-R$ 2.949 em 31 de dezembro de 2023).

30. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA
Política Contábil
O Grupo possui planos de previdência complementar desde dezembro de 2011, que atualmente são administrados pelo Bradesco Vida e Previdência, sem nenhum ônus aos seus colaboradores. As contribuições para o plano de previdência são realizadas no Bradesco Vida e Previdência de forma obrigatória, contratual ou voluntária. O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. Este benefício tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes e aos seus beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o estabelecido em contrato. O plano é de contribuição definida e é aberto para a participação de todos os funcionários, mediante desconto em folha de pagamento. Por ser um plano de contribuição definida, possíveis riscos atuariais (riscos de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e os riscos de investimento (risco de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelos empregados e não pela Companhia, além de não possuir nenhum benefício pós-aposentadoria. As contribuições efetuadas pela Companhia e suas controladas e pelos participantes estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contribuição da companhia	709	744	8.850	8.188
Contribuições dos funcionários	761	752	9.166	8.576
	1.470	**1.496**	**18.016**	**16.764**

31. PARTES RELACIONADAS
Política Contábil
São as operações em que haja transferência de recursos, serviços ou obrigações entre pessoas jurídicas controladas pelo Grupo Guararapes, conforme listadas na NE 6, ou pessoas físicas que: for membro do pessoal chave da Administração ou do controlador da Companhia, que tiverem o controle pleno ou compartilhado e/ou influência significativa sobre a Companhia. As operações e negócios da Companhia com Partes Relacionadas deverão seguir os padrões de mercado e, quando necessário, ser amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições, termos e estrito interesse da Companhia em sua realização. Ainda deverão ter caráter estritamente comutativo, ou seja, não devem onerar desproporcionalmente as partes contratantes.

(i) Saldos na controladora

		Nota nº	Controladora 2024	Controladora 2023
ATIVO CIRCULANTE				
Títulos e valores mobiliários				
Lojas Riachuelo	(a)	12	85.658	358.493
Outras contas a receber				
- Aluguel e outros				
Lojas Riachuelo	(b)		6.783	6.201
Transportadora Casa Verde	(b)		-	1
Midwest Estacionamento			2	4
- Distibuição de dividendos				
Lojas Riachuelo	(c)	31.iii	28.763	13.613
Midway Shopping Center	(c)	31.iii	46.758	12.086
Transportadora Casa Verde	(c)	31.iii	686	928
Midwest Estacionamento	(c)	31.iii	4.600	10.231
			87.592	**43.064**
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Plano de Opções de compra de ações				
Lojas Riachurelo S.A.	(d)		33.078	30.056
Midway Financeira S.A.	(d)		15.775	15.268
Midway Shopping Center	(d)		1.578	1.443
			50.431	**46.767**
PASSIVO CIRCULANTE				
Outros passivos				
Transportadora Casa Verde Ltda.	(e)	26	2.460	1.238

		Nota nº	Controladora 2024	Controladora 2023
RESULTADO				
Receitas de vendas				
Lojas Riachuelo - Vendas	(a)	32	1.561.889	1.285.820
Outras Receitas (despesas)				
Lojas Riachuelo - Aluguel e outros	(b)	34	40.674	38.526
Transportadora Casa Verde Ltda. - Aluguel	(b)	34	8	6
Resultado financeiros				
Midway Financeira S.A.	(f)		-	32.008
Lojas Riachuelo - Descontos concedidos	(b)	35	(23.110)	-
			1.579.461	**1.356.360**

(ii) Saldos no Consolidado

		Nota nº	Consolidado 2024	Consolidado 2023
PASSIVO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	(g)			
Condomínio Shopping Center Midway Mall			12.555	14.464
Conselheiros e Diretoria Executiva - pessoa física			26.024	324.385
		20	**38.579**	**338.849**

Segue abaixo o detalhamento da natureza do saldo e das transações dos quadros acima:
(a) Refere-se a transações de vendas de produtos de vestuário. As vendas para as Lojas Riachuelo são realizadas com prazos de vencimentos entre 90 e 120 dias. Adicionalmente, no contexto de estrutura verticalizada do Grupo, todas as vendas da controladora são destinadas exclusivamente para as Lojas Riachuelo;
(b) Corresponde aos rendimentos auferidos com locação de imóveis à controlada Lojas Riachuelo e Transportadora Casa Verde e aos descontos concedidos à Lojas Riachuelo pela antecipação de duplicatas;
(c) Refere-se ao valor do lucro a distribuir da respectiva Controlada, à Controladora;
(d) Refere-se ao valor das outorgas distribuídas pela Companhia, à suas controladas;
(e) Refere-se a transações de serviços de frete;
(f) Referem-se aos juros sobre os títulos e valores mobiliários da Companhia mantidos com a controlada indireta Midway Financeira.
(g) Refere-se a Letras de câmbio, empréstimos tomados pela controlada indireta Midway Financeira, junto às pessoas jurídicas e físicas com juros de 115% do CDI com conversibilidade imediata.

(iii) Distribuição dos Lucros das Controladas

	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Ltda.	Midwest Estacion. Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento	Total
31 de dezembro de 2022	**13.613**	**36.529**	**-**	**613**	**-**	**50.755**
Lucros Distribuídos	-	48.463	10.231	315	-	59.009
Recebimento ano anterior	-	(36.529)	-	-	-	(36.529)
Recebimento antecipado	-	(36.377)	-	-	-	(36.377)
Total recebimentos	-	(72.906)	-	-	-	(72.906)
31 de dezembro de 2023	**13.613**	**12.086**	**10.231**	**928**	**-**	**36.858**
Lucros Distribuídos	148.763	57.358	-	686	10	206.817
Recebimento ano anterior	(13.613)	(12.086)	(5.631)	(928)	-	(32.258)
Recebimento antecipado (*)	(120.000)	(10.600)	-	-	(10)	(130.610)
Total recebimentos	(133.613)	(22.686)	(5.631)	(928)	(10)	(162.868)
31 de dezembro de 2024	**28.763**	**46.758**	**4.600**	**686**	**-**	**80.807**

(*) Em Setembro de 2024, a Companhia recebeu dividendos, distribuídos da reserva de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2023, de sua controlada Lojas Riachuelo no montante de R$ 120.000.
Em Maio de 2024, a Companhia recebeu dividendos, distribuídos da reserva de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2023, de sua controlada indireta Midway Financeira no montante de R$ 10.

(iv) Divulgação de remuneração aos administradores
Os membros de conselho de administração e conselho fiscal da Companhia recebem honorários mensais fixos, já os membros da diretoria estatutária, além da remuneração fixa, também possuem remuneração variável, que é representada por: prêmios por atingimento de metas, bônus e incentivos de longo prazo. A remuneração dos diretores e membros da Administração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Remuneração	2024	2023	2024	2023
Do Conselho de Administração	6.192	6.397	6.192	6.397
Da Diretoria - Remuneração fixa	5.288	4.821	13.850	10.372
Da Diretoria - Remuneração variável	13.258	16.783	33.113	26.050
Do Conselho Fiscal	608	590	608	590
	25.346	**28.591**	**53.763**	**43.409**

32. RECEITA LÍQUIDA
Política Contábil
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo, atendendo IFRS 15/CPC 47. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o seu valor for mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia-se nas suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. Os critérios utilizados pelo Grupo no reconhecimento da receita de venda de produtos ocorrem quando as seguintes condições forem satisfeitas:
- Nas vendas da controlada Lojas Riachuelo em lojas físicas, a receita é reconhecida quando uma venda é realizada e entregue ao cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro, PIX ou por meio de cartão *private label* e de terceiros.
- Nas operações do e-commerce da Controlada Lojas Riachuelo o reconhecimento da venda é quando a mercadoria for recebida pelo cliente, e na devolução existe um acompanhamento do seu percentual sobre a venda total, que em 2024 foi de 2,77% (3,09% em 31 de dezembro de 2023), não necessitando de constituição de provisão para desfazimento da venda;

Na controlada indireta Midway Financeira, as receitas e as despesas das operações estão registradas de acordo com o regime de competência. O registro das operações com taxas prefixadas ocorre pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro estão apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos, enquanto o registro das receitas e despesas de natureza financeira ocorre pelo critério *pro rata* dia. As receitas com serviços prestados são diferidas e reconhecidas somente no período de sua competência.
A reconciliação entre as vendas brutas e a receitas líquidas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita bruta				
Vendas no atacado	1.561.889	1.285.858	1.577	38
Vendas no varejo	-	-	10.187.746	9.118.452
Operações de crédito	-	-	2.432.441	2.369.344
Locação de lojas	-	-	100.106	95.520
Serviços de transportes	-	-	237	210
Estacionamento	-	-	22.679	19.269
Outros	-	-	12.493	14.446
A.V.P. - contas a receber (-)	-	-	(17.101)	(16.756)
	1.561.889	**1.285.858**	**12.740.178**	**11.600.523**
Deduções da receita bruta				
ICMS	(205.412)	(191.253)	(1.680.388)	(1.447.900)
ICMS – Incentivo fiscal	91.861	89.752	125.190	89.752
IPI	(8.517)	(7.496)	-	-
COFINS	(90.035)	(80.454)	(630.060)	(589.198)
PIS	(19.547)	(17.467)	(131.713)	(122.559)
INSS	(34.374)	(28.171)	-	-
ISS	-	-	(27.626)	(26.236)
Devoluções de vendas e outros abatimentos	(6.306)	(5.569)	(760.289)	(707.995)
Outros	-	-	(1.085)	(1.001)
	(272.330)	**(240.658)**	**(3.105.971)**	**(2.805.137)**
Receita Líquida	**1.289.559**	**1.045.200**	**9.634.207**	**8.795.386**

Para fins de Demonstração do Valor Adicionado, de acordo com a NBC T 3.7, a receita bruta deve ser apresentada deduzidas as linhas de devoluções de venda, os abatimentos incondicionais e os cancelamentos.

33. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS, SERVIÇOS PRESTADOS, DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS
Política Contábil
Custos dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados
Para a controladora referem-se aos gastos relacionados à aquisição de matéria-prima, mão de obra e outros custos diretos e indiretos, esse último atribuído através de rateio, utilizados para produção, líquidos de seus devidos impostos. Para as controladas, referem-se aos custos de aquisição de mercadorias ou diretamente relacionados aos serviços prestados, sempre registrados ao mesmo tempo em que são incorridas as receitas, utilizando o mesmo regime de competência.

Custo com Capacidade Ociosa
Ocorre na Companhia quando os custos fixos de uma determinada unidade de produção não são absorvidos em sua totalidade pelos seus produtos produzidos. Assim reconhecemos o custo de ociosidade na linha de Custos com Capacidade Ociosa, uma vez que esse número deve compor o cálculo da Margem Líquida da Companhia, entretanto não é atribuído a nenhum produto específico.

Despesas com Vendas
Referem-se aos gastos diretamente relacionados à realização das vendas de produtos e serviços das empresas do Grupo, reconhecidos pelo regime de competência, sempre em detrimento do reconhecimento da receita.

Despesas Gerais e Administrativas
Referem-se aos demais gastos do Grupo, reconhecidos pelo regime de competência, sempre em detrimento do reconhecimento da receita.

33.1. Custos dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados				
Mercadoria para revenda	(135.284)	(65.011)	(3.532.560)	(3.268.876)
Matéria-prima	(489.467)	(437.571)	-	-
Pessoal	(238.639)	(208.093)	-	-
Depreciação e amortização	(17.982)	(20.905)	-	-
Custo das operações financeiras (a)	-	-	(404.371)	(361.078)
Outros custos (b)	(74.381)	(67.591)	(33.297)	(19.209)
Custo com capacidade ociosa (c)	(16.740)	(26.650)	(16.740)	(26.650)
A.V.P. - Contas a pagar (-)	-	-	34.548	21.820
	(972.493)	**(825.821)**	**(3.952.420)**	**(3.653.993)**

(a) O aumento do custo das operações financeiras deve-se aos descontos concedidos nas negociações efetuadas através do Programa Desenrola Brasil, pela controlada indireta Midway Financeira, conforme mencionado na NE 12, item f.
(b) Outros custos na Controladora referem-se a operações de serviços prestados pelas oficinas de costura e energia elétrica.
(c) A variação do custo da matéria-prima e da capacidade ociosa está relacionada com a interrupção da produção da fábrica, de abril a maio de 2023, devido a implantação do novo ERP.

continua...

...continuação

guararapes
GUARARAPES CONFECÇÕES S/A

RIACHUELO Midway

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS
CNPJ 08.402.943/0001-52 - I.E 20.001.611-3
Rodovia BR 101 Norte, nº 9.000, Anexo Guararapes Confecções
N. Sra. Apresentação, Natal, RN, Brasil, CEP 59115-900
Telefone +55 (11) 2281-2137 ou +55 (11) 2971-7420

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

33.2. Despesas com Vendas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas com pessoal	(1.706)	(1.218)	(1.186.159)	(1.040.457)
Serviços de terceiros (b)	(8.216)	(7.581)	(360.879)	(280.775)
Serviços públicos	(27)	(25)	(134.500)	(130.801)
Despesa com ocupação	-	-	(305.895)	(339.605)
Estimativa para perdas de crédito esperadas (a)	-	-	(794.613)	(1.052.628)
Depreciação e amortização	-	-	(160.712)	(178.549)
Depreciação sobre direito de uso	(125)	(154)	(235.046)	(206.910)
Materiais	(102)	(134)	(67.468)	(56.869)
Impostos e taxas diversas	(41)	(47)	(63.464)	(65.521)
Despesas com viagens	-	-	(18.762)	(16.152)
Multas e penalidades	-	-	(3.007)	(3.852)
Outras despesas	(190)	(39)	(179.171)	(173.965)
	(10.407)	**(9.198)**	**(3.509.676)**	**(3.546.084)**

(a) No exercício findo em 2024 houve uma diminuição na Estimativa para perdas de crédito esperadas, queda que reflete maior eficiência na gestão da carteira de crédito e redução da inadimplência.
(b) A variação em serviços de terceiros refere-se substancialmente ao aumento na despesa de frete.

33.3. Despesas Gerais e Administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas com pessoal	(53.277)	(46.520)	(580.217)	(553.397)
Serviços de terceiros	(12.757)	(13.289)	(321.893)	(289.262)
Serviços públicos	(811)	(1.640)	(3.521)	(2.084)
Depreciação e amortização	(4.417)	(5.835)	(270.741)	(210.473)
Depreciação sobre direito de uso	-	-	(3.780)	(3.335)
Impostos e taxas diversas	(3.381)	(3.238)	(33.544)	(27.579)
Tarifas bancárias	-	-	(20.833)	(23.848)
Materiais	(435)	(512)	(11.998)	(13.233)
Despesas com viagens	(357)	(176)	(22.407)	(19.115)
Despesa com ocupação (Aluguel + Condomínio)	-	-	(9.045)	(8.077)
Outras despesas	(2.228)	(4.311)	(101.206)	(98.939)
	(77.663)	**(75.521)**	**(1.379.185)**	**(1.249.342)**

34. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Política Contábil

Referem-se as demais receitas e despesas que não estão diretamente relacionadas a principal operação das empresas do Grupo.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aluguéis	41.031	38.850	357	324
Recuperação de tributos	1.205	2.392	11.855	16.272
Depreciação e amortização	(1.947)	(2.133)	(1.947)	(2.133)
Ganho (perda) alienação de imobilizado	(311)	58.393	1.454	54.960
Doações RS (a)	(1.797)	-	(2.297)	-
Baixa de ativos (b)	(17.097)	(23.633)	(35.285)	(30.704)
Resultado de outras vendas (c)	(11.721)	3.175	(13.919)	3.175
Despesas com produtos e serviços financeiros	-	-	(31.753)	-
Programa de Incentivos (e)	-	-	17.000	17.000
Outros	(4.048)	(1.541)	23.444	23.174
	5.315	**75.503**	**(31.091)**	**82.068**

(a) Doações Rio Grande do Sul - Desde o final de abril, a Companhia tem se unido para apoiar as vítimas das enchentes devastadoras que ocorreram no Rio Grande do Sul. Foram doados mais de 93 mil itens de vestuário e moda Casa Riachuelo em parceria com a Cruz Vermelha.
(b) Em 2024 refere-se à baixa de ativos de contas a receber por perdas em operações de cartão de crédito na controlada Lojas Riachuelo, no montante de R$ 18.188, e baixa de ativos por inventários físicos na Companhia no valor de R$ 17.097. Em dezembro de 2023, refere-se à baixa de ativos substancialmente por inventários físicos, na Companhia e na controlada Lojas Riachuelo.
(c) Na Companhia refere-se à venda de resíduos e materiais não consumidos na produção, em 2024 e 2023. No consolidado, refere-se à venda da carteira da controlada indireta Midway Financeira, pelo montante de R$ 2.198, em 2024.
(d) Refere-se às despesas da controlada indireta Midway Financeira em programas de parceria com a controlada Lojas Riachuelo.
(e) Refere-se ao reconhecimento da receita de "*Sign-on bonus*" da controlada indireta Midway Financeira, no contrato de Aliança estratégica com a Bandeira Mastercard, conforme NE 26.

35. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Política Contábil

A receita financeira e a despesa financeira são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros, decorrente de ganhos ou gastos de operações classificadas como financeiras.
Conceitualmente, os ganhos classificados como Resultado Financeiro não compõem a base de cálculo do Ebitda.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas Financeiras				
Rendimentos de títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras (a)	14.737	55.663	157.396	235.277
Juros ativos	27	77	440	821
Descontos obtidos	88	66	844	672
Variação cambial ativa	242	450	9.874	9.120
Variação monetária ativa	110	1.424	20.408	30.094
Outras receitas financeiras	-	-	2.926	2.826
A.V.P. Contas a receber	-	-	16.251	10.538
	15.204	**57.680**	**208.139**	**289.348**
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (a)	(171.051)	(293.586)	(358.729)	(586.432)
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	(114.101)	(81.628)
Antecipação de Recebíveis	-	-	(32.604)	(29.138)
Tarifas bancárias	-	-	(7.140)	(11.696)
Descontos concedidos	(23.110)	-	-	-
Variação cambial passiva (b)	-	-	(58.500)	(9.860)
Variação monetária passiva	(2.596)	(711)	(737)	(366)
Outras despesas financeiras	(254)	(6)	(5.466)	(3.954)
A.V.P. Contas a pagar	-	-	(30.752)	(15.523)
	(197.011)	**(294.303)**	**(608.029)**	**(738.597)**
Resultado financeiro líquido	**(181.807)**	**(236.623)**	**(399.890)**	**(449.249)**

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve uma redução tanto nos rendimentos de títulos e valores mobiliários, quanto na despesa de juros sobre empréstimo, financiamento e debêntures, isto porque, desde 2023 a Companhia e sua Controlada Lojas Riachuelo vem trabalhando na redução seu endividamento.
(b) A partir do segundo semestre de 2023, com os incentivos de importação de Itajaí - SC, a controlada Lojas Riachuelo voltou a fazer importação direta de mercadorias, processo que desde o início de 2022 era feito via *trading*, consequentemente houve um aumento ao pagamento de fornecedores internacionais, além do aumento no câmbio.

36. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

(a) Lucro (prejuízo) Básico/diluído

O lucro (prejuízo) básico/diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Demonstramos a reconciliação do lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o resultado líquido por ação:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Numerador básico/diluído		
Alocação do lucro (prejuízo) líquido do exercício aos acionistas	235.138	(34.260)
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas portadores de ações - ON	235.138	(34.260)
Ações disponíveis - mil	499.200	499.200
Lucro (prejuízo) líquido básico/diluído por ação ON - R$	0,47103	-0,06863

O lucro (prejuízo) por ação diluído é igual ao básico, em virtude da inexistência de ações potenciais com efeito de diluição.

37. ARRENDAMENTO OPERACIONAL – LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2024, a controlada Midway Shopping possuía 293 (291 em 31 de dezembro de 2023) contratos de locação, sendo 291 com terceiros e 2 com a parte relacionada Lojas Riachuelo. O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente a 3% e a 5% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco a quinze anos, sujeitos à renovação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as receitas de aluguéis líquidas, totalizaram R$ 94.853 (R$ 90.271 em 31 de dezembro de 2023) no Midway Shopping e R$ 90.395 (R$ 86.264 em 31 de dezembro de 2023) no consolidado. A previsão das receitas futuras da controlada Midway Shopping, oriundos destes contratos a valores de 31 de dezembro de 2024, totalizam um montante mínimo de R$ 973.437 sendo:

Vencimento	Valor nominal
2025	95.221
2026	101.791
2027	108.815
2028	116.323
2029	129.349
Demais vencimentos até 2031	421.938
	973.437

A controlada Midway Shopping é arrendadora dos contratos de locação.

38. COMPROMISSOS, OBRIGAÇÕES E DIREITOS CONTRATUAIS

(a) Entre partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024, a controlada Lojas Riachuelo S.A. é locatária em 47 (47 em 31 de dezembro de 2023) contratos de aluguel de imóveis (prédios e lojas) da Companhia, sendo que a cobrança do aluguel das lojas é variável e *Call Center* e Centro Logístico são cobrados aluguéis fixos. Os valores negociados estão de acordo com as taxas de mercado.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tais despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar totalizaram R$ 36.906 (R$ 34.956 em 31 de dezembro de 2023).

(b) Com terceiros

A Companhia e a controlada Lojas Riachuelo possuem compromissos, obrigações e os direitos contratuais, dados ou recebidos, não registrados nas informações financeiras intermediárias de 31 de dezembro de 2024, como segue:

	Valor
Controladora	
Compromisso e/ou obrigação	
Seguro garantia concedidos por bancos para processos judiciais e financiamentos	390.955
Controlada - Lojas Riachuelo S.A.	
Compromisso e/ou obrigação	
Seguro garantia concedido por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos	240.176
Carta de fiança concedida por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos	111.614
Controlada - Midway Financeira	
Seguro garantia concedido por Seguradoras como garantia em processos judiciais e financiamentos	27.793
Compromisso e/ou obrigação	
Seguro garantia concedido por Seguradoras como garantia em processos judiciais e financiamentos	200
Carta de fiança concedida por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos	697
	771.435

39. COBERTURA DE SEGUROS

A Controladora mantém a política de não contratar seguros contra incêndios para parte substancial dos seus ativos. Essa política leva em consideração os seguintes aspectos:
(a) Imóveis comerciais do grupo e os estoques de produtos estão segregados fisicamente;
(b) Sistemas de processamento de dados protegidos por "backup";
(c) Todas as instalações possuem aparelhamento específico para combate imediato a eventuais incêndios;
(d) Em aproximadamente 70 anos de existência da Controladora, não há históricos de incêndios que tenham trazido perdas relevantes.
A controlada Lojas Riachuelo possui seguros contra incêndio para os três Centros de Distribuição (São Paulo, Natal e Manaus), com cobertura para as instalações, os equipamentos e as mercadorias.
Para as lojas locadas em imóveis de terceiros, são mantidas seguros contra incêndio, levando em consideração os aspectos dos imóveis comerciais (grande maioria localizada em shopping centers) e correspondentes estoques de produtos segregados fisicamente. Não há histórico de incêndios que tenham trazido perdas relevantes.
Para o Midway Shopping, o Grupo possui cobertura específica de acordo com a característica da operação.
Os valores contratados são baseados em opinião dos consultores de seguros, para fazer face aos riscos envolvidos.
Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Empresa	Montante da cobertura
Patrimônio (CD's)	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/ vendaval a fumaça/lucros cessantes	Lojas Riachuelo	926.197
Filiais	Básica Incêndio (queda de raio, explosão, implosão)	Lojas Riachuelo	65.198
Mercadorias	Transporte Nacional	Lojas Riachuelo / TCV	100% Segurado
Frota	Responsabilidade civil por danos materiais, corporaris e morais contra terceiros	Lojas Riachuelo / TCV	131 veículos com indenização até 900mil
Responsabilidade Civil Geral	Produtos comercializados, operações, empregador e danos morais	Lojas Riachuelo	26.650
Patrimonial	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/ vendaval a fumaça/tumultos/lucros cessantes	Midway Shopping	874.062
Responsabilidade Civil Geral	Condomínios Comerciais (operações de shopping center)	Midway Shopping	22.000
D&O	Responsabilidade civil administradores	Grupo Guararapes	150.000

40. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A Administração da Companhia define como "caixa e equivalentes de caixa" valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Os saldos que compõem esta conta estão representados conforme NE 10. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve movimentações patrimoniais que afetassem os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas.

41. EVENTOS SUBSEQUENTES

Recebimento de Dividendos

Em 05 de Fevereiro de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários pela controlada Lojas Riachuelo, da reserva de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2023 para a Companhia, no montante de R$ 100.000, com pagamento efetuado em 07 de Fevereiro de 2025.

Aumento de Capital Social por Reorganização Societária

Em 28 de Fevereiro de 2025, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, aumento de capital social da controlada Lojas Riachuelo S.A. no valor de R$ 251.849, por meio da conferência da integralidade das quotas que detinha de emissão das sociedades Midway Shopping e Midwest Estacionamento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Flavio Gurgel Rocha – Presidente
Élvio Gurgel Rocha - Vice-Presidente
Lisiane Gurgel Rocha – Conselheira
Maria Aparecida Fonseca – Conselheira Independente
Ivo Luiz de Sá Freire Vieitas Junior – Conselheiro Independente

CONSELHO FISCAL

Murici dos Santos – Presidente do Conselho Fiscal
Eduardo Seiji Yamaguchi – Conselheiro
Gilberto Sheizo Izumida – Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

André Michel Farber – Diretor Geral
Luis Miguel Ferreira Cafruni - Diretor de Relações com Investidores
Jairo Amorim Gomes de Araújo - Diretor Sem Designação Específica

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Marcello Joaquim Pacheco – Coordenador do CAE
Ivo Luiz de Sá Freire Vieitas Junior - Membro Independente do CAE
Corinto Lucca Arruda – Membro do CAE

Ana Paula de Freitas Barra
Contadora - CRC - 1SP 253317/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Guararapes Confecções S.A., instalado em 29 de abril de 2024, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o relatório da administração da Companhia, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa, do valor adicional, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e as respectivas notas explicativas, e proposta da Administração para destinação do resultado, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, sendo que nossos exames foram complementados por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados pela administração da Companhia, tendo em conta ainda os esclarecimentos e o relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers emitido em 19 de março de 2025. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia, opinam que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem encaminhadas à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Natal, 19 de março de 2025.

Conselheiros: **Murici Dos Santos** **Gilberto Sheizo Izumida** **Eduardo Seiji Yamaguchi**

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitido nesta data. A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Natal, 19 de março de 2025.
André Michel Farber – Diretor Geral
Luis Miguel Ferreira Cafruni - Diretor de Relações com Investidores
Jairo Amorim Gomes de Araújo – Diretor Sem Designação Específica

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu este relatório das Demonstrações Financeiras relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, da Guararapes Confecções S.A. e Controladas, e com as discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira correspondente aos exercícios apresentados.

Natal, 19 de março de 2025.
André Michel Farber – Diretor Geral
Luis Miguel Ferreira Cafruni - Diretor de Relações com Investidores
Jairo Amorim Gomes de Araújo – Diretor Sem Designação Específica

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DA COMPANHIA FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração e composto por três membros Independentes, nomeado pelo Conselho de Administração, sendo suas atividades definidas pela Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2024, conforme alterada ("RCVM 23"), Regulamento do Novo Mercado [B]^{3},e demais legislações vigentes, além das atribuições definidas pelo Estatuto Social da Companhia, e por seu Regimento Interno, os membros do Comitê vêm apresentar seu Relatório Anual Resumido referente ao exercício social da Companhia findo em 31 de dezembro de 2024, reafirmando manter uma postura imparcial e cética no desempenho de suas atividades, especialmente em relação às estimativas presentes nas demonstrações financeiras e à gestão da Companhia. **Atividades do Comitê:** O planejamento dos trabalhos foi realizado considerando as principais atribuições, sendo revisado periodicamente à medida da evolução das atividades. O Comitê acompanhou as atividades desenvolvidas pelas áreas responsáveis por supervisionar o ambiente de controle interno, de gerenciamento de riscos e o acompanhamento das contingências no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024. Nesse período realizou 10 (dez) reuniões, contemplando os seguintes trabalhos desenvolvidos: **a)** Revisou e considerou adequado o plano de trabalho do auditor independente para elaboração de auditoria externa independente; **b)** Supervisionou as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; **c)** Supervisionou as atividades da área de controles internos da Companhia, bem como discutiu com a administração e os auditores independentes da Companhia a respeito da efetividade e adequação dos controles internos da Companhia; **d)** Revisou o processo de monitoramento de riscos reportados pela área de controles internos da Companhia; **e)** Supervisionou as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, bem como revisou as análises e premissas utilizadas pela administração e corroboradas pelos auditores independentes da Companhia para a elaboração de suas demonstrações financeiras trimestrais e anual; **f)** Avaliou e monitorou, juntamente com a administração e os auditores independentes, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas divulgações; **g)** Criou rotinas de verificação de eventuais riscos sofridos pela Companhia. Todos os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria Estatutário, foram devidamente formalizadas em atas. Ao longo do exercício de 2024 foram realizadas reuniões com Auditoria Interna, Ouvidoria, Auditores Independentes, Assessoria Jurídica, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com os Investidores e demais áreas que integram a Companhia. Salienta-se que, previamente às divulgações das informações trimestrais (ITRs) e anual, os integrantes do Comitê reuniram se com os representantes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. para avaliar os aspectos do ambiente de controle na geração dos números divulgados e da independência dos auditores. O Comitê avaliou a minuta do parecer da Auditoria Independente, com data prevista para sua emissão de 19 de março de 2025, sem ressalvas. Durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações financeiras. **Conclusão:** A análise dos apontamentos dos relatórios da Auditoria Interna, da gestão de riscos, controles internos e compliance e da Auditoria Independente, ponderadas as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, não apresentou elementos que comprometem a efetividade do sistema de controles internos. A mitigação de pontos indicados está sendo processada e monitorada. Tendo em vista o Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer a efetividade dos controles internos da Companhia e de suas controladas. Neste período foram examinados os relatórios da Auditoria Interna até a data base de 31 de dezembro de 2024, e efetuadas recomendações de providências corretivas em relação aos seus apontamentos. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis, com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Comitê examina regularmente as demonstrações financeiras, mantém contato frequente com a Contabilidade, com a Auditoria Interna, e com a Auditoria Independente, permitindo-lhe avaliar a qualidade dessas demonstrações e entender que estão livres de distorções relevantes. Com base nas atividades desenvolvidas por este Comitê de Auditoria Estatutário, concluímos que as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Guararapes Confecções S.A., foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, entendendo que as referidas demonstrações financeiras do Grupo Econômico (consolidado), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, naquilo que lhes foi dado conhecer, são adequadas, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 13 de março de 2025.

Marcello Joaquim Pacheco - Coordenador
Corinto Lucca Arruda - Membro Efetivo
Ivo Luiz de Sá Freire Vieitas Junior - Membro – Conselheiro de Administração Independente

PARECERES E DECLARAÇÕES / RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA (ESTATUTÁRIO, PREVISTO EM REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA DA CVM) - REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DA COMPANHIA FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração e composto por três membros Independentes, nomeado pelo Conselho de Administração, sendo suas atividades definidas pela Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2024, conforme alterada ("RCVM 23"), Regulamento do Novo Mercado [B]^{3},e demais legislações vigentes, além das atribuições definidas pelo Estatuto Social da Companhia e por seu Regimento Interno. O Comitê de auditoria Estatutário emitiu a seguinte conclusão em seu relatório anual resumido: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis, com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Comitê examina regularmente as demonstrações financeiras, mantém contato frequente com a Contabilidade, com a Auditoria Interna, e com a Auditoria Independente, permitindo-lhe avaliar a qualidade dessas demonstrações e entender que estão livres de distorções relevantes. Com base nas atividades desenvolvidas por este Comitê de Auditoria Estatutário, concluímos que as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Guararapes Confecções S.A., foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, entendendo que as referidas demonstrações financeiras do Grupo Econômico (consolidado), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, naquilo que lhes foi dado conhecer, são adequadas, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 13 de março de 2025.

Marcello Joaquim Pacheco – Coordenador
Corinto Lucca Arruda - Membro Efetivo
Ivo Luiz de Sá Freire Vieitas Junior - Membro – Conselheiro de Administração Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Guararapes Confecções S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Guararapes Confecções S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Guararapes Confecções S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guararapes Confecções S.A. e da Guararapes Confecções S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Estimativa para perdas de crédito esperadas (Nota 12)

Em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem estimativas para perdas de créditos esperadas no montante de R$ 1.006.059 mil (R$ 1.190.119 mil em 31 de dezembro de 2023). Estas perdas provisionadas estão principalmente relacionadas às contas a receber em atraso na controlada Midway Financeira S.A., que realiza a gestão da carteira de recebíveis da Lojas Riachuelo S.A. e oferece cartões de crédito próprios e empréstimos pessoais a seus consumidores. Consideramos que esse foi um dos principais assuntos de auditoria uma vez se tratar de uma estimativa contábil crítica da administração, sujeita a incertezas relacionadas às premissas utilizadas para estimar a perda de crédito esperada, tais como a consideração de riscos específicos da carteira, conjuntura econômica, e estimativa de renegociações, além da análise de histórico de perdas com base no perfil dos clientes, que podem gerar ajustes materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:
(a) Entendimento dos critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da estimativa para perdas de crédito esperadas e análise sobre a aderência das políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas com as práticas contábeis aplicáveis. (b) Análise da conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica do contas a receber preparada pela administração. (c) Análise comparativa da estimativa de perda esperada calculada e o histórico de perda incorrida nas transações da Companhia. (d) Avaliação sobre a metodologia de cálculo utilizada pela administração por meio de recálculo independente e com o apoio de nossos especialistas em modelagem financeira. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Porque é um PAA

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Nota 28)

Em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia incluem impostos de renda e contribuição social diferidos ativos nos montantes de R$ 162.893 mil (R$ 154.029 mil em 31 de dezembro de 2023) e R$ 1.157.516 mil (R$ 1.150.722 mil em 31 de dezembro de 2023), respectivamente, que são provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A análise de recuperabilidade desses créditos é baseada em projeção de geração de lucros tributáveis futuros, envolvendo, assim, julgamento significativo da administração em relação a essas projeções. Esta foi uma das áreas de foco de nossa auditoria pois o valor recuperável dos tributos diferidos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros, além da estimativa envolvendo o momento da realização desses tributos e a magnitude dos valores envolvidos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: (a) Entendimento do processo de revisão e aprovação do plano de negócios que é utilizado para estimar a realização futura do imposto de renda e contribuição social diferidos. (b) Avaliação da razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo expectativa de crescimento e comparação com dados históricos. (c) Avaliação sobre a metodologia de cálculo utilizada e a coerência lógica e aritmética dos cálculos apresentados nas projeções. (d) Análise, com o suporte de nossos especialistas tributários, na avaliação das bases de cálculo dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. (e) Leitura das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, considerando os requerimentos dos pronunciamentos contábeis correspondentes. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis, e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Porque é um PAA

Conciliações de saldos e processos relacionados à tesouraria

Tendo em vista o processo operacional da Companhia e considerando o volume significativo de transações de tesouraria relacionadas ao seu negócio, a estrutura operacional de tesouraria requer um sistema de controles internos e processos capazes de permitir, à sua administração, pleno monitoramento das operações financeiras diárias para apoio na tomada de decisões, e no suporte ao processo de elaboração de seus relatórios financeiros. Atualmente, esses controles e processos estão em diferentes estágios de maturidade e eficácia e podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações e resultar na contabilização e apresentação inadequadas das demonstrações financeiras. Esta foi uma área de foco em nossa auditoria em função da relevância e volume de operações transacionadas e uma vez que referidos controles e processos impactam diretamente nos procedimentos planejados para obtenção de evidências de auditoria apropriadas e suficientes, bem como na avaliação sobre riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: (a) Entendimento dos sistemas de informação que são importantes para a produção de relatórios financeiros, assim como dos principais controles de conciliação de saldos e processos da Administração. (b) Análises de transações, realizados em base de teste, para amostras aumentadas em resposta às deficiências de controles detectadas no processo. (c) Testes sobre a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica preparada pela administração. (d) Procedimentos de imprevisibilidade e de revisão dos lançamentos contábeis específicos para risco de exceções de acesso. (e) Obtenção de confirmação externa de saldos junto às instituições financeiras com as quais a Companhia tem relacionamento. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porque é um PAA

Controles gerais de tecnologia da informação

Tendo em vista o volume significativo de transações operacionais e pelo fato das operações da Companhia e suas controladas serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, somados à natureza dos seus negócios e sua dispersão geográfica, consideramos o ambiente de tecnologia como um principal assunto de auditoria.
Esta foi uma área de foco em nossa auditoria em função da relevância e volume de operações transacionadas que impactam diretamente nos procedimentos planejados para obtenção de evidências de auditoria apropriadas e suficientes, bem como na avaliação sobre riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:
(a) Entendimento dos sistemas de informação que são importantes para a produção de relatórios financeiros, assim como dos principais controles de conciliação de saldos e processos da Administração. (b) Avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da informação implementados pela Companhia, para as dimensões e processos relevantes que suportam as operações em escopo de auditoria e preparação das demonstrações financeiras. (c) Acompanhamento das ações planejadas e implementadas pela Administração no aprimoramento do ambiente de controles internos para tecnologia da informação. (d) Avaliação do processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos contábeis; e execução de testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas e aplicações da Companhia. (e) Envolvemos nossos profissionais de tecnologia para auxílio na execução desses procedimentos. Identificamos deficiências nos controles sobre a dimensão de acesso à programas e dados. No entanto, considerando que nossa abordagem de auditoria planejada não depositava confiança no ambiente de controles internos, não foi necessário alterar nossa abordagem de auditoria planejada. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porque é um PAA

Arrendamentos (Nota 22)

Em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem ativos de direito de uso no montante de R$964.849 mil (R$ 1.004.455 mil em 31 de dezembro de 2023) e passivos de arrendamento no montante de R$ 1.077.072 mil (R$ 1.101.948 mil em 31 de dezembro de 2023), referentes ao registro dos contratos de arrendamentos realizados pela controlada Lojas Riachuelo. Essa foi uma área de foco em nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos a partir de contratos com diferentes condições, a utilização de premissas que requerem elevado nível de julgamento, tais como a determinação da taxa de desconto e prazo, bem como a existência de controles manuais e automatizados em diferentes estágios de maturidade que podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto ou incompleto de informações e, consequentemente, resultar na apresentação inadequada das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: (a) Entendimento dos procedimentos e dos critérios adotados pela administração para a inclusão, exclusão ou renovação de contratos, a fim de garantir a completude tempestiva do seu inventário de contratos, bem como a análise adotada para a categorização dos contratos, com o propósito de segregar os contratos de arrendamento que apresentam cláusulas de pagamento fixo e de pagamento variável; (b) Avaliação dos critérios adotados pela administração para definição dos períodos de contratos, tendo como referência cláusulas de cancelamento e renovações, bem como a determinação da taxa de desconto utilizada para a mensuração do passivo de arrendamento; (c) Leitura de contratos selecionados a fim de observar a correção dos procedimentos e a acuracidade matemática dos cálculos. Nossos procedimentos de auditoria nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria, bem como demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.
Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de março de 2025

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Daniel Vinícius Fumo
Contador CRC 1SP256197/O-9